ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

FELIPE ROCHA DE CARVALHO

A CONSTRUÇÃO DA CHINA NO DISCURSO OFICIAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: DA GUERRA FRIA À PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO TRUMP

Porto Alegre
2025

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

FELIPE ROCHA DE CARVALHO

A CONSTRUÇÃO DA CHINA NO DISCURSO OFICIAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: DA GUERRA FRIA À PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO TRUMP

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia e Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Neftali Corte de Oliveira

Porto Alegre

2025

Ficha Catalográfica

C331c Carvalho, Felipe Rocha de

A Construção da China no Discurso Oficial dos Estados Unidos da América : da Guerra Fria à Primeira Administração Trump / Felipe Rocha de Carvalho. – 2025.

152 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Neftali Corte de Oliveira.

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa dos EUA. 3. China. 4. Construtivismo. 5. Análise de Discurso. I. Oliveira, Augusto Neftali Corte de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo amor incondicional e pelo apoio constante, mesmo com a distância geográfica que nos separa. Sou grato por acreditarem em mim e por nunca colocarem em dúvida as minhas escolhas.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da PUCRS, por compartilharem seus conhecimentos e por ampliarem meu olhar sobre temas e áreas que antes me eram desconhecidos. Meu reconhecimento especial ao meu orientador, Augusto, por sua disponibilidade desde o primeiro encontro sete anos atrás, por acolher questionamentos e ideias que nem sempre pareciam promissoras à primeira vista, e por todas as conversas enriquecedoras ao longo desta jornada.

Aos amigos e amigas que compartilharam comigo os desafios e conquistas desta trajetória, pela parceria e pelas trocas que tornaram o caminho mais leve.

Ao Rafael, pelo suporte inestimável, pelas palavras de incentivo nos momentos mais difíceis e por estar sempre ao meu lado.

Este trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Que as Ciências Sociais sigam sendo valorizadas e reconhecidas por sua importância para a produção de conhecimento e para o fortalecimento da ciência brasileira.

Every empire, however, tells itself and the world that it is unlike all other empires, that its mission is not to plunder and control but to educate and liberate.

Edward W. Said

RESUMO

As relações entre Estados Unidos e China têm sido objeto de intensos debates nas Relações Internacionais, especialmente no que tange à formulação da política externa norte-americana. Estudos tradicionais sobre a temática frequentemente enfatizam fatores materiais, como poder econômico e militar. O presente trabalho adota uma abordagem construtivista para analisar um novo elemento nessa equação: a construção discursiva da China nos discursos oficiais dos Estados Unidos entre 1970 e 2022. A pesquisa se baseia na análise dos discursos de Estado da União proferidos pelos presidentes norte-americanos, bem como documentos do Departamento de Estado durante o primeiro governo Trump (2017-2021). A partir de técnicas de análise discursiva e redes semânticas, o estudo investiga como diferentes administrações presidenciais enquadraram a China ao longo das décadas, ora como parceira estratégica, ora como ameaça global. Argumenta-se que os discursos não apenas refletem percepções prévias, mas desempenham um papel ativo na formulação e legitimação da política externa norte-americana. Ao final, a pesquisa busca contribuir para o campo das Relações Internacionais ao demonstrar o impacto das representações discursivas na dinâmica entre grandes potências.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Política Externa dos EUA. China. Construtivismo. Análise de Discurso.

ABSTRACT

U.S.-China relations have been the subject of intense debate in International Relations, particularly regarding the formulation of U.S. foreign policy. Traditional studies on the topic often emphasize material factors such as economic and military power. This research adopts a constructivist approach to analyze a new element in this equation: the discursive construction of China in official U.S. speeches between 1970 and 2022. The study is based on an analysis of the State of the Union addresses delivered by U.S. presidents, as well as U.S. Department of State documents during the first Trump administration (2017-2021). Using discourse analysis techniques and semantic networks, the research examines how different presidential administrations have framed China over the decades, sometimes as a strategic partner, sometimes as a global threat. The argument put forth is that these speeches not only reflect pre-existing perceptions but also play an active role in shaping and legitimizing U.S. foreign policy. Ultimately, this study seeks to contribute to the field of International Relations by demonstrating the impact of discursive representations on the dynamics between great powers.

Keywords: International Relations. U.S. Foreign Policy. China. Constructivism. Discourse Analysis.

RÉSUMÉ

Les relations entre les États-Unis et la Chine ont fait l'objet de débats intenses en Relations Internationales, notamment en ce qui concerne la formulation de la politique étrangère américaine. Les études traditionnelles sur ce sujet mettent souvent l'accent sur des facteurs matériels tels que le pouvoir économique et militaire. Cette recherche adopte une approche constructiviste pour analyser un nouvel élément dans cette équation : la construction discursive de la Chine dans les discours officiels des États-Unis entre 1970 et 2022. L'étude repose sur l'analyse des discours sur l'état de l'Union prononcés par les présidents américains, ainsi que sur des documents du Département d'État américain durant la première administration Trump (2017-2021). Grâce à des techniques d'analyse du discours et de réseaux sémantiques, la recherche examine comment les différentes administrations présidentielles ont représenté la Chine au fil des décennies, tantôt comme un partenaire stratégique, tantôt comme une menace mondiale. L'argument avancé est que ces discours ne se contentent pas de refléter des perceptions préexistantes, mais jouent un rôle actif dans la formulation et la légitimation de la politique étrangère américaine. En fin de compte, cette étude vise à contribuer au domaine des Relations Internationales en démontrant l'impact des représentations discursives sur la dynamique entre grandes puissances.

Mots-clés : Relations Internationales. Politique étrangère des États-Unis. Chine. Constructivisme. Analyse du discours.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO…….08

2 O CONSTRUTIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS……...13

2.1 A construção da política internacional: premissas ontológicas dos enfoques construtivistas..15

2.2 Fundamentos epistemológicos das abordagens construtivistas……18

2.3 Uma metodologia construtivista……...……21

2.4 Perspectivas de um Construtivismo reflexivo para as Relações Internacionais……...…26

2.5 Uma visão construtivista sobre abordagens quantitativas……29

2.6 Considerações finais: elementos para uma abordagem construtivista do discurso…..……35

3 ESTADO DA UNIÃO E CHINA: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL SOBRE A CHINA NOS DISCURSOS ESTADUNIDENSES DE ESTADO DA UNIÃO (1970-2022).....38

3.1 Relações diplomáticas Estados Unidos-China: de Nixon a Trump 1……..38

3.2 Governo Trump (2017-2021): rede semântica e análise qualitativa…….……50

3.3 Conclusões do capítulo…….……57

4 A CHINA NOS DISCURSOS DO PRIMEIRO GOVERNO TRUMP: O PAPEL DO DEPARTAMENTO DE ESTADO……...60

4.1 Direitos humanos: “uma nostalgia imperialista”……..……62

4.2 Práticas econômicas predatórias……...……73

4.3 As investidas militares chinesas e a retórica estadunidense…….……80

4.4 A pandemia de COVID-19……...……90

4.5 Conclusões do capítulo…….……98

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS……..103

REFERÊNCIAS……..111

ANEXO 1 – DISCURSOS DE “*STATE OF THE UNION*”.....118

ANEXO 2 – DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO……..120

1 INTRODUÇÃO

O Construtivismo emergiu como uma perspectiva teórica influente no campo das Relações Internacionais durante as últimas décadas do século XX. Fundamentado na premissa de que as estruturas sociais e as ideias desempenham um papel fundamental na formação dos interesses e comportamentos dos atores internacionais, o Construtivismo se distinguia das teorias dominantes da época, como o Realismo e o Liberalismo. Enquanto o Realismo enfatizava a centralidade do poder e da anarquia no sistema internacional, o Construtivismo deslocou o foco para a construção social da realidade, argumentando que as normas, valores e identidades moldam as interações entre os Estados. Da mesma forma, em contraste com o Liberalismo, que dava destaque à possibilidade de cooperação baseada em interesses comuns, o Construtivismo defende a importância das ideias e da aprendizagem na condução da política internacional. Assim, o Construtivismo representou uma virada paradigmática ao proporcionar uma lente analítica que reconhece a dinâmica mutável das relações internacionais e destaca a influência das ideias na formulação das políticas globais.

O Construtivismo oferece uma abordagem teórica importante para a análise dos fenômenos contemporâneos em Relações Internacionais, destacando a importância das ideias, normas e identidades. Em um mundo globalizado e interconectado, onde as interações entre Estados são cada vez mais complexas e multidimensionais, compreender as dinâmicas sociais subjacentes torna-se indispensável. O Construtivismo proporciona uma perspectiva analítica que vai além da visão tradicional centrada no poder, permitindo explorar como as percepções, crenças e discursos influenciam a tomada de decisões e os resultados das interações internacionais.

Um exemplo desta utilidade pode ser encontrado nas relações entre os Estados Unidos e a China, que têm desempenhado um papel central no cenário global contemporâneo. Ao adotar uma abordagem construtivista, é possível analisar não apenas as dimensões materiais do poder e da competição econômica, mas também os construtos ideacionais que moldam as percepções e comportamentos dos líderes e populações desses dois países, fornecendo assim uma compreensão mais abrangente das complexas interações entre eles.

O problema central da presente pesquisa é compreender como a visão sobre China é construída nos discursos oficiais dos Estados Unidos ao longo do tempo. Nesse sentido, a questão

principal que orienta a investigação é: como os discursos oficiais dos Estados Unidos constroem a imagem da China ao longo das décadas?

A hipótese central desta tese é que os discursos oficiais dos Estados Unidos sobre a China não são neutros ou apenas descritivos da realidade objetiva, mas desempenham um papel ativo na construção de significados e percepções que influenciam a formulação da política externa estadunidense. Partindo de uma abordagem construtivista das Relações Internacionais, sustenta-se que a China é representada de diferentes formas nos discursos presidenciais, variando de parceiro estratégico a ameaça global, conforme as mudanças conjunturais e os interesses políticos dos Estados Unidos.

O objetivo geral do trabalho é analisar como a China é construída nos discursos oficiais dos Estados Unidos entre 1970 e 2022. Para isso, como um dos objetivos específicos, o estudo examina a evolução histórica da representação da China nos discursos presidenciais, especialmente nos discursos do Estado da União, identificando padrões narrativos e categorias de representação que emergem ao longo das décadas. Esses discursos são analisados a partir de três eixos principais: segurança, economia e valores ideológicos, permitindo uma compreensão mais aprofundada das diferentes formas pelas quais a China é enquadrada na retórica política estadunidense.

Além disso, a pesquisa relaciona essas construções discursivas com momentos-chave da política externa dos Estados Unidos, explorando como determinadas narrativas contribuem para legitimar ou justificar decisões estratégicas ao longo do tempo. Para alcançar esse objetivo, a análise combina uma abordagem metodológica que integra a análise discursiva com técnicas quantitativas para mapear recorrências e variações na forma como a China é representada nos discursos oficiais. Dessa maneira, demonstram-se os mecanismos simbólicos que estruturam a percepção da China nos discursos presidenciais e é evidenciado como essas representações impactam as diretrizes da política externa estadunidense.

A pesquisa investiga dois conjuntos de documentos produzidos pelo governo dos Estados Unidos. O primeiro é o conjunto de 54 discursos proferidos pelos presidentes dos Estados Unidos perante o Congresso, denominados "*State of the Union*", entre os anos de 1970 e 2022 (Anexo 1). O período abrange da administração de Richard Nixon até a presidência de Joe Biden. A análise

dos discursos presidenciais permite a construção de uma abordagem transversal e histórica, que acompanha as transformações da China na política externa dos Estados Unidos. O segundo conjunto de documentos analisados corresponde a todos os documentos públicos do Departamento de Estado dos Estados Unidos que fazem referência à China, dentre os produzidos durante a primeira administração de Donald Trump (2017-2021). Foram recolhidos 735 documentos, com variados formatos: notas e declarações à imprensa, discursos e entrevistas de autoridades e agentes do Departamento de Estado, relatórios e documentos políticos do órgão (Anexo 2). Os documentos somam um total de 4.683 páginas. Na abordagem dos dois conjuntos de documentos, são empregadas estratégias de mineração de texto para guiar o olhar investigativo.

A presente pesquisa se justifica, em parte, pela relevância acadêmica do estudo das construções discursivas nas Relações Internacionais, particularmente no contexto da política externa estadunidense. A relação entre Estados Unidos e China é um dos temas centrais da política global contemporânea, sendo objeto de análises que abrangem desde explicações geopolíticas tradicionais até abordagens críticas e construtivistas. No entanto, apesar da vasta literatura sobre a rivalidade sino-americana, há uma lacuna no estudo sistemático da construção discursiva da China nos discursos presidenciais estadunidenses ao longo das últimas décadas. A pesquisa contribui para esse campo ao oferecer uma abordagem longitudinal e analítica, permitindo identificar padrões narrativos, mudanças discursivas e seu impacto nas diretrizes da política externa dos Estados Unidos. Ao considerar um amplo período histórico, o estudo oferece um panorama detalhado das continuidades e rupturas na forma como os presidentes estadunidenses enquadram a China em suas falas oficiais.

Ademais, a escolha da abordagem construtivista se justifica pela necessidade de compreender como os discursos moldam percepções, legitimam políticas e influenciam comportamentos no cenário internacional. Diferente das abordagens materialistas, que enfatizam fatores como poder militar e econômico, o Construtivismo permite analisar como ideias, identidades e normas constroem significados compartilhados e fundamentam decisões estratégicas. Ao aplicar esse referencial teórico, a tese busca demonstrar que os discursos presidenciais não são meramente descritivos ou neutros, mas desempenham um papel ativo na formulação da política externa, produzindo determinadas imagens da China que, por sua vez,

impactam as relações bilaterais. Dessa forma, o estudo dialoga com debates acadêmicos sobre o papel da linguagem nas Relações Internacionais e contribui para a compreensão das dinâmicas simbólicas que estruturam a interação entre grandes potências.

Finalmente, a relevância contemporânea do tema se intensifica diante da conjuntura política atual, especialmente com o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Durante seu primeiro mandato (2017-2021), Trump adotou um discurso marcadamente confrontacional em relação à China, associando o país a ameaças econômicas, tecnológicas e de segurança. Esse padrão discursivo influenciou a formulação de políticas como a guerra comercial e as restrições tecnológicas contra empresas chinesas, além de reforçar uma retórica nacionalista voltada à contenção da ascensão chinesa. Com sua reeleição, há uma expectativa de continuidade ou intensificação dessas narrativas, tornando ainda mais pertinente a análise dos discursos oficiais como mecanismo de construção de percepções e formulação de diretrizes políticas. Assim, ao examinar a evolução histórica dessas construções discursivas, a pesquisa oferece subsídios para compreender o impacto das narrativas presidenciais na política externa dos EUA e suas implicações para a ordem global.

No primeiro capítulo do trabalho, é realizada uma discussão sobre o Construtivismo e suas contribuições para a disciplina de Relações Internacionais. Este capítulo visa a estabelecer uma base teórica para a análise subsequente, explorando os princípios e conceitos fundamentais da teoria construtivista e sua relevância na compreensão das dinâmicas internacionais contemporâneas. Serão examinados os trabalhos-chave de acadêmicos construtivistas e suas abordagens em relação a temas como identidade, normas, aprendizado e construção social da realidade, destacando como essas perspectivas oferecem uma lente analítica relevante para investigar as relações entre Estados Unidos e China.

No segundo capítulo, a pesquisa se concentra na análise dos discursos de Estado da União proferidos desde o governo Nixon até o governo Biden, com ênfase especial na análise qualitativa dos discursos do presidente Trump sob a ótica do Construtivismo. Este capítulo busca identificar as mudanças nas representações e interpretações da China ao longo das diferentes administrações presidenciais e examinar como as narrativas construídas pelos presidentes refletiram e influenciaram as políticas e percepções em relação à China. A análise construtivista permite a exploração das construções sociais e simbólicas subjacentes aos discursos presidenciais, a fim de

entender como as ideias e normas moldaram a abordagem oficial estadunidense em relação à China.

Por fim, no terceiro capítulo, o trabalho se volta à análise da construção discursiva da China durante o primeiro governo de Donald Trump (2017-2021), explorando como a administração adotou uma retórica marcadamente confrontacional em relação ao país asiático. O capítulo investiga os discursos oficiais de membros do governo, identificando os principais enquadramentos narrativos utilizados para representar a China, especialmente nos eixos de segurança, economia e valores ideológicos.

2 O CONSTRUTIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As abordagens construtivistas estão firmemente estabelecidas no espectro teórico das Relações Internacionais e são consideradas uma perspectiva de pesquisa claramente distinta das abordagens racionalistas predominantes. Como qualquer abordagem teórica baseada em certas suposições epistemológicas, diferentes dimensões do conceito são enfatizadas em sua aplicação, dependendo se a ênfase está em declarações sobre como o mundo é – dimensão ontológica –, como o conhecimento sobre a natureza do mundo pode ser adquirido – dimensão epistemológica – ou como as descobertas podem ser tornadas compreensíveis – dimensão metodológica. Abordagens construtivistas, portanto, sempre se movem em um triângulo entre ontologia, epistemologia e metodologia (Palan, 2000; Gallarotti, 2021; McCourt, 2022).

De uma maneira muito geral, pode-se dizer que abordagens construtivistas nas Relações Internacionais estão fundamentadas em concepções sobre o objeto de estudo que partem da construção do mundo social. Isso implica suposições epistemológicas que se baseiam na compreensão de que o conhecimento é construído socialmente. Sendo assim, o objetivo de todas as abordagens construtivistas é, em última análise, descrever e explicar por meio de diferentes métodos, predominantemente textuais e analíticos do discurso, como e por meio de quais processos essas construções são produzidas (Zehfuss, 1998; Peez, 2022; Park, 2023).

No entanto, a partir dessa caracterização, pode-se perceber que o Construtivismo, assim como o "racionalismo", não é uma teoria específica das Relações Internacionais, mas, em primeiro lugar, uma meta-teoria, ou seja, uma teoria sobre teorias, que se refere a abordagens explicativas alternativas e possíveis programas sistemáticos de pesquisa. Com o auxílio de uma meta-teoria, é possível especificar objetivos de conhecimento e obter orientações sobre como as teorias podem ser formuladas, aplicadas e avaliadas. Nesse sentido, teorias construtivistas substanciais foram desenvolvidas cada vez mais nos últimos anos, em especial sobre a questão central de como as normas internacionais podem ser estabelecidas e aplicadas.[1]

[1] No Brasil, o Construtivismo tem sido amplamente utilizado como abordagem teórica nas Relações Internacionais, especialmente na análise de temas como a formulação de políticas externas, identidade nacional e a construção discursiva de narrativas internacionais. Diversos estudos exploram essa vertente teórica, como a pesquisa de Costa (2022), que discute a aplicação do Construtivismo na análise das identidades regionais e sua influência na política externa brasileira. Além disso, Nogueira e Veiga (2023) examinam como discursos institucionais moldam percepções de segurança e desenvolvimento no contexto latino-americano. Outros trabalhos, como os de Araújo (2021) e Almeida (2020), demonstram a relevância do Construtivismo para compreender a construção de normas internacionais e sua internalização nas práticas diplomáticas do Brasil.

Para obter uma melhor visão geral do amplo campo de trabalhos construtivistas, podem ser considerados diferentes pontos de vista. Normalmente, os seguintes critérios de ordenação são os mais utilizados: a) autores específicos que são percebidos como representantes centrais. São mencionados principalmente Alexander Wendt, Nicholas Onuf ou Fritz Kratochwil; b) dicotomias e taxonomias ao longo de diferenças epistemológicas, como *soft* versus *hard* ou construtivismo convencional versus interpretativo (Checkel, 2004); c) a orientação em teorias ou escolas de RI, como feito por Risse (1999), que distingue entre o "social construtivismo centrado no Estado" de Wendt, abordagens construtivistas institucionalistas e feministas. Tais formas de categorização, entretanto, não são muito úteis se quisermos entender onde as análises construtivistas se concentram nas Relações Internacionais e quais questões são prioritárias. Em linhas gerais, é possível distinguir dois tipos de análises construtivistas nesse sentido: estudos que estão mais interessados em questões empíricas e trabalhos em que questões teóricas são prioritárias.

As obras teóricas e meta-teóricas mencionadas acima levaram a grandes debates no campo da disciplina, mas ocupam um lugar menos central nas pesquisas em Relações Internacionais. Esses estudos tratam principalmente de dois temas: fundamentos ontológicos, teóricos e metodológicos do entendimento sobre a política internacional, como o racionalismo científico em relação à anarquia e ao Estado (Wendt, 1992) ou regras e normas constitutivas (Onuf, 1989).

A questão da aplicabilidade empírica e do "retorno" das abordagens construtivistas rapidamente se tornou o foco da atenção após uma primeira fase de debates teóricos. A grande maioria dos estudos construtivistas empíricos concentra-se em analisar o papel de fatores não materiais, como ideias, perspectivas de mundo e normas, no processo político. O foco está tanto como eles surgem, se impõem e agem, como também como eles mudam ao longo do tempo. Ademais, também se valoriza a construção intersubjetiva de construções compartilhadas de realidade – por exemplo, identidades ou discursos –, onde a atribuição de significados intersubjetivos é feita por atores ou por estruturas. Essas estruturas podem ser, por exemplo, regras/instituições ou "cultura". A desconstrução de conceitos existentes e supostos conhecimentos com o objetivo de revelar relações de poder (Fearon; Wendt, 2002; Santolin Rodrigues; Ferreira de Souza, 2020).

Questões sobre a relação das análises construtivistas com o positivismo e as características metodológicas das pesquisas designadas como construtivistas ou pós-positivistas costumam estar no centro dos debates. Como, no processo político, construções sociais são mediadas linguisticamente, a abordagem metodológica geralmente utilizada é baseada em diferentes procedimentos de análise de texto e discurso. O objetivo é reconstruir os processos pelos quais são formadas construções intersubjetivas compartilhadas de significado e realidade, que se tornam orientadoras da ação social.

Nesse contexto, uma das principais críticas de outros teóricos construtivistas a Alexander Wendt recai sobre sua desconsideração da relevância epistemológica da linguagem como meio de pensar, reconhecer e interpretar a realidade em todos os estudos reunidos aqui. A variante construtivista social de Wendt é, por vezes, caracterizada pela "ausência de linguagem" que caracteriza seus atores, ou seja, os Estados (Zehfuss, 1998; Queiroz de Campos, 2023). Por outro lado, existem fortes linhas tradicionais sociológicas e filosóficas da linguagem que permitem uma maior variedade de variantes construtivistas, nas quais a construção e mediação linguística de construções de realidade se tornam centrais.

2.1 A construção da política internacional: premissas ontológicas dos enfoques construtivistas

Ao examinar a literatura relevante sobre abordagens construtivistas em Relações Internacionais, nota-se que o foco está na discussão sobre o que distingue uma ontologia construtivista. Talvez porque os primeiros debates mais aprofundados nessa área tenham sido realizados em relação às teorias de cunho racionalista, emergiu um amplo consenso sobre os principais elementos definidores a partir de uma perspectiva construtivista. Dentre eles, destacam-se os seguintes pontos: 1) uma ontologia ideacional, que parte do pressuposto de que o mundo social é constituído somente por atribuições de significado e práticas sociais dos atores; 2) a explicação da mudança por meio da incorporação de estruturas em contextos históricos; 3) a mútua constituição do ator e da estrutura; 4) o desenvolvimento endógeno de interesses e ideias.

Uma premissa ontológica fundamental das abordagens construtivistas refere-se ao papel importante das estruturas ideacionais na construção do mundo e do conhecimento (Adler, 1997;

Silva Filho, 2021). Uma vez que os atores percebem e interpretam o mundo sempre no contexto dos significados disponíveis para eles, esses sistemas de significado também assumem uma posição diferente no interesse do conhecimento dos observadores. Essa caracterização foi feita conscientemente em contraste com abordagens racionalistas às quais é atribuída uma ontologia puramente materialista. Do ponto de vista construtivista, é destacado que as estruturas ideacionais, ou sociais, também podem ser consideradas "objetivas" ou "reais", visto que são compartilhadas intersubjetivamente. Alguns autores, no entanto, enfatizam que as abordagens construtivistas se baseiam em uma ontologia ideacional, sem negar simultaneamente a importância de fatores materiais (Fearon; Wendt, 2002). A partir da perspectiva construtivista, o papel dos fatores materiais depende da importância atribuída a eles. Portanto, os fatores materiais não devem ser avaliados independentemente das ideias associadas a eles (Wendt, 1999).

Nesse sentido, fatores ideais não são relevantes apenas por causa da dimensão cognitiva, isto é, os conteúdos concretos que representam. Eles também possuem uma dimensão prática inerente, fornecendo, de um lado, um repertório específico de possibilidades de ação, do qual os atores podem tirar proveito. Por outro lado, fatores ideais também podem agir, por exemplo, na forma de instituições – ou seja, normas vinculativas enraizadas em práticas duradouras – como um quadro de ação dentro do qual o comportamento apropriado é decidido (Zehfuss, 1998). Concretamente, os fatores ideais relevantes da perspectiva construtivista são naturalmente ideias no sentido estrito, caracterizando-se por conteúdos cognitivos de imaginação de várias formas, que se manifestam, por exemplo, em visões de mundo ou construções de realidade individuais.

Desde a sua concepção, um objetivo central das abordagens construtivistas tem sido explicar a mudança na política internacional, o que pode ser alcançado incorporando as estruturas estudadas em contextos históricos (Adler, 2002). Assim, ao contrário dos fatores explicativos materialistas, como poder ou distribuição de recursos no sistema internacional, a contextualização histórica das estruturas sociais pode levar a insights sobre como e por que os processos de mudança ocorreram. Contrariando críticas comuns em abordagens racionalistas, a tentativa de contextualizar mais fortemente as estruturas levou a uma aproximação das Relações Internacionais e da pesquisa política comparativa (Finnemore; Sikkink, 2001). Isso pode ser visto em modelos explicativos que levam em conta especificidades dos processos políticos nacionais ou interdependências entre o sistema nacional e internacional.

Dessa maneira, podem ser elencados diferentes modelos explicativos para a mudança. Um padrão de explicação popular para a mudança de identidade, por exemplo, é a referência a situações de crise, nas quais as construções identitárias existentes são questionadas. Fischer (2003) adota este padrão de explicação em seus estudos e argumenta, com o exemplo da Rússia, que em particular nas situações de transformação, novas ideias e seus portadores têm a oportunidade de influenciar a formação de uma nova identidade estatal.

O papel decisivo que a mudança de ideias desempenha na mudança do processo político também é claramente evidenciado por Simone Wisotzki (2002). A autora aponta que a falta de esforços multilaterais mais fortes para o desarmamento nuclear após o fim do conflito leste-oeste se deve ao fato de que a França e o Reino Unido não mudaram as ideias subjacentes às suas respectivas políticas nucleares. Segundo essa argumentação, uma mudança em direção a mais esforços de desarmamento seria possível somente se a ideia da dissuasão nuclear não estivesse tão positivamente conceituada e se os defensores dessa ideia não tivessem a hegemonia na política de armas nucleares, devido às suas posições estruturais nos dois sistemas políticos.

No que diz respeito ao debate sobre a interdependência entre atores e estruturas, que começou na segunda metade dos anos 1980 nas Relações Internacionais, este é frequentemente considerado um dos pontos teóricos de partida para a guinada construtivista nas RI e um de seus debates substantivos centrais (Adler, 2002). No centro do problema ator-estrutura, está a suposição básica das ciências sociais de que a ação dos atores está sempre inserida em estruturas sociais específicas. Consequentemente, surgem duas perspectivas para explicar os fenômenos sociais: a explicação individualista, que se concentra nos atores e suas características; e a explicação estruturalista, que se concentra nas estruturas em que as ações estão inseridas.

Wendt (1987) apontou em um ensaio inicial que, consideradas separadamente, ambas as perspectivas não poderiam representar adequadamente a complexidade da política internacional. Sua crítica ao reducionismo baseou-se na observação de que os atores são considerados como unidades fundamentais e dados na perspectiva individualista, o que significa que as estruturas são ontologicamente anteriores aos atores, ou que as estruturas são as unidades fundamentais que antecedem ontologicamente os atores na perspectiva estruturalista. As características e efeitos causais de cada unidade fundamental não podem ser explicados adequadamente. Ambas as posições assumem que suas respectivas unidades fundamentais são dadas e não problemáticas.

Portanto, uma das principais premissas ontológicas das abordagens construtivistas é que a ação social só pode ser explicada se tanto as estruturas permitirem ou restringirem a ação dos atores quanto se os atores puderem moldar e mudar ativamente as estruturas em que agem. De acordo com esta concepção, atores e estruturas são determinados mutuamente (Giddens, 1984). Isso significa que, por um lado, as estruturas são constitutivas para atores e seus interesses, e, por outro lado, os atores reproduzem e mantêm essas estruturas por meio de suas ações, podendo também mudá-las. As estruturas não são apenas restritivas para o comportamento, mas também estabelecem as regras do jogo que fornecem aos atores um repertório específico de opções de ação e, assim, formam a base para a interação social (Clark, 1998). Em termos práticos de pesquisa, isso geralmente leva a modelos explicativos mais complexos e à análise de vários fatores explicativos que mudam ao longo do tempo.

A partir de uma perspectiva construtivista, não existe uma oposição ferrenha entre interesses e ideias. Todo cálculo utilitário está inserido em um contexto ideológico e normativo, com práticas resultantes e lógicas correspondentes de adequação, pelas quais os atores orientam suas ações (March; Olson, 1984). Por conseguinte, não existe um ator calculista que escolha a opção de ação que lhe garanta o maior valor utilitário com base em interesses exogenamente dados e, portanto, preferências fixas. Os interesses e identidades dos atores não devem ser considerados como fixos, mas se desenvolvem em um processo endógeno, que é significativamente influenciado pela autorreflexão dos atores envolvidos e pela reinterpretação das normas e ideias subjacentes. Embora abordagens racionalistas possam conceitualmente incorporar a mudança de interesses em seus modelos, os construtivistas afirmam ser capazes de explicar a formação e mudança de interesses dentro de seus pressupostos ontológicos, identificando os mecanismos causais que provocam mudanças nos interesses (Adler, 2002).

2.2 Fundamentos epistemológicos das abordagens construtivistas

Pode-se afirmar que as bases epistemológicas de abordagens construtivistas de taxonomias em Relações Internacionais muitas vezes se baseiam em diferenças epistemológicas subjacentes. Nesse sentido, é ainda mais marcante que a discussão epistemológica seja frequentemente ignorada (Zehfuss, 1998; Mengshu, 2020). Abordagens construtivistas pressupõem que não apenas o mundo, mas também o conhecimento sobre o mundo é construído.

Portanto, o observador científico também ganha importância e deve ser submetido a uma reflexão profunda. A aquisição de conhecimento nas ciências segue lógicas inerentes em sua metodologia, que encontram sua legitimação e justificação apenas em seus procedimentos teóricos reflexivos e não em suas reivindicações de verdade fundamentadas na teoria da correspondência (Noetzell; Brodoez, 1996).

De um ponto de vista epistemológico construtivista, não se nega que existe um mundo fora da percepção. No entanto, o que os construtivistas enfatizam é o fato de que esse mundo não é acessível a todos enquanto não for mediado linguisticamente e simbolicamente por práticas discursivas compartilhadas. Assim, interpretar o mundo através de sistemas de signos compartilhados, como linguagem ou práticas sociais, torna-se uma construção social (Adler, 2002; Stevenson, 2022). Partir da perspectiva de uma epistemologia construtivista, trata-se, portanto, de questionar as condições de possibilidade de como se pode chegar a declarações sobre o mundo. Ao contrário do empirismo, isso significa concretamente que o mundo não é acessado através da experiência e observação, mas está sujeito a condições intersubjetivas compartilhadas de reconhecimento que tornam o conhecimento uma construção do observador.[2]

Sob uma visão construtivista, a forma como o conhecimento é produzido com base na suposição positivista de um modelo de explicação, no qual hipóteses empiricamente testáveis podem ser derivadas de leis gerais, não é adequada para o objeto de estudo. De modo contrário, abordagens construtivistas contestam essa forma de explicação causal, o que levou, entre outras coisas, ao debate iniciado por Wendt (1998) sobre explicações "causais" versus "constitutivas". Esse debate se baseia na distinção entre "compreensão" e "explicação", de forma que,

[2] A epistemologia do Construtivismo em Relações Internacionais baseia-se na premissa de que as relações entre os atores globais são socialmente construídas e dependem de significados intersubjetivos, normas compartilhadas e processos discursivos. O Construtivismo rompe com abordagens positivistas tradicionais ao enfatizar que a realidade internacional não é fixa, mas moldada por crenças, identidades e práticas institucionais. Stevenson (2021) argumenta que a epistemologia construtivista se posiciona entre o positivismo e o pós-positivismo, ao admitir tanto a possibilidade de análise empírica quanto a necessidade de interpretação crítica dos fenômenos sociais. Além disso, Levi et al. (2020) destacam que a produção de conhecimento construtivista requer um olhar voltado para a historicidade dos eventos e para a constituição social dos interesses e das identidades dos atores internacionais. Nesse sentido, a relação entre conhecimento, discurso e ação política é fundamental, uma vez que os discursos moldam comportamentos e estabelecem limites para as ações dos Estados. Ainda, a pesquisa de Zhang et al. (2021) reforça a necessidade de um enfoque metodológico mais dinâmico, que integre análises qualitativas e quantitativas para captar a complexidade das interações internacionais. Esses estudos demonstram que a epistemologia do Construtivismo continua a evoluir, incorporando novas perspectivas e metodologias para analisar o papel das ideias e das narrativas na política global.

implicitamente, a ideia de que "explicar" é o método científico, orientado pelo modelo das ciências naturais, enquanto "compreender" é não científico, estava presente.

A perspectiva explicativa das ciências naturais é entendida como uma perspectiva externa, na qual o ser humano é considerado parte da natureza e, por analogia com as ciências naturais, são buscados padrões de explicação para a ação humana. A perspectiva de compreensão orientada para a história, por outro lado, é chamada de perspectiva interna, uma vez que o ponto de partida para a compreensão da realidade social são os indivíduos e os processos pelos quais os indivíduos atribuem significado às ações. Enquanto a explicação visa extrair relações de causalidade, com base nas quais leis gerais são formuladas, a "compreensão" visa a reconstrução da realidade a partir da perspectiva dos processos individuais de atribuição de significado (Wendt, 1998; Siddiquee, 2022).

Se forem combinadas as duas posições teóricas diferentes, que subjazem à perspectiva explicativa e à perspectiva de compreensão, com as diferentes lógicas de pesquisa de uma abordagem centrada no ator ou na estrutura, surgem diferentes suposições sobre a ação social. Considerando dois atores – X e Y –, é possível dizer que o comportamento do ator X é previsível com base em suas preferências e informações disponíveis. As preferências e informações, por sua vez, podem ser atribuídas à sua disposição como ator racional e às estruturas externas nas quais ele age. Para o ator X, o "mundo social" é um ambiente independente e, em parte, previsível fora de sua percepção. O ator Y, por outro lado, está imerso em um mundo de regras e significados, que estruturam seu comportamento em relação a outros atores e dão sentido às ações de forma intersubjetiva. O mundo social é construído por Y por meio de atos individuais de atribuição de significado.

Wendt (1998), porém, destaca que a compreensão e a identificação levantam diferentes questões em termos de análise. Tentar compreender implica, necessariamente, na questão de como as coisas devem ser para que possuam certas características. Essa pergunta é feita tanto nas ciências naturais quanto nas ciências sociais, mas é respondida de maneira diferente devido a objetos de investigação distintos. Portanto, existem diferenças que podem ser atribuídas à natureza dos objetos – ontologia – e não à forma da pergunta – epistemologia.

Se a intenção é "explicar" um fenômeno, as questões clássicas sobre o porquê e como, ou seja, sobre causas ou mecanismos causais, são primordiais. A diferença entre as duas perspectivas

fica clara nas suposições básicas que devem ser feitas ao procurar explicações causais. Por exemplo, se A deve ser a causa de B, então A e B devem existir completamente independentes um do outro. Além disso, A deve ter ocorrido antes do evento B. Finalmente, deve ser mostrado que B não teria ocorrido se A não tivesse ocorrido. De uma perspectiva de compreensão, apenas a terceira suposição é relevante. Para Zehfuss (1998), o objetivo não é explicar a mudança de variáveis isoladas ou de sistemas inteiros, como é o caso das explicações causais. Uma perspectiva de compreensão visa principalmente explicar características e propriedades com referência às estruturas subjacentes que são constitutivas para sua existência.

Pode-se afirmar que existem boas razões para considerar a questão de como algo é feito ou se tornou possível como uma forma de pergunta que visa uma explicação. Isso também pode ser atribuído ao desejo de preservar as abordagens compreensivas da acusação de falta de cientificidade, semelhante à rotulagem como "pós-positivista". Do ponto de vista epistemológico, é importante salientar que certas conclusões sobre um fenômeno sempre se baseiam em pressupostos teóricos e que o cerne das teorias é fornecer conexões explicativas. Se as descrições envolvem classificações e generalizações, então elas contêm um componente explicativo no sentido de explicações conceituais (Wendt, 1998).

2.3 Uma metodologia contrutivista

Desde a primeira crítica de Keohane (1988) à falta de implementação das abordagens que ele chamou de "reflexivas" em análises empíricas, surgiram vários estudos empíricos que foram rotulados como "construtivistas". À época, estava em andamento um debate sobre como as construções sociais de conhecimento e mundo podem ser metodologicamente seguidas (Adler, 2002; Sharpe, 2024). Em suma, todo o espectro de métodos positivistas e construtivistas é aplicado tanto em métodos quantitativos quanto qualitativos, como também observou Dessler (1999). Os métodos que testam hipóteses são geralmente referidos como "positivistas" e, em contraste, há métodos interpretativos, que abordam o objeto de estudo de forma aberta e que fazem sua classificação em relação ao respectivo contexto. A partir desta breve discussão da diversidade de métodos, pode-se dizer que, para caracterizar uma análise como "construtivista", não são decisivos os métodos utilizados, mas sim a questão de pesquisa e a forma das conclusões – interpretação ou explicação – que são tiradas dos conhecimentos obtidos através de

determinados métodos. Mesmo nos métodos, a partir da perspectiva construtivista, o contexto em que estes são aplicados é crucial.

Embora, ainda hoje, haja um foco relativo em métodos qualitativos interpretativos de análise de texto em pesquisas construtivistas nas Relações Internacionais, muitas vezes não se reflete suficientemente sobre até que ponto o uso desses métodos contribui não apenas para a construção do mundo, mas também para a construção do conhecimento sobre esse tipo de mundo (Liu, 2022). Embora muitas análises construtivistas reivindiquem ter obtido conhecimentos no contexto de uma "análise de discurso", o campo das análises de discurso é muito amplo. Keller (2001), por exemplo, distingue quatro abordagens para a análise de discurso: análise do discurso, que examina processos de comunicação imediatos; a ética do discurso baseada em Habermas; análises teoricamente orientadas do discurso em analogia a Foucault; e análise de discurso culturalista, que investiga ordens de conhecimento ou ordens simbólicas em geral.

O interesse pelas análises de discurso baseia-se na abordagem de métodos interpretativos fortes, após a compreensão da importância da construção da realidade mediada linguisticamente e simbolicamente com a "virada linguística" nas ciências sociais (Carver, 2002). Porém, abordagens críticas também enfatizam a função emancipatória das análises de discurso. À medida que o poder e o controle social são cada vez mais exercidos através de práticas simbólicas e de comunicação, como mostra o exemplo da luta pelo poder político como poder de interpretação, essas formas de exercício de poder estão cada vez mais em foco nas ciências sociais. Para Keller (1997), os discursos são investigados essencialmente em duas dimensões: em primeiro lugar, na dimensão da conversa, discurso ou fala entendida como prática humana de ação, com foco em regras e padrões fundamentais de comunicação linguística e interação mediada linguisticamente. Em segundo lugar, na dimensão da produção textual institucionalizada e tematicamente específica. Isso pode ser a discussão pública mediada pela mídia de temas específicos ou formas de produção de conhecimento especificamente diferenciadas na sociedade, por exemplo, em determinados contextos de negociação.

Contudo, em ambas as dimensões de investigação, não se trata de examinar um evento individual de fala, mas de descobrir o padrão geral subjacente que é realizado na fala e suas regras. Assim, o foco não está apenas na dimensão do sistema linguístico, mas na dimensão da fala, ou seja, nos atos de fala concretos. Consequentemente, os discursos incluem tanto os

falantes quanto suas declarações – forma e conteúdo –, bem como o público respectivo. O objetivo geral da análise do discurso é reconstruir processos de construção social da realidade, sua comunicação e legitimação em diferentes níveis, como atores individuais, coletivos e instituições, e analisar o impacto desses processos na sociedade (Keller, 1997; Shoba; Mlambo, 2024).

Para analisar sequências de texto individuais no contexto de discursos, são aplicadas formas concretas de análise de conteúdo quantitativa ou qualitativa.[3] A forma mais comum de análise de conteúdo quantitativa é a análise de frequência, em que se conta a frequência de determinados termos nos textos. Por outro lado, as análises de conteúdo qualitativas visam identificar significados latentes e o contexto em que um texto está inserido. Segundo Mayring (2003), idealmente podem ser distinguidas três formas de análise de conteúdo qualitativa: em primeiro lugar, a análise de conteúdo sumarizante, por meio da qual o material existente é resumido em seus conteúdos essenciais, resultando em um texto curto e interpretativo compreensível. Em segundo lugar, a análise de conteúdo explícita, na qual se busca por mais material para entender melhor o material existente; e, finalmente, em terceiro lugar, a análise de conteúdo estruturada, na qual o material de texto é sistematicamente analisado com base em categorias de investigação pré-determinadas. Um guia de codificação é desenvolvido, orientado pelas definições, trechos de texto característicos e regras de codificação estabelecidas antecipadamente com base em reflexões teóricas.

[3] Embora o Construtivismo seja tradicionalmente associado a metodologias qualitativas, há um crescimento na aplicação de abordagens quantitativas que adotam essa base teórica para investigar padrões discursivos, dinâmicas normativas e construções identitárias nas Relações Internacionais. Pesquisas recentes demonstram que métodos como análise de big data, modelagem estatística e aprendizado de máquina podem complementar análises construtivistas ao fornecer evidências empíricas robustas sobre como discursos e normas se disseminam globalmente. Por exemplo, Wang et al. (2022) utilizam análise de redes para mapear como narrativas geopolíticas se propagam entre atores estatais e organizações internacionais. Da mesma forma, Roberts e Miller (2024) aplicam estatísticas inferenciais para mensurar o impacto de discursos presidenciais na formulação de políticas externas, destacando como determinados enquadramentos retóricos correlacionam-se com decisões estratégicas concretas. Já o estudo de Smith (2021) emprega análise quantitativa de conteúdo para rastrear variações nas representações de identidades nacionais ao longo do tempo, reforçando a interconectividade entre discurso e mudança política. Além disso, Halliday e Jones (2020) demonstram a viabilidade de utilizar métodos mistos, combinando análise de textos de grandes volumes de dados com modelos teóricos construtivistas. Finalmente, o trabalho de Pereira (2024) explora como a mineração de dados pode revelar padrões latentes na evolução de normas internacionais, contribuindo para um entendimento mais dinâmico da difusão normativa. Esses estudos evidenciam que abordagens quantitativas podem fortalecer análises construtivistas ao ampliar a capacidade de examinar a construção social das relações internacionais de forma sistemática e mensurável.

Além disso, formas de análise de conteúdo e análise de discurso diferem fundamentalmente uma da outra. Enquanto a análise de conteúdo se concentra nas construções individuais de significado, a análise de discurso tem como objetivo a construção social de descrições da realidade que podem se manifestar em diferentes ordens de conhecimento (Mayring, 2003). Presume-se que declarações individuais se referem a contextos textuais abrangentes pelos quais se pode deduzir um discurso coerente. Para este fim, o contexto social e histórico no qual os textos foram criados deve sempre ser levado em consideração. Para uma melhor compreensão, também são considerados outros dados que transcendem um único texto, por exemplo, outros textos, práticas sociais, símbolos, estruturas de poder e instituições. Tendo em vista a quantidade de dados com a qual pesquisadores são confrontados, o problema fundamental que se coloca tanto na análise de conteúdo quanto na análise de discurso é aquele da seleção de texto e a definição do corpus a ser examinado. Isso passa por qual tipo de texto deve ser escolhido e quais são os falantes relevantes para entender as construções de significado coletivas.

Ademais, a escolha do período de análise também está sujeita a considerações metodológicas precisas. A reconstrução de processos de atribuição de significado e as relações complexas entre atores e estruturas exigem uma análise de processo elaborada. Uma análise de processo serve para descobrir os mecanismos causais subjacentes a determinados eventos (Bennett; George, 2005). Dessa forma, é possível identificar fatores explicativos possíveis por indução de processo (*process induction*) e também verificar a força explicativa de fatores explicativos já conhecidos (*process verification*). No contexto das considerações prévias à escolha do material a ser analisado, pode-se identificar pontos específicos do processo ou fases mais curtas em vez de longos períodos de análise, nos quais o estado de determinadas discussões pode ser exemplarmente avaliado.

A discussão sobre o procedimento metodológico e os problemas a ele relacionados já permitem vislumbrar a complexidade das análises que resultam de uma perspectiva construtivista. O desafio metodológico, muitas vezes, consiste em detectar processos de produção individual e coletiva de comportamentos de significado em vários níveis de análise e torná-los novamente compreensíveis. A escolha do método não depende de ser qualitativo ou quantitativo, "positivista" ou "pós-positivista", mas sim se é adequado ao objeto e à questão que se está

abordando e se pode contribuir para fundamentar a validade de determinados resultados de pesquisa. Nesse sentido, essa fundamentação de validade pode ser estabelecida pela combinação consciente de diferentes perspectivas, teorias e métodos de pesquisa no processo de pesquisa. No contexto da pesquisa social, essa triangulação pressupõe a utilização de diferentes fontes de dados, coletadas ou avaliadas idealmente por pesquisadores diferentes e, em seguida, abordar esses dados a partir de diferentes perspectivas teóricas e com diferentes métodos (Flick, 2004).

O artigo programático de Robert Keohane de 1988, no qual ele discute as "duas abordagens" da pesquisa institucional, denominadas por ele de "reflexiva" e "racionalista", é tido como uma espécie de "nascimento" das pesquisas empíricas construtivistas. Desde então, houve um processo de desenvolvimento rápido, o qual foi possível graças a mudanças históricas reais e internas à ciência que criaram uma demanda por novas abordagens explicativas. Essas novas abordagens deveriam preencher as lacunas que a disciplina considerava evidentes, visto que, até então, o instrumental analítico existente não havia sido capaz de prever ou explicar o fim da Guerra Fria (Zehfuss, 1998). A dissolução da Guerra Fria, que não sem razão desempenhou um papel importante em muitos estudos construtivistas empíricos, foi e continua sendo uma virada decisiva no pensamento sobre política internacional. A estrutura da oposição entre o bloco ocidental e o soviético determinou muitos fatores da política internacional, e sua ausência tornou o mundo em muitos aspectos menos previsível e, acima de tudo, mais imprevisível no campo da segurança.

Nesse sentido, argumenta-se que as abordagens construtivistas são caracterizadas por uma série de pressupostos ontológicos, dos quais derivam questões que não seriam colocadas a partir de uma perspectiva racionalista. Além disso, os pontos de vista epistemológicos adotados por essas abordagens enriquecem o debate sobre como o "conhecimento" é produzido e como as construções compartilhadas de significado e realidade são formadas e afetam a prática social. Isso levou a uma ampliação do espectro metodológico nas Relações Internacionais, com a aplicação de métodos interpretativos de análise de texto. Assim, a competição que inicialmente predominava entre abordagens racionalistas e construtivistas transformou-se, muitas vezes, em um diálogo produtivo (Fearon; Wendt, 2002; Sussex, 2021).

2.4 Perspectivas de um Construtivismo reflexivo para as Relações Internacionais

As análises reflexivo-construtivistas se destacam por chamar a atenção científica não só para a importância política dos fatores de influência construtivistas e sua construção, mas também para o caráter construtivo de suas próprias análises. Isso é geralmente chamado de reflexividade das análises construtivistas, espaços nos quais as análises reflexivo-construtivistas se distinguem de muitas outras investigações que são rotuladas como "construtivistas", mas que se destacam apenas pela inclusão de expectativas comportamentais – normas, identidades e cultura – e no cálculo de interesses de determinados atores. Esse argumento permite o tipo de formulação de hipóteses que serve de base para que as chamadas abordagens racionalistas e construtivistas sejam lançadas em competição dentro de uma teoria. Por outro lado, isso também podem servir de obstáculo para o estudo científico das relações internacionais da reflexão epistemológica, que seria útil para suas análises de potencial de poder, instituições internacionais e estruturas globais (Ruggie, 1998).

Nas análises construtivistas, são principalmente examinados objetos cujo significado é controverso. Entretanto, quando algo controverso é analisado com o objetivo de mostrar seu impacto político, em uma análise científica – que busca se distinguir pela sua capacidade de ser mediada intersubjetivamente – é preciso tornar plausível por que o resultado da análise toma partido a favor de uma interpretação e contra outra. Isso pode ser feito com base em uma análise empírica de discurso referente à dominação de uma determinada interpretação no discurso da sociedade ou, ainda, através de ponderações plausíveis sobre construções de realidade dominantes em processos decisórios políticos. Contudo, ambos os métodos pressupõem que, em primeiro lugar, a diversidade de possíveis interpretações seja reconhecida, isto é, que a contingência da própria interpretação seja refletida. Somente sob esse prisma, que se abre para a mediação intersubjetiva, é possível fazer uma declaração sobre o significado de fatores ideais em contextos específicos de ação política, que tenha poder de convencimento (Zehfuss, 1998).

Como regra geral, é a compreensão dominante, ou seja, uma das várias interpretações que é dada a um objeto político em um contexto relevante para decisões, cujo efeito a análise pretende avaliar. Ao optar por uma interpretação em detrimento de outras, e ao apresentar seu resultado como científico, a análise também se envolve na disputa política sobre o significado. O controverso não é mais apenas controverso, mas sim, por meio da ciência, uma área de consenso

ou pelo menos de interpretação dominante foi estabelecida. Isso, por sua vez, pode ser entendido e instrumentalizado na discussão pública sobre o controverso político, e assim, influenciar mais ou menos fortemente a disputa de interpretação política. Nesse caso, o consenso ou discordância científica sobre a análise de interpretações dominantes desempenha um papel, ou seja, em última análise, a dominância de uma determinada interpretação no discurso (Weller, 2003).

Além das possíveis influências das declarações científicas nos eventos e decisões políticas, devido à relevância política dos objetos de estudo da ciência política, a análise científica deve contribuir, principalmente, para tornar compreensíveis ou explicáveis os contextos políticos, sequências de eventos, estruturas e decisões. Porém, essas afirmações teóricas também são e permanecem construções, na medida em que, por meio de análises reflexivas, identificam uma atribuição de significado específica como politicamente dominante ou relevante e buscam reconhecimento (Ruggie, 1998). Cada análise científica é uma oferta de interpretação, que ganha seu significado ao ser reconhecida no discurso científico, político ou público.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o objeto de análise de qualquer significado controverso é a linguagem e, portanto, o método fundamental é uma forma de análise de texto. Assim, não seria possível fazer análises de texto sem uma compreensão prévia dos termos utilizados, das estruturas textuais e dos contextos do texto. Tais pré-compreensões, no entanto, tendem a afetar os resultados das análises de texto, uma vez que nenhum significado pode ser extraído de um texto antes de algo ter sido lido nele. Da mesma forma, esses significados e pré-compreensões das análises políticas são também os pontos políticos controversos que requerem atenção analítica.

Ao analisar textos enquanto cientistas políticos, pesquisadores atuam de forma semelhante ao que os atores políticos que são investigados agem em suas construções de objetos políticos e realidades políticas, e, portanto, interesses, estruturas de percepção, visões de mundo e atitudes políticas ali identificadas. Mesmo metodologias mais complexas, que geralmente só podem ser aplicadas a uma parte do objeto de estudo, não impedem a investigação da questão das possibilidades de conhecimento "fatores construtivistas", como normas, ideias, valores, gênero, identidades e visões de mundo (Weller, 2003). As construções de realidade política científicas são fortemente moldadas e influenciadas pelo discurso público de contextos políticos.

Por fim, cabe ressaltar que, atualmente, o Construtivismo continua representando um arcabouço relevante para pesquisas em Relações Internacionais. Em um estudo sobre o acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), Santos Junior (2021) afirma que o emprego da Teoria Construtivista possibilita a análise dos objetos de pesquisa sob a ótica de que eles são influenciados simultaneamente por agentes e estruturas, que, por sua vez, também interagem entre si. Nesse contexto, torna-se possível a investigação sobre possíveis mudanças nos comportamentos e identidades dos agentes em questão, indo na contramão de escolas de pensamento que consideram a estrutura do Sistema Internacional como algo imutável ao qual os agentes devem se adaptar.

De modo semelhante, em uma pesquisa realizada sobre o caráter anticomunista das relações Brasil-China durante a ditadura militar brasileira, Lima (2023) conclui que a adoção do Construtivismo enquanto viés teórico possibilitou a identificação de interesses e valores compartilhados entre os dois países, os quais foram centrais para a análise das razões da aproximação entre os dois países no período de 1964 a 1974. O mesmo ocorre em uma investigação sobre a conexão entre as relações sino-brasileiras e o ensino do mandarim no Brasil durante o governo Dilma Rousseff, realizada por Neto (2021), na qual o autor realiza um debate sobre a relevância do conceito de ato de fala para o desenvolvimento de relações sociais e negociações comerciais internacionais.

Outro tema contemporâneo de grande relevância é a governança da inteligência artificial (IA), que tem se tornado um tema central nos fóruns internacionais, sendo moldada por normas emergentes que refletem a construção intersubjetiva de significados sobre riscos e oportunidades tecnológicas. O Construtivismo pode ajudar a compreender como discursos e narrativas influenciam a formulação dessas normas, destacando que a governança da IA não é apenas uma questão técnica, mas também um processo socialmente construído. De acordo com Mazarr et al. (2019), atores estatais e não estatais engajam-se na definição de princípios regulatórios por meio de debates em instituições multilaterais, como a ONU e o G7, onde diferentes concepções sobre transparência, ética e segurança moldam a percepção global sobre a tecnologia.

Ademais, a questão das mudanças climáticas também exemplifica o papel dos discursos na formulação de políticas internacionais. A abordagem construtivista enfatiza que a responsabilidade ambiental não é inerente aos Estados, mas sim socialmente construída e

reproduzida em fóruns multilaterais, ONGs e mídia global (Betsill & Corell, 2008). Allan (2019) argumenta que a emergência de conceitos como "justiça climática" e "desenvolvimento sustentável" reflete uma disputa discursiva sobre quais atores devem arcar com os custos da mitigação ambiental. Além disso, a estruturação da narrativa em torno de compromissos como o Acordo de Paris mostra como as normas internacionais moldam a identidade dos Estados, posicionando alguns como líderes na transição energética e outros como resistentes às pressões regulatórias. Dessa forma, a política climática global não se resume a cálculos racionais de custos e benefícios, mas é construída por meio de processos discursivos que estabelecem obrigações e responsabilidades diferenciadas entre países.

2.5 Uma visão construtivista sobre abordagens quantitativas

Como discutido nas seções anteriores, o surgimento do Construtivismo enquanto teoria no campo das Relações Internacionais esteve intimamente relacionado às suas bases na Sociologia, em especial no que diz respeito à abordagem interpretativa adotada por grande parte dos estudos construtivista. Nesse sentido, é comum que sejam atribuídas à teoria pesquisas de caráter qualitativo e que possuam foco na interpretação de fenômenos internacionais sem a utilização de ferramentas como a análise estatística.

Barkin e Sjoberg (2017) questionam a divisão metodológica entre pesquisas qualitativas e quantitativas em Relações Internacionais, com o argumento de que os métodos próprios de cada tipo de estudo servem a propósitos distintos. Isso pode ser observado, por exemplo, na crença de alguns cientistas sociais em que pesquisas com forte foco em números ou equações sejam necessariamente positivistas. Por outro lado, os autores defendem que a tensão superficial entre a ciência social "objetiva" e a pesquisa crítica "interessada" pode ser navegada e negociada de diferentes maneiras, incluindo o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas que levem em consideração aspectos como subjetividade e intersubjetividade.

Sendo assim, pode-se argumentar que métodos quantitativos e uma teorização construtivista, embora geralmente tidos não apenas como distintos, mas excludentes, podem se beneficiar de um diálogo sem que haja um uso inadequado dos métodos quantitativos ou uma alteração nas epistemologias fundamentais associadas à Teoria Construtivista. Nesse sentido,

torna-se possível questionar a própria noção de separação entre pesquisas focadas em teoria e pesquisas focadas em metodologia, sugerindo uma relação de viés mais complementar entre ambas as partes (Thies, 2017).

Teorias e estudos baseados no conceito de agentes, como no caso do Construtivismo, consistem em uma forma de técnica interpretativa e, por conseguinte, não se enquadram nos moldes utilizados pelos modelos estatísticos ou de escolha racional. Assim, podem ser utilizados tanto para criar quanto para testar teorias. Os modelos de escolha racional, por sua vez, partem de uma premissa básica sobre o comportamento humano, a qual é aplicada de forma para ver onde essa suposição conduz. Do outro lado, os modelos baseados em agentes testam diferentes suposições sobre como os seres humanos pensam e agem, no intuito de observar o que acontece em diferentes cenários. quando essas são ajustadas (Hoffmann, 2017).

O Construtivismo pode ser visto como uma abordagem empírica sobre como o mundo funciona, ao invés de uma teoria política que pretende dizer como o mundo deveria funcionar. De certa forma, é como se preceitos sociológicos fossem aplicados à própria compreensão das Relações Internacionais enquanto disciplina. Considerando processos da política de poder e instituições como entidades fundamentalmente sociais, os construtivistas colocam estruturas e processos sociais no centro epistemológico de suas pesquisas investigações. Estudar a estrutura social significa, dessa forma, que teóricos construtivistas formulam questões diferentes sobre a política global, com sujeitos e objetos distintos (Alker, 2000).

Entretanto, para defender o uso de métodos matemáticos quantitativos, especialmente quando eles não se enquadram nos pressupostos tradicionais sobre a função da quantificação, é preciso se desfazer dos vínculos existentes entre os métodos quantitativos, a busca pela certeza metodológica e a presunção de uma realidade externa mensurável (Barkin; Sjoberg, 2017). Uma espécie de “quantificação interpretativa”, por exemplo, possui utilidade para estudos construtivistas que incluem – mas não se limitam a – medidas de frequência e padrões. Tem-se, também, a modelagem comportamental, que pode ser útil para identificar as ramificações de suposições comportamentais quando utilizadas na construção de modelos explicativos.

Thies (2017) afirma que a quantificação, seja realizada com o propósito de busca por representação, descrição ou exploração, implica necessariamente uma perda de informação. Todavia, a extensão dessa perda pode variar de acordo com o tipo de informação em questão e os

procedimentos adotados em cada pesquisa. Métodos quantitativos, independentemente de serem utilizados para testar ou construir teorias, apresentam, desse modo, uma alternativa que abarca tanto um controle analítico quanto uma riqueza a nível de informação. Idealmente, deveria ser realizado um cálculo para cada projeto de pesquisa, considerando não apenas a ontologia e a epistemologia, mas também as capacidades dos métodos escolhidos.

Em se tratando de análises estatísticas, estas vêm sendo utilizadas tanto na Ciência Política quanto nas Relações Internacionais desde a chamada revolução behaviorista, sendo usualmente aplicadas para testar hipóteses derivadas de teorias verbais ou matemáticas. Nesse contexto, uma hipótese geralmente é formulada em termos causais, de modo que se trabalha com uma variável independente – a presumida causa – que pode estar produzindo uma alteração na variável dependente – o presumido efeito –, também sujeita aos efeitos gerados por um determinado número de variáveis de controle (Hoffmann, 2017). Os resultados da análise estatística tendem a revelar tanto a direção do efeito quanto sua magnitude e sua significância, isto é, a probabilidade de que o resultado tenha ocorrido como resultado do acaso. Embora seja possível realizar estudos estritamente indutivos utilizando estatísticas, a preferência da disciplina é seguir algum tipo de abordagem dedutiva que permita haver hipóteses testáveis.

Um exemplo a ser citado é o trabalho realizado por Thies (2017), que se propôs a utilizar métodos estatísticos em uma pesquisa construtivista sobre estudos de conflito. De acordo com o autor, teóricos construtivistas tendem a evitar estudos empíricos sobre conflitos interestatais. Embora o Construtivismo tenha avançado no que diz respeito às pesquisas sobre segurança ao oferecer explicações teóricas de fenômenos como cultura estratégica, equilíbrio de poder, dilema de segurança e paz democrática, tais abordagens não conectam a teorização abstrata sobre questões conceituais à explicação de classes de eventos, como conflitos militares interestatais ou guerras interestatais. Nesses casos, a tendência na literatura construtivista é aderir à teorização e fornecer evidências confirmatórias de alguns casos, de maneira semelhante ao que se observa em estudos de segurança realistas. Por outro lado, se forem combinadas descobertas teóricas a análises estatísticas, pode-se começar a explicar classes mais amplas de eventos.

Além disso, cabe apontar que as análises estatísticas oferecem uma forma de explorar analiticamente a ação simultânea entre agentes e estrutura, que foi parte central da crítica construtivista à teoria então dominante das Relações Internacionais. Thies (2017) utilizou

modelos de mínimos quadrados em dois estágios, com uma medida quantitativa de rivalidade estatal no nível do agente como uma covariável endógena e uma contagem do número de rivalidades no nível cultural como a outra covariável endógena, de modo que ambas foram usadas para prever simultaneamente uma à outra. Nesse contexto, pode-se também imaginar o uso de modelagem multinível para capturar variáveis tanto de agentes quanto estruturais ou culturais, como outra possibilidade de embasar pesquisas construtivistas. Uma abordagem que utiliza mais de um método, combinando análises estatísticas com estudos de caso, pode permitir uma análise mais aprofundada dos mecanismos subjacentes à mútua constituição de agentes e estruturas nos termos de Wendt (1992).

Sabe-se que o Construtivismo social, inclusive em suas ramificações, está fundamentalmente preocupado em como dinâmicas constitutivas como fatos sociais, conhecimento intersubjetivo e comunidades de prática emergem, mudam e moldam as dinâmicas políticas. Construtivistas tendem abordam essas questões por meio de métodos interpretativos e qualitativos, rastreando processos sutis de construção social em contextos empíricos específicos. No entanto, responder a essas perguntas não está, necessariamente, vinculado a métodos específicos. Thies (2017) lembra que os métodos estão ligados às perguntas de pesquisa, e que diversas ferramentas podem ser utilizadas em um contexto de múltiplos sistemas epistemológicos ou ontológicos de pensamento.

Outro estudo que tenta fazer uma ponte entre o Construtivismo e métodos quantitativos foi realizado por Hoffman (2017). O autor utiliza o conceito de "análise de redes sociais" (*Social Network Analysis*), que tem como base tanto preceitos teóricos sociológicos quanto aspectos mais matemáticos de teoria dos grafos. Nesse sentido, busca-se estudar a estrutura de determinado fenômeno, a qual se refere às regularidades e aos padrões das relações entre indivíduos, grupos e organizações. Originalmente, este método foi desenvolvido e aplicado por sociólogos matemáticos, mas, ao longo dos últimos anos, também vem sendo utilizado em estudos da área de Relações Internacionais.

Em linhas gerais, a análise de redes sociais abarca o mapeamento de redes e a análise de estatísticas de tais redes rede para obter informações sobre os chamados "nós" (*nodes*) – nesse caso, os agentes – e as características da rede como um todo. Hoffmann (2017) defende a ideia de que tanto a visualização das relações de rede quanto a análise estatística podem oferecer

entendimentos importantes para explorar questões de pesquisas construtivistas. Para tanto, o primeiro passo deveria ser a definição da rede a ser analisada, a qual é composta por nós, isto é, os agentes de interesse no estudo, e arestas, que consistem nos vínculos ou relações entre os nós. Desse modo, os nós podem variar desde indivíduos até grupos, organizações ou, ainda, serem mais abstratos, como tratados ou discursos. As arestas, por sua vez, seriam vínculos diretamente observáveis entre agentes, sejam estas relações mais objetivas ou subjetivas. Na maior parte das vezes, este tipo de pesquisa é iniciado com uma matriz bidimensional, onde tanto os nós quanto as arestas são representados, e, em seguida, isso é transformado em uma matriz unidimensional, no qual o número de arestas conectivas compõe os dados.

Os tipos de informação descritos acima são necessários para criar um mapa de rede, que é a representação visual dos nós e como eles estão conectados. Cabe ressaltar que, embora seja uma ferramenta quantitativa, o mapeamento em si é, essencialmente, uma estratégia descritiva, consistindo em uma imagem das relações e vínculos entre os agentes ali especificados. O nível de simplicidade ou elaboração do mapeamento depende diretamente das questões de pesquisas propostas por cada estudo. Ademais, a representação dos nós e arestas pode estar relacionada a outros dados ou estatísticas de rede. Uma pesquisa pode, por exemplo, usar cores para indicar diferentes categorias de nós ou pode, ainda, alterar o tamanho dos nós com base em estatísticas de rede (Hoffmann, 2017).

Não obstante o mapeamento seja um método majoritariamente descritivo, é imperativo apontar que ele pode aportar um valor analítico significativo. Um dos possíveis desdobramentos é o surgimento de padrões e relações anteriormente não óbvias no mapeamento de redes, bem como retratos de relações sociais que são particularmente relevantes para abordagens construtivistas. A forma como os agentes estão conectados tem implicações importantes para alguns preceitos construtivistas, tais como socialização, identidade, aprendizado e persuasão. Ainda, se um estudo se propuser a criar mapas de redes com base em dados de séries temporais, torna-se possível observar como as relações mudam ao longo do tempo (Barkin; Sjoberg, 2017).

Nesse contexto, parecem evidentes as possíveis contribuições de métodos como a análise de redes sociais para pesquisas construtivistas. A possibilidade de inferir quais agentes estão posicionados em uma rede para melhor influenciar sua socialização, por exemplo, pode contribuir para uma melhor compreensão sobre como as dinâmicas constitutivas se desenrolam em uma

situação específica. Essas estatísticas também podem ser usadas para mapear redes com dimensões maiores, com o objetivo de analisar suas dimensões estruturais, combinando, assim, métodos quantitativos e qualitativos. Tem-se, assim, uma semelhança entre o Construtivismo e a análise de redes sociais que supera uma semelhança meramente ontológica, tendo em vista que, de forma semelhante ao Construtivismo, a análise de redes não é uma teoria formal ou homogênea com leis fixas, mas sim uma estratégia mais ampla de investigação da estrutura social (Hoffmann, 2017).

A análise de redes semânticas também se consolidou como uma ferramenta metodológica relevante para investigações que buscam compreender a construção discursiva e os significados compartilhados dentro de um determinado conjunto textual. Esse método parte do princípio de que o discurso pode ser representado como uma rede na qual os nós correspondem a palavras ou conceitos e as conexões indicam a coocorrência ou proximidade desses termos em um *corpus* textual. Danowski (1993) destaca que essa abordagem permite visualizar como certos conceitos são interligados e quais são mais centrais na estrutura de um discurso. No contexto das Relações Internacionais, a análise de redes semânticas tem sido utilizada para mapear padrões discursivos em debates sobre segurança, governança global e construção de identidades nacionais, permitindo uma interpretação mais sistemática e menos subjetiva das relações discursivas (Segev, 2022).

Ao contrário da análise tradicional de conteúdo, que frequentemente depende da categorização prévia de temas pelo pesquisador, a análise de redes semânticas oferece uma abordagem mais exploratória. Como demonstrado no estudo de Oliveira (2024), essa técnica permite identificar padrões emergentes em grandes volumes de texto sem a necessidade de uma estrutura pré-definida de análise. No estudo em questão, a aplicação de redes semânticas sobre discursos em redes sociais evidenciou como certos termos-chave se conectam em torno de narrativas populistas e antidemocráticas, revelando que determinados conceitos – como “fraude”, “democracia” e “vontade popular” – frequentemente aparecem interligados em discursos que desafiam a legitimidade do sistema eleitoral. Esse tipo de mapeamento auxilia na compreensão dos mecanismos simbólicos que estruturam o discurso político, um aspecto central para pesquisas com viés construtivista.

Além da identificação de padrões, a análise de redes semânticas permite observar como a incidência comum de certos termos orienta o discurso geral, um aspecto essencial para estudos

sobre a formulação da política externa e a construção de narrativas internacionais. Em contextos de disputa simbólica, como a ascensão da China nos discursos presidenciais dos Estados Unidos, esse método pode revelar como a repetição e a associação de determinados conceitos – como “ameaça”, “expansão militar” e “concorrência desleal” – contribuem para a fixação de um enquadramento específico sobre um país ou fenômeno. Segundo Park, Chung e Park (2019), redes semânticas podem ser aplicadas para comparar como diferentes governos ou grupos políticos constroem suas percepções sobre atores internacionais, permitindo uma análise comparativa mais refinada das representações discursivas.

Outro aspecto relevante da análise de redes semânticas é sua compatibilidade com abordagens quantitativas e qualitativas. Embora a estruturação matemática das conexões entre termos forneça uma base quantitativa robusta, a interpretação desses padrões ainda depende de uma análise qualitativa atenta. Como apontado por Annisa (2021), esse equilíbrio metodológico é particularmente útil para investigações sobre discursos políticos em ambientes digitais, onde a construção de narrativas ocorre de maneira descentralizada e altamente dinâmica. Dessa forma, ao integrar redes semânticas a pesquisas construtivistas, é possível não apenas capturar os padrões discursivos, mas também entender suas implicações para a formulação de identidades políticas e para a consolidação de percepções sobre atores e eventos internacionais.

2.6 Considerações finais: elementos para uma abordagem construtivista do discurso

Ao longo deste capítulo, foram discutidas as principais premissas da Teoria Construtivista das Relações Internacionais, sendo abordados aspectos como o contexto histórico de seu surgimento, seu posicionamento em relação às correntes fundadoras da disciplina, bem como os pressupostos ontológicos e epistemológicos que levaram à sua consolidação como uma das teorias mais estabelecidas em seu campo de estudos. Nesse sentido, cabe, de forma breve, retomar alguns conceitos importantes trazidos pelo Construtivismo, os quais serão aplicados ao longo da presente pesquisa.

De início, tem-se a relação entre os fatores materiais que influenciam as relações internacionais e as ideias associadas a tais fatores. Assim, parte-se da noção de que o Construtivismo é uma perspectiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma e é

formado pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do próprio mundo material. Analisar a construção social da política internacional é analisar como os processos de interação produzem e reproduzem as estruturas sociais – cooperativas ou conflitivas – que moldam as identidades e interesses dos atores e a significância de seus contextos materiais.

Sob a afirmação de que as dinâmicas internacionais são processos socialmente construídos, o Construtivismo oferece uma interpretação alternativa para tais dinâmicas. Argumenta-se que os Estados, por serem constituídos por indivíduos, são agentes que possuem características semelhantes a estes, nomeadamente identidades e interesses, que, por sua vez, moldam o comportamento em relação aos demais. É defendida a ideia de que a anarquia não deriva do constrangimento imposto aos Estados pelo Sistema Internacional ou da igualdade destes enquanto entes soberanos, mas, sim, dos significados atribuídos pelos Estados a seus pares. Assim, como um meio-termo entre abordagens positivistas e pós-positivistas, as relações internacionais consistiriam primariamente em fatos sociais, os quais são fatos apenas por acordo humano.

Nesse sentido, também é importante destacar a relação entre agentes e estrutura em uma abordagem construtivista. As estruturas não seriam as únicas determinantes das ações dos agentes, uma vez que tais relações estariam permeadas pela compreensão intersubjetiva e pelos significados atribuídos às próprias relações. Logo, não se nega que exista uma influência da estrutura sobre os agentes, mas argumenta-se que essas mesmas estruturas podem ser alteradas por meio de novas ações por partes dos agentes, as quais são geradas devido à reflexão sobre elas. Analisar a construção social da política internacional é analisar como os processos de interação produzem e reproduzem as estruturas sociais – cooperativas ou conflitivas – que moldam as identidades e interesses dos atores e a significância de seus contextos materiais.

Além disso, o Construtivismo enxerga os discursos como importantes objetos de análise, que podem servir como base para a interpretação dos significados atribuídos pelos agentes tanto a outros agentes quanto a si mesmos. Desse modo, discursos também podem ser utilizados para a construção de significados intersubjetivos, os quais, por sua vez, podem orientar o posicionamento e as ações dos agentes. Nesses casos, o objetivo da análise deve estar centrado

não nos discursos enquanto eventos individuais, mas sim nos padrões que estão subjacentes a eles.

É válido, ainda, relembrar a distinção entre as duas dimensões do discurso. De um lado, tem-se o discurso enquanto uma prática humana centrada em padrões de comunicação e mediada por meio da linguagem, podendo assumir a forma de conversa ou ato de fala. De outro lado, está o discurso sob a forma de uma produção textual institucionalizada, representado, por exemplo, em contextos de discussão pública por parte de agentes sobre temas específicos. A presente pesquisa se alinha à última definição, na qual se considera não somente a dimensão linguística, mas também o impacto do discurso em processos de construção e legitimação social da realidade.

Finalmente, tem-se a importância da definição dos discursos a serem analisados em termos de qual é o *corpus* a ser examinado, bem como o que tange ao escopo temporal em questão. Em casos como o do presente estudo, em que se pretende analisar a construção de sentidos sobre a China por parte dos Estados Unidos, se fazem necessária tanto uma análise de cunho longitudinal, para verificar tendências e padrões ao longo do tempo, quanto de cunho mais pontual e interpretativo, de modo a possibilitar uma visão mais detalhada de parte do objeto de pesquisa. Para tanto, utiliza-se da identificação de fatores explicativos possíveis por indução de processo (*process induction*) e da verificação da relevância de fatores explicativos já conhecidos (*process verification*).

Após a reflexão sobre a compatibilidade entre os conceitos da Teoria Construtivista de Relações Internacionais e a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, se faz necessário posicionar a presente pesquisa nessa intersecção. A partir da análise de discursos de Estado da Nação proferidos por presidentes estadunidenses entre 1970 e 2022, pretende-se dispor tanto de conceitos básicos da visão construtivista sobre as relações internacionais quanto de métodos de análise estatística – em especial, redes semânticas – para averiguar a recorrência de determinados temas e os contextos nos quais eles aparecem. Essa combinação de métodos também será utilizada no capítulo final do estudo.

3 ESTADO DA UNIÃO E CHINA: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL SOBRE A CHINA NOS DISCURSOS ESTADUNIDENSES DE ESTADO DA UNIÃO (1970-2022)

3.1 Relações diplomáticas Estados Unidos-China: de Nixon a Trump 1

Desde as primeiras incursões estadunidenses no mercado chinês no final do século XVIII até os dias atuais, as relações diplomáticas entre os dois países possuem uma natureza ambivalente e, não raras vezes, instável. Entre as possíveis razões para a complexidade das dinâmicas entre Estados Unidos e China, podem ser citados aspectos como razões conjunturais, que estão ligadas à evolução histórica do contexto geopolítico internacional, quanto estruturais, inerentes à cultura e à ideologia subjacentes às sociedades chinesa e estadunidense, o que poderia explicar a oscilação dos dois países entre os extremos de cooperação e hostilidade, amizade e inimizade (Bourdin, 2013).

O caráter cíclico das relações sino-americanas pode ser mais bem observado ao longo do século XX, especialmente a partir de 1949, quando Pequim oficialmente se junta ao bloco comunista em oposição ao eixo capitalista. Nesse contexto, mostra-se importante o impacto da Guerra Fria nas relações diplomáticas durante as décadas de 1950 e 1960, havendo tendências comuns às administrações Truman (1945-1953), Eisenhower (1953-1961), Kennedy (1961-1963) e Johnson (1963-1969). O temor dos Estados Unidos de "perder a China" para um campo inimigo foi intensificado pela configuração de um sistema internacional bipolar, emergindo como um fator significativo na reformulação tanto da política doméstica dos Estados Unidos quanto de sua política externa (Guerlain, 2021; Harper, 2022; Neumann, 2022).

Cabe apontar que o pensamento e a influência de Henry Kissinger desempenharam um papel decisivo na evolução diplomática entre Estados Unidos e China. Conselheiro de Segurança Nacional e posteriormente Secretário de Estado durante os mandatos dos presidentes Richard Nixon e Gerald Ford, Kissinger era um grande defensor da escola realista das Relações Internacionais. Desde a década de 1960, ele argumentava que a China estava se tornando uma potência em ascensão. Em vez de resistir a esse desenvolvimento, ele defendia o aproveitamento dessa situação: os EUA deveriam se aproximar da China para enfrentarem juntos a “ameaça soviética” e se desvincularem do conflito no Vietnã (Bourdin, 2013; Chen, 2020). Foi assim que

ele realizou uma primeira viagem, mantida em segredo, em julho de 1971, e, posteriormente, organizou a visita do presidente Nixon em fevereiro de 1972.

A preferência pública de Kissinger por uma relação pragmática, aberta ao diálogo e ao compromisso, e que colocava em segundo plano, se necessário, as exigências em relação aos valores democráticos, permaneceu a mesma desde então, como evidenciam seus escritos posteriores (Kissinger, 2011). Nos anos 1970, dois elementos de grande importância começaram a se solidificar, os quais continuam a servir como pano de fundo duradouro para o debate estadunidense sobre a China até os dias de hoje: por um lado, a acelerada transformação econômica da China; por outro, a persistência de atritos devido às acusações de violações dos direitos humanos pelo governo de Pequim e à percepção deste último de uma presença militar estadunidense excessivamente ativa na região da Ásia-Pacífico.

A partir de 1973, Kissinger passou a considerar que Pequim e Washington se tornaram "aliados tácitos", assegurando aos líderes chineses que a normalização das relações sino-americanas ocorreria até 1976. Embora parecesse estar bem encaminhada, especialmente devido à abertura de escritórios de representação diplomática em ambos os países, o escândalo *Watergate* (1972-1974) atrasou o processo. Além disso, o Congresso estadunidense não estava disposto a ceder mais prerrogativas ao Executivo, optando por desempenhar um papel mais ativo na política externa, reafirmando suas prerrogativas constitucionais por meio do voto na Resolução de Poderes de Guerra em 1973 (Bourdin, 2013). Após a renúncia de Richard Nixon em 1974, o vice-presidente Gerald Ford (1974-1977) assumiu a presidência dos Estados Unidos. A partir desse ponto, a normalização das relações sino-americanas se tornou um processo complexo, uma vez que o diálogo entre os dois países foi complicado pelas visões consideravelmente diferentes dos presidentes que se sucederam na Casa Branca, bem como por desafios internos e específicos de cada país.

Apesar de indicar a Pequim que iria dar continuidade à política de normalização iniciada por Nixon, Ford foi obrigado a concentrar-se em questões de política interna. Além disso, seu perdão a Nixon, em setembro de 1974, foi considerado um segundo escândalo e, na prática, congelou possíveis iniciativas externas. Kissinger, que desde 1973 ocupava os cargos de Secretário de Estado e Conselheiro de Segurança Nacional, continuou a supervisionar a política em relação à China, mas Ford e Kissinger não foram capazes de normalizar as relações

diplomáticas sino-americanas, muito menos romper os laços com Taiwan (Kissinger, 2011; Labott, 2021).

Tendo sido realizada em meio a expectativas desfavoráveis devido à crescente desconfiança de Pequim em relação às promessas não cumpridas por Washington, a visita do presidente Ford à China em dezembro de 1975 foi considerada um fracasso. Guerlain (2021) aponta que o diálogo sino-americano ficou em suspenso por meses, sendo retomado apenas após a ocorrência de uma redistribuição de poder em ambos os países em 1976: Mao Tsé-Tung e Zhou Enlai faleceram com poucos meses de diferença, enquanto o Partido Democrata, liderado por Jimmy Carter, venceu as eleições presidenciais nos Estados Unidos.

A partir da presidência de Carter (1977-1981), o processo de normalização das relações diplomáticas pode ser reativado, principalmente pela criação de um ambiente favorável para o comércio sino-americano, que, apesar de um início promissor após a abertura de Nixon, havia sido estagnado. No entanto, desacordos internos na administração Carter entre o Departamento de Estado e o Conselho de Segurança Nacional interferiram na formulação da política externa em geral e, em particular, a política em relação à China (Kissinger, 2011; Moens, 2021; Roggeveen, 2022). Ao passo que o Departamento de Estado, na figura de Cyrus Vance, defendia que os EUA deveriam buscar aplacar as tensões com Moscou, o Conselho de Segurança Nacional, comandado por Zbigniew Brzezinski, advogava o uso da "alternativa chinesa" como contrapeso à influência da União Soviética, mesmo que isso envolvesse o risco de contrariar esta última.

É importante destacar que Carter a acreditava que a normalização das relações diplomáticas com Pequim seria suficiente para resolver pacificamente a questão da soberania Taiwan, embora o Congresso não compartilhasse completamente dessa perspectiva. Ainda assim, o Congresso concedeu à China a cláusula de nação mais favorecida e passou a ser encarregado de votar anualmente a concessão desse status. A partir de 1979, a dicotomia entre a postura pró-Taiwan do Congresso e a política em relação à China adotada pelas diversas administrações se aprofundou ainda mais. Isso se deve, em parte, ao escândalo *Watergate* e à política excessivamente secreta da dupla Nixon-Kissinger, que geraram no Congresso uma desconfiança em relação à política externa conduzida, até então, com certa independência pelo Poder Executivo (Bourdin, 2013; Carter, 2019).

Ainda em 1979, a invasão do Afeganistão ordenada pelo Kremlin pôs fim à era da *détente* e reacendeu a oposição entre os blocos capitalista e socialista, contribuindo para a eleição de Ronald Reagan (1981-1989) à presidência dos Estados Unidos. Durante sua campanha, o candidato republicano não apenas criticou a política chinesa de Carter, mas também demonstrou apoio inequívoco a Taiwan e anunciou que restabeleceria relações diplomáticas com a ilha. Alinhado à ala mais conservadora da direita estadunidense, o sucessor de Carter na Casa Branca tinha a intenção de revisar a política dos EUA em relação à China e começou, portanto, por se mostrar simultaneamente muito crítico e pouco conciliatório em relação à China, trazendo às relações sino-americanas um grau maior de realismo (Chang, 2020; Guerlain, 2021; Kroenig, Negrea, 2024). Embora tenha reiterado ao longo da campanha presidencial sua intenção de dar uma nova orientação à política em relação à China, Reagan, uma vez eleito, encarregou o vice-presidente George Herbert Bush de ir a Pequim para reassegurar o compromisso estadunidense com os líderes chineses, evitando contestara "política de uma só China".

A partir de 1982, a retórica da Casa Branca torna-se notavelmente menos agressiva, apesar de posturas ainda dúbias sobre Taiwan, qualificado como "aliado estadunidense", e das vendas de armas para a ilha, que continuaram a ser o principal ponto de atrito nas relações sino-americanas (Bourdin, 2013). No contexto do final do primeiro mandato de Ronald Reagan, as relações sino-americanas pareciam significativamente menos tensas e mais construtivas. Essa boa vontade pode ser evidenciada por visitas de alto nível organizadas no início de 1984, tendo como principal exemplo a recepção de Zhao Ziyang em Washington, o que marcou a primeira vez para um primeiro-ministro chinês. De modo semelhante, Reagan visitou a China em abril do mesmo ano. Essa visita inaugurou a chamada a "era dos bons sentimentos", que caracterizaria as relações sino-americanas até a repressão de Tiananmen em 1989. Em um panorama mais amplo, no final de 1984, a Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher e Deng Xiaoping assinaram o acordo de retrocessão de Hong Kong.

Além disso, o comércio com a China, que estava em ascensão gradual, era visto por Washington como parte de uma estratégia para enfraquecer a União Soviética. Esta última mostrava sinais de esgotamento, especialmente quando Reagan decidiu iniciar sua "guerra nas estrelas". A ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder, em 1985, também marcou uma virada no bloco soviético e, consequentemente, na evolução do conflito Leste-Oeste. O novo

secretário-geral do Partido Comunista tentou iniciar reformas no âmbito econômico com a *perestroika* (reestruturação) e no âmbito político com a *glasnost* (transparência), na tentativa de revitalizar o país que estava economicamente exaurido pela corrida armamentista (Guerlain, 2021). O enfraquecimento da União Soviética também serviu de argumento à administração Reagan, que afirmava que o sistema comunista destinado ao fracasso. A resiliência do Partido Comunista Chinês representava, portanto, um desafio significativo para os Estados Unidos, não apenas em suas relações com a China, mas também em sua concepção de um sistema econômico-político viável. Nesse cenário, a repressão de Tiananmen em 1989 pôs fim à "era dos bons sentimentos", e a questão dos direitos humanos se somou às razões de contenda entre os dois países.

Ao assumir a presidência, George Herbert Bush – que havia atuado como conselheiro especial para assunto sino-americanos em administrações anteriores – adotou uma postura de estabelecer boas relações com a China. Para tanto, optou por continuar a política de engajamento à qual ele próprio contribuiu durante a abertura realizada pelo governo de Nixon em 1972, com a esperança de pôr fim à oscilação histórica entre as representações positivas e negativas de Pequim. Dessa forma, tinha o objetivo de super a dualidade inerente à política dos EUA em relação à China, que muitas vezes oscilava entre extremos (Bourdin, 2013; Natsios, Card Jr., 2020).

No que diz respeito aos acontecimentos de Tiananmen, Bush se viu obrigado a condenar a repressão do governo chinês, mas o fez enfatizando a necessidade de agir com cautela, manter uma visão de longo prazo e, assim, preservar a relação estratégica com Pequim. No entanto, em virtude de pressões internas por parte do Congresso, o governo estadunidense foi compelido a atender demandas como a suspensão das vendas de armas e dos intercâmbios entre militares chineses e estadunidenses, a permissão que estudantes chineses prolongassem suas estadias nos Estados Unidos e o oferecimento de assistência médica e humanitária às vítimas da repressão por meio da Cruz Vermelha (Guerlain, 2021). As consequências econômicas foram imediatas, resultando em uma queda significativa no comércio e nos investimentos estrangeiros na China, além de um congelamento imediato dos empréstimos concedidos ao país.

Diante das críticas de membros do Congresso que consideraram a resposta de Bush como sendo muito moderada em relação à violência da repressão, figuras como Richard Nixon se

manifestaram em defesa do então presidente, elogiando sua postura moderada. Ainda assim, o Congresso votou por sanções ainda mais severas com uma maioria expressiva, chegando mesmo à unanimidade, o que, na prática, impede o presidente de exercer seu direito de veto (Bourdin, 2013). Nesse contexto, pode-se afirmar que as relações sino-americanas permaneceram tensas e os esforços da administração Bush para manter e melhorar esse relacionamento bilateral estratégico foram dificultados tanto pela recusa de Pequim em fazer concessões sobre questões de direitos humanos, quanto devido aos ataques regulares do Congresso.

Desde o começo do mandato do Presidente Clinton (1993-2001), o Executivo estadunidense colocou a China no topo de suas prioridades estratégicas. Inicialmente, foram adotadas posições que pretendiam reconciliar o Executivo e o Legislativo, integrando na política da Casa Branca questões de direitos humanos na China e sobre proliferação armamentista. Em um discurso em maio de 1993 sobre a concessão da cláusula da nação mais favorecida à China, o então presidente prestou homenagem à deputada democrata Nancy Pelosi e afirmou que a renovação da cláusula no ano seguinte dependeria do progresso feito no campo dos direitos humanos, em especial no que tangia à Declaração Universal dos Direitos Humanos, à libertação de prisioneiros políticos e à questão do Tibete. Na ocasião, o Presidente Clinton chegou a ameaçar com sanções em caso de proliferação armamentista comprovada vinda da China (Clinton, 1993; Turner, 2022).

Entretanto, em 1994, houve uma virada no discurso oficial de Clinton, que começou a dissociar as questões de direitos humanos das questões comerciais, alegando que a conexão entre ambas e a condicionalidade não eram mais úteis aos países. Assim, em um discurso em maio de 1994, o presidente estadunidense afirmou que havia decidido renovar a concessão da cláusula da nação mais favorecida, afirmando ser a melhor maneira de estabelecer as bases para um progresso duradouro a longo prazo em matéria de direitos humanos, ao mesmo tempo em que avançaria em outros interesses (Clinton, 1994; deLisle, 2020). Este discurso inaugural marcou o início da estratégia clintoniana de "engajamento", o que significava a construção de mais contatos, mais comércio e mais cooperação internacional. Clinton defendia a ideia de que essa estratégia possibilitaria diálogos mais intensos e constantes sobre questões de direitos humanos, dando aos EUA uma chance de ver a China como uma potência que cresce não apenas economicamente, mas também em maturidade política (Guerlain, 2021).

Esses argumentos e debates persistiram ao longo da década de 1990, atingindo seu ponto culminante em 2000, quando a decisão sobre a concessão permanente da cláusula da nação mais favorecida à China e sua entrada na OMC estavam em pauta. Havia certa resistência entre membros do Congresso, especialmente democratas, que argumentavam que as condições de trabalho e as liberdades no país asiático ainda eram problemáticas, sendo necessária uma priorização dos valores democráticos em detrimento de exigências estritamente comerciais. Ainda assim, em novembro de 1999, foi assinado um acordo para o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, o que viria a acontecer oficialmente em dezembro de 2001.

Os mandatos de Clinton representaram, portanto, um período peculiar, caracterizado pela incerteza que acompanhou o fim da Guerra Fria e o colapso do mundo bipolar. Uma das primeiras consequências foi a volatilidade da relação com a China, em grande parte devido à crescente participação do Congresso, grupos de pressão e até mesmo da mídia. Nesse cenário, Clinton agiu principalmente com pragmatismo e se inspirou nas direções tomadas pela evolução global, como a globalização e a competição econômica internacional, para impulsionar sua política (Bourdin, 2013). Assim, considerações econômicas frequentemente serviram como alicerce para a política externa em geral e a política em relação à China em particular. Cabe apontar que, desde a Segunda Guerra Mundial, Bill Clinton foi o único presidente estadunidense a desfrutar de um contexto internacional relativamente pacífico, embora, ao mesmo tempo, tenha sofrido com a ausência de um inimigo evidente que teria permitido transcender os problemas internos e unir a opinião pública em torno de uma causa comum.

No ano 2000, o candidato republicano à presidência, George W. Bush, criticou Clinton sob o argumento que ele teria condescendente com os líderes chineses, de modo semelhante ao que o próprio Clinton havia dito em relação a seu antecessor na Casa Branca. No entanto, o início do século XXI, marcado pelos impactos causados pelos atentados de 11 de setembro, testemunhou uma redefinição progressiva e, ainda assim, profunda dos desafios nas relações sino-americanas. É válido apontar, desde já, que a estratégia de G.W. Bush em relação a Pequim vai na contramão do que geralmente é atribuído à sua política interna, demonstrando que sua administração não estava controlada por neoconservadores em todos os âmbitos (Bourdin, 2013; Warren, Bartley, 2020).

Ainda durante a campanha presidencial de Bush, o Secretário Adjunto de Defesa, Paul Wolfowitz – que viria a ser um dos principais arquitetos da guerra contra o Iraque – defendeu a ideia de que a China estaria se tornando, ainda que lentamente, o maior concorrente estratégico dos Estados Unidos. Bush, por sua vez, adotava uma postura menos incisiva, afirmando que o país asiático deveria ser visto com clareza e não por meio do filtro da retórica e dos jogos partidários. Para ele, a ascensão era inevitável, sendo necessária a defesa de uma China “livre e próspera”. Ainda assim, após eleito, Bush não deixou de chamar a atenção para tópicos como os investimentos de Pequim em armas nucleares estratégicas e o desenvolvimento de uma marinha e uma força aérea modernas. Além disso, a China ainda representa uma ameaça de espionagem para os Estados Unidos. Para ilustrar a noção de China como "concorrente estratégico", ele menciona questões de direitos humanos, destaca a importância dos aliados na região (Japão, Filipinas, Austrália, Tailândia), enfatiza o sistema de defesa antimísseis e insiste na necessidade de continuar os compromissos estadunidenses com Taiwan. Nas palavras da então Conselheira de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, a China não será ameaçada, mas também não seria deixada “sem controle" (Rice, 2000).

Segundo Bourdin (2013), a diferença fundamental entre os mandatos de G.W. Bush e Clinton reside em suas estratégias de comunicação. Enquanto a presença da China na mídia foi constante durante os dois mandatos de Clinton, nos mandatos de Bush, ela foi deliberadamente mais discreta; falava-se pouco da China, ao passo que a maior parte dos discursos estavam centrados na luta contra o terrorismo e o Oriente Médio. Ainda assim, nos bastidores, a China continuava sendo um importante tema de reflexão do governo estadunidense. Um ponto de referência nas relações entre os dois países pode ser encontrado no Relatório Anual sobre o Poder Militar da República Popular da China, elaborado pelo Pentágono em 2004, que destacava a modernização do aparato militar chinês, a qual poderia representar o objetivo de impedir a intervenção de terceiros em caso de conflito com Taiwan (Mearsheimer, 2021).

Embora houvesse algum grau de abertura no diálogo entre os dois países, isso não significava que os EUA e China países não tivesses motivos de potencial desacordo. Kissinger (2011) defende que, ao deixar deliberadamente de lado os fatores de tensão, as relações sino-americanas desfrutaram de uma melhoria conjuntural que a China desejava manter. Contudo, as guerras conduzidas pela administração Bush em resposta aos ataques de 11 de setembro

contribuíram para modificar a forma como a China enxergava seu papel tanto na Ásia e quanto no mundo. Assim, Pequim deu início à implementação de uma estratégia diplomática para proteger seus interesses, especialmente no cenário regional asiático.

De fato, enquanto as guerras no Afeganistão e no Iraque monopolizaram a atenção de Washington e da mídia, a China desenvolveu ativamente e com algum sucesso seus contatos com outras nações. Esse renovado engajamento diplomático chinês tinha como um de seus objetivos tentar limitar a influência da potência estadunidense na Ásia (Bourdin, 2013; McCourt, 2022). Além disso, os líderes chineses também não se apegaram à ideia de que a boa vontade demonstrada pelo governo dos EUA em relação a seu país eles após 2001 seria definitiva. Em suma, acreditava-se que apesar da cruzada antiterrorista, os estadunidenses ainda viam China como a principal ameaça aos seus interesses. A crescente interdependência econômica entre os dois países gerava preocupações sobre o enfraquecimento dos Estados Unidos, as quais seriam agravadas pela crise econômica que afetou o país entre 2007 e 2008.

Com a ascensão de Barack Obama ao poder (2009-2017), o governo estadunidense optou por buscar uma parceria duradoura com a China para lidar com questões globais como a crise econômica internacional, bem como questões ambientais e energéticas. Ainda em janeiro de 2009, a então Secretária de Estado, Hillary Clinton, anunciou o objetivo de implementação da “diplomacia inteligente” (*smart diplomacy*). Ao buscar estabelecer novas diretrizes na parceria entre os dois países, os EUA reconheceram que os anos anteriores haviam sido marcados por um avanço significativo da China, tanto em nível regional quanto internacional. No campo econômico, o chamado "milagre chinês" havia continuado sob a administração G.W. Bush, e, no campo estratégico, Pequim começava a desempenhar um papel cada vez mais importante (Guerlain, 2021; O’Connor, Cooper, 2021; Leoni, 2022).

Nesse contexto, de forma simultânea ao declínio de sua economia, Washington estava preocupada com a deterioração da imagem dos Estados Unidos no cenário internacional, especialmente na Ásia, o que poderia ter o efeito de reduzir a influência da maior potência mundial. No centro das críticas, estava o unilateralismo dos anos Bush e a ênfase no *hard power* durante os oito anos de presidência republicana. A administração Obama, então, começou a redobrar seus esforços para reverter essa tendência. Foi dada prioridade ao diálogo com a China sobre questões econômicas e comerciais, o qual se materializou em visitas de oficiais

estadunidense a Pequim ainda no primeiro ano do mandato de Obama. O Secretário do Tesouro, Timothy Geithner, destacou a importância de uma parceria forte entre EUA e China em sua primeira visita a Pequim, em 1º de junho de 2009. Aos poucos, o tom da "diplomacia inteligente" era estabelecido: Washington desejava cooperar mais com Pequim em questões econômicas e monetárias, mas sem aliviar a pressão sobre os pontos ainda em disputa, como taxa de câmbio e tensões geopolíticas regionais (Courmont, 2014).

Guerlain (2021) argumenta que, mesmo sob as lentes da *smart diplomacy*, é preciso reconhecer que os Estados Unidos e a China estavam envolvidos em uma guerra de percepções, com a ascensão da China amplificando esse cenário. Pequim tendia a se adaptar às estratégias de influência de Washington, as quais flutuavam de acordo com as posições políticas dos líderes estadunidenses. Por outro lado, tal estratégia por parte dos EUA também serviu para Obama como uma forma de assegurar a manutenção da influência estadunidense na região, o que foi realizado especialmente durante suas viagens pela Ásia, nas quais buscou equilibrar sua parceria com a China, ao mesmo tempo em que fortalecia seus laços com outras potências regionais, como o Japão e a Coreia do Sul. As preocupações sobre o aumento do poder militar da China, apesar do desejo de manter um diálogo sobre questões estratégicas e da manutenção de um desequilíbrio significativo entre as capacidades estadunidenses e chinesas, também demonstram o objetivo de definir uma nova relação que envolvesse uma parceria ampliada e uma desconfiança mantida.

Após os oito anos do governo de Obama, o escopo das relações entre os Estados Unidos e a China expandiu-se significativamente, não estando mais restrito às questões convencionais de comércio bilateral, da independência de Taiwan, da taxa de câmbio e da questão do Tibete. Dada a crescente importância da China na região da Ásia-Pacífico e na economia mundial, esse relacionamento reformulado passou a abranger questões regionais mais amplas, como as tensões no Mar da China Oriental, a disputa no Mar da China Meridional, bem como questões globais de mudanças climáticas, desnuclearização, cibersegurança, antiterrorismo e redução da pobreza. Desde que Xi Jinping assumiu o cargo, em 2013, os dois chefes de estado se encontraram um total de 11 vezes, em ocasiões que variaram desde visitas de Estado até conferências internacionais (Haacke, 2021; Guerlain, 2021).

O primeiro governo de Donald Trump (2017-2021), por sua vez, foi caracterizado por uma disrupção do consenso bipartidário de longa data sobre a política dos EUA em relação à

China, uma vez que esta passou a ser vista como excessivamente contida e insuficientemente robusta em responder aos supostos excessos do país asiático. Embora a política de governos anteriores também tenha se adaptado a partir de eventos específicos, partia-se do princípio de que os interesses dos EUA seriam atendidos por uma relação construtiva com a China que mitigasse o risco de conflito e maximizasse oportunidades de cooperação em áreas de interesses convergentes. Trump, por outro lado, guiou essas relações por meio da avaliação de que a trajetória passada da relação bilateral favoreceu a China e prejudicou os Estados Unidos em uma competição de longo prazo pela liderança global. Em uma tentativa de alterar essa configuração, foi adotada uma abordagem progressivamente unilateralista e protecionista, centrada no lema "*America first*" no que dizia respeito à relação bilateral (Arezina, 2019; Sankoh, 2024).

Em um contexto mais amplo, pode-se afirmar que os estadunidenses passaram a estar menos dispostos a assumir o ônus de manter uma ordem econômica internacional liberal, passando a dar maior ênfase à sua própria competitividade. Como resultado, a administração Trump retirou os Estados Unidos de diversos acordos internacionais percebidos como contrários aos interesses estadunidenses, incluindo o Acordo Transpacífico, o Acordo de Paris sobre Mudança Climática, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a União Postal Universal (UPU), o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o acordo nuclear com o Irã e o Pacto Global das Nações Unidas sobre Migração (Guerlain, 2021; Guillén, Torres, 2023).

Considerando o fator de a imprevisibilidade da política de Trump, tem-se um cenário em que as relações dos Estados Unidos com seus aliados também foram comprometidas devido à convicção do então presidente Trump de que os Estados Unidos estavam sendo há muito tempo vítimas de acordos comerciais ruins e práticas comerciais injustas. Nesse sentido, teve início um processo de renegociação de acordos comerciais que Washington considerava prejudiciais aos interesses nacionais, como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Acordo de Livre Comércio EUA-Coreia. Com o mesmo objetivo, Trump iniciou renegociações com Pequim para reduzir os déficits comerciais dos EUA com a China (Hass, 2020; Patil, Anand, 2024).

Entretanto, após várias rodadas de conversas com autoridades chinesas que não obtiveram os resultados esperados, o governo estadunidense deu início a uma guerra comercial com a China

em março de 2018, citando práticas comerciais chinesas injustas e roubo de propriedade intelectual dos EUA. Pouco depois, Pequim respondeu aumentando tarifas sobre produtos dos EUA, na maioria provenientes de estados que haviam votado a favor do Presidente Trump. Com o passar de alguns meses, mostrou-se que Trump não conseguiu reduzir os déficits comerciais existentes com a China por meio das medidas que introduziu. Especificamente, os déficits, que totalizaram US$ 347 bilhões em 2016 e aumentaram para US$ 375 bilhões em 2017, subiram para $420 bilhões após a introdução de medidas protecionistas (Arezina, 2019).

Além disso, uma retórica antichinesa também se tornou cada vez mais proeminente em documentos estratégicos estadunidenses, a exemplo da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de 2017 e 2018. Nestes documentos, a China é apresentada – juntamente com a Rússia – como um concorrente estratégico e "predador" que utiliza incentivos econômicos, operações de influência e ameaças militares implícitas para persuadir outros Estados a adotarem sua agenda política e de segurança (Hass, 2020). Assim, a administração Trump direcionou seu foco à região da Ásia-Pacífico como um espaço de grande interesse para os Estados Unidos. Tanto a China quanto a Rússia eram frequentemente retratados como modelos políticos baseados no autoritarismo e poder militar que desafiavam a posição do Ocidente, que, por sua vez, representava uma área de liberdade regulamentada onde a separação dos poderes garantia a preservação da liberdade individual e da comunidade.

Em se tratando da “guerra comercial”, a postura conflitiva da administração Trump em relação a Pequim decorreu de alegações de práticas comerciais desleais da China, como a transferência forçada de tecnologia, o roubo de propriedade intelectual e a imposição de barreiras não alfandegárias que impediam que empresas estadunidenses adentrassem o mercado chinês. Autoridades em Washington enfatizavam com frequência o problema dos déficits comerciais dos EUA com a China, argumentando que, embora os consumidores e a indústria dos EUA tenham se beneficiado de produtos chineses baratos por anos, fabricantes domésticos e milhões de cidadãos sofreram com o processo “*made in China*” e perderam seus empregos em virtude da terceirização de sua produção para a China (Hass, 2020; Patil, Anand, 2024).

Finalmente, cabe apontar a influência da pandemia de COVID-19 nas relações entre Estados Unidos e China. Nos EUA, a pandemia se entrelaçou com a política doméstica à medida que Trump buscou desviar a atenção dos crescentes casos de COVID-19 e dos protestos do

movimento *Black Lives Matter* desencadeados pelo assassinato de George Floyd, ao afirmar que a China deveria ser responsabilizada pela pandemia e acusar a Organização Mundial da Saúde de ser um fantoche de Pequim. A percepção do país asiático como culpado pela pandemia e as interrupções nas cadeias de suprimentos globais levaram alguns políticos dos EUA a exigirem um maior distanciamento entre os dois países. Teorias da conspiração sobre a origem do surto, incentivadas por esforços de desinformação e má informação de ambos os lados, exacerbaram a desconfiança entre as duas nações. Ao mesmo tempo, a pandemia levou a um aumento significativo na proporção de estadunidenses com uma visão negativa da China: uma pesquisa do Centro de Pesquisa Pew, realizada em outubro de 2020, constatou que 73% da população dos EUA via a China de forma negativa, o nível mais alto desde 2005 (Huang, 2020).

3.2 Governo Trump (2017-2021): rede semântica e análise qualitativa

Como discutido na seção anterior, as relações EUA-China sob o governo de Donald Trump foram marcadas por um rompimento no consenso bipartidário existente até então, que foi justificado por uma visão de que a configuração diplomática entre os dois países favorecia mais os interesses de Pequim. Nesse contexto, e não apenas em relação à China, Trump questionou muitos dos pressupostos prevalentes nas relações internacionais sobre a formulação e execução da política externa estadunidense, a qual passou a ter um caráter mais personalista (Day; Wedderburn, 2022).

Ao longo de seu mandato de quatro anos, Trump reforçou sua política de "*America first*", o que acentuou as tensões das relações sino-americanas. Além disso, a retirada dos EUA de importantes tratados internacionais contribuiu para uma visão de que o país estaria em uma nova era diplomática, pautada por uma espécie de individualismo e por uma mudança na forma com que outros países enxergavam o papel dos EUA na política internacional (Brattberg, 2021). Isso também pôde ser observado nas participações de Trump em fóruns multilaterais, como foi o caso da 45ª reunião do G7, realizada na França em 2019, na qual o comportamento do então presidente foi criticado como sendo descuidado e disruptivo (Nye, 2023).

Antes de partir para a análise dos discursos de Trump, se faz necessária uma breve explicação acerca do discurso de Estado da União (*State of the Union*). Anualmente, o presidente

estadunidense tem a incumbência de realizar, perante o Congresso, uma prestação de contas sobre o estado da união, o que é previsto no Artigo II, Seção 3 da Constituição dos Estados Unidos. Em geral, o discurso é realizado em janeiro ou fevereiro de cada ano, em uma sessão conjunta das duas casas do Congresso. Nesse sentido, pode-se dizer que representa um momento que pode ser especificamente localizado e comparado entre todos os presidentes para identificar alterações em elementos como discurso e abordagem (Teten, 2003).

Originalmente, o principal objetivo do discurso de Estado da União consistia em ser uma oportunidade para o presidente em exercício falar sobre os principais feitos e conquistas do ano anterior, bem como expor os principais objetivos para o ano que se iniciava. Entretanto, também se trata de um momento no qual o chefe do Executivo estadunidense trata de temas não apenas de temas de política doméstica, mas, do mesmo modo, de assuntos relativos ao papel do país em assuntos de cunho internacional. Cabe ressaltar, ainda, que o Estado da União é um dos poucos momentos nos quais os três poderes federais se reúnem no mesmo ambiente, e, ao contrário de discursos de posse, possui um caráter mais político do que cerimonial (Shogan, 2015).

Para a realização da análise de redes semânticas dos discursos de Estado da União realizados pelo ex-presidente Donald Trump, optou-se pela utilização da ferramenta *KH Coder*, um software gratuito e de código livre utilizado para análises de conteúdo quantitativas e mineração de textos (*data mining*). O programa, lançado em 2015, permite a inserção e o processamento de dados em diferentes idiomas, bem como o mapeamento estatístico de ocorrências e cálculos comparativos. Dentre as possibilidades mais relevantes para a presente pesquisa, estão listas de frequência, escalonamento multifuncional, redes de co-ocorrência e análises de cluster (KH CODER, s.d.).

A escolha de Trump para uma análise mais detalhada se justifica pelo fato de a China aparecer com mais frequência em seus discursos em relação aos discursos de seus antecessores, o que pode ser observado na Figura 1. Embora temas ligados às relações sino-americanas não ocupem um lugar de destaque em seus pronunciamentos – o que se deve, em grande medida, ao próprio caráter dos discursos de Estado da União –, observa-se uma maior incidência nas falas de Trump quando feita a comparação com os demais presidentes considerados pela pesquisa. No caso de George W. Bush, por exemplo, há uma ocorrência consideravelmente maior de termos relacionados à "Guerra ao Terror", como "*military*", "*Afghanistan*" e "*Iraq*".

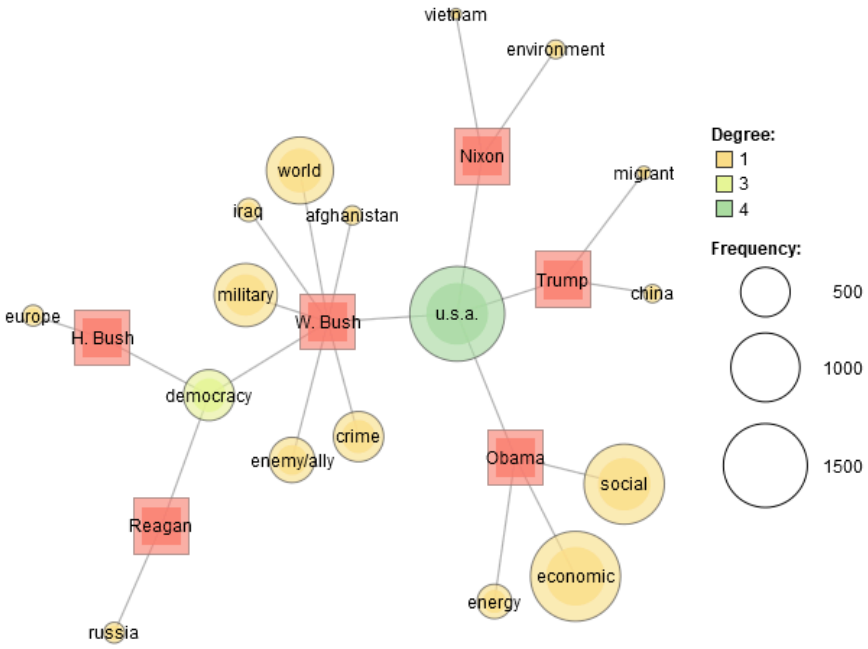

Figura 1 – Co-correspondência de termos nos discursos de Donald Trump em relação os presidentes anteriores.
Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos de discursos de Estado da União em WhiteHouse.Gov.

Em seu primeiro discurso de Estado da União, realizado em 28 de fevereiro de 2017, Trump utilizou o espaço do Congresso para reforçar algumas ideias que haviam sido utilizadas durante sua campanha presidencial, em especial acerca da situação econômica dos Estados Unidos. Dessa forma, o então presidente deu destaque a temas como pobreza, fome e desemprego, afirmando que se tratava do momento mais grave no país em mais de seis décadas. Dentre as possíveis razões para a conjuntura econômica da época, Trump destaca, além dos gastos da administração anterior, fatores de política externa, como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o ingresso da China à Organização Mundial do Comércio em 2001.

> Mais de 1 em cada 5 pessoas em idade ativa não estão trabalhando. Temos a pior recuperação financeira em 65 anos. Nos últimos 8 anos, a Administração anterior acumulou mais dívida do que praticamente todos os outros presidentes juntos. Perdemos mais de um quarto dos nossos empregos na indústria manufatureira desde a aprovação do NAFTA, e perdemos 60.000 fábricas desde que a China aderiu à Organização Mundial do Comércio em 2001. Nosso déficit comercial de bens com o mundo no ano passado foi de quase 800 bilhões de dólares. E, no exterior, herdamos uma série de desastres trágicos em nossa política externa (CNN, 2017, s.p., tradução nossa).

No trecho acima, podem ser identificados elementos que foram discutidos na seção anterior. Inicialmente, tem-se a ideia de que os Estados Unidos, ao longo dos últimos anos, teriam sido prejudicados pelos acordos e tratados internacionais, os quais, por sua vez, teriam causado consequências graves para a situação doméstica do país. Nesse sentido, é feita uma relação direta entre o aumento da taxa de desemprego e o deslocamento de centros de produção dos Estados Unidos para a China após 2001. Ao mesmo tempo, é reforçada a noção de que, para que fosse alcançada a recuperação econômica, seria necessário fortalecer as empresas nacionais para que elas permanecessem em território estadunidense.

> No entanto, para alcançar nossos objetivos tanto no âmbito nacional quanto internacional, devemos reativar o motor da economia americana – tornando mais fácil para as empresas fazerem negócios nos Estados Unidos e muito mais difícil para as empresas se deslocarem para fora do país. [...] O primeiro presidente republicano, Abraham Lincoln, alertou que o "abandono da política de proteção pelo governo americano irá gerar carência e ruína entre nosso povo". Lincoln estava certo – e é hora de prestarmos atenção às suas palavras. Não vou permitir mais que a América, suas grandes empresas e seus trabalhadores sejam explorados (CNN, 2017, s.p., tradução nossa).

Neste último trecho, podem ser observados, ainda que implicitamente, preceitos que baseavam a política de "*America first*" de Donald Trump. Partindo do argumento de que acordos em âmbitos bilaterais e multilaterais teriam desempenhado um grande papel no declínio da economia e da influência estadunidense em nível global, seria necessário priorizar os interesses domésticos em detrimento da cooperação internacional. Nesse contexto, a China – representada, também, por suas empresas – simbolizaria uma das principais ameaças à estabilidade econômica dos Estados Unidos.

Shogan (2015) afirma que, em se tratando de discursos de Estado da União, há diferenças claras nos tons adotados pelos presidentes nos diferentes momentos de seus mandatos. No que diz respeito ao discurso realizado no primeiro ano, em uma espécie de discurso inaugural, existe uma tendência em estabelecer as bases da nova Administração por meio de uma retórica direcionada ao futuro e com o objetivo de influenciar a agenda legislativa dos anos seguintes. Este argumento pode ser claramente observado no discurso de Trump de 2017, no qual o então presidente justifica seus objetivos de longo prazo por meio da identificação de fatores que poderiam ter levado ao estado do país no momento, ao mesmo tempo em que sugere as vias de ação que considerava ideais.

No ano seguinte, em 30 de janeiro de 2018, Trump iniciou seu pronunciamento com uma postura mais otimista, afirmando que muito progresso havia sido feito desde o discurso anterior. Ademais, o então presidente também usou da ocasião para reafirmar seu compromisso com seu slogan de campanha, "*Make America Great Again*" ("Torne a América Grande Novamente", em tradução livre), assegurando que as ações do governo até então tinham como principal intuito atingir o objetivo ali exposto. Também foi mencionada a criação de mais de dois milhões de empregos, o que teria levado a taxa de desemprego ao índice mais baixo de mais de 45 anos (Miller Center, 2018, s.p.).

No que diz respeito às menções sobre a China, Trump realizou um paralelo entre a retomada de força domesticamente e um suposto reganho de influência no cenário internacional.

> Ao reconstruirmos a força e a confiança dos Estados Unidos em território nacional, estamos também revitalizando nossa influência e posição no exterior. Ao redor do mundo, nos deparamos com regimes desonestos, grupos terroristas e rivais como China e Rússia, que desafiam nossos interesses, nossa economia e nossos valores. Ao enfrentar esses perigos terríveis, sabemos que a fraqueza é o caminho mais seguro para o conflito, e que um poder inigualável é o meio mais seguro para a nossa verdadeira e grande defesa (Miller Center, 2018, s.p., tradução nossa).

No excerto acima, Trump utiliza termos embutidos de juízo de valor, como "desonestos" e "rivais"; uma discussão acerca deste aspecto à luz do Construtivismo será realizada na última seção do presente capítulo. Ademais, são trazidas ideias como a necessidade de fortalecimento militar face a possíveis ameaças externas, reforçando a ideia de que os interesses estadunidenses deveriam ser colocados em primeiro lugar. Este ponto também estava relacionado a um impasse entre os poderes Executivo e Legislativo à época, visto que este último havia reduzido significativamente o orçamento previsto para gastos militares.

> Por esta razão, estou solicitando ao Congresso que encerre o perigoso bloqueio orçamentário na defesa e que financie completamente nosso grande exército. Como parte de nossa defesa, devemos modernizar e reconstruir nosso arsenal nuclear, esperançosamente, nunca tendo que utilizá-lo, mas tornando-o tão forte e poderoso que dissuadirá quaisquer atos de agressão de qualquer outra nação ou qualquer outro agente. Talvez um dia, no futuro, haja um momento mágico em que os países do mundo se reúnam para eliminar suas armas nucleares. Infelizmente, ainda não estamos lá, infelizmente (Miller Center, 2018, s.p., tradução nossa).

Cabe destacar que, no discurso original, o trecho acima veio logo em seguida à menção dos principais "rivais" dos Estados Unidos: China e Rússia. Há uma ênfase na necessidade de aumento da robustez do poderio militar estadunidense – em especial, o nuclear – como forma de garantir que não houvesse uma necessidade de defesa em relação a ameaças externas, uma vez

que tais ameaças seriam dissuadidas por este mesmo aumento. Trump utiliza, ainda, a expressão irônica “momento mágico” para se referir à possibilidade de eliminação de armas nucleares a nível mundial, o que, em certa medida, faz eco às decisões de retirar os Estados Unidos de acordos multilaterais discutidas na seção anterior.

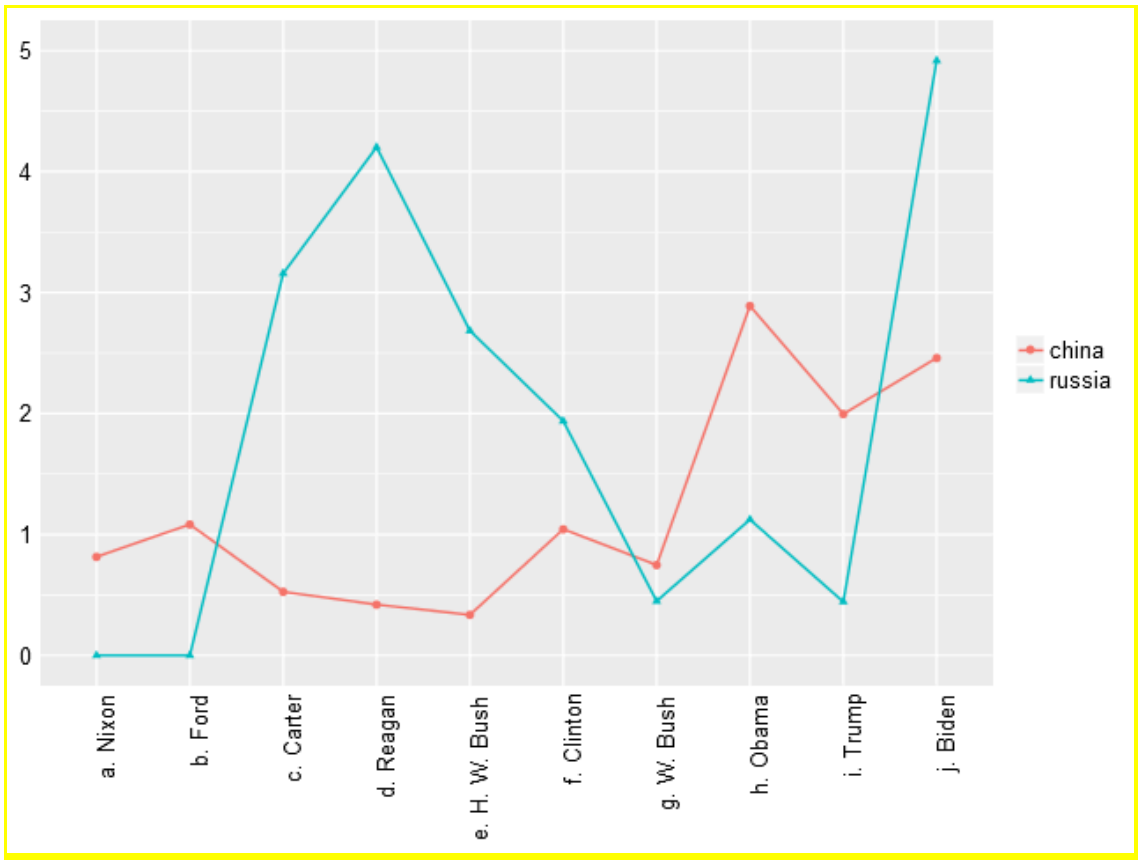

Figura 2 – Frequência de menções a China e Rússia nos discursos de Estado da União.
Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos de discursos de Estado da União em WhiteHouse.Gov.

Na Figura 2, pode-se observar que, com exceção de Obama e Biden, no intervalo proposto pela presente pesquisa, Trump foi o presidente que mais fez menções à China em seus discursos de Estado da União. Entretanto, cabe apontar que as referências ao país asiático realizadas por seu antecessor possuíam um caráter mais voltado para a cooperação. Nos discursos de 2009 e 2010, por exemplo, Obama citou os esforços chineses em estimular a produção de energia renovável. Em 2014, mencionou a tradição chinesa de apoio aos negócios e empresas locais (Miller Center, 2014).

Algo semelhante pode ser observado nos discursos realizados pelo presidente estadunidense, Joe Biden. Na primeira ocasião, em fevereiro de 2021, Biden reconheceu que a China representa o maior competidor dos Estados Unidos em termos econômicos, mas também expressou seu desejo em liderar ações de combate às mudanças climáticas em parceria com o país asiático – bem como com Rússia, Índia e União Europeia (The White House, 2021). De modo semelhante, em 2022, Biden argumentou que os EUA estariam no caminho de vencer a competição econômica do século XXI, mas também elogiou o investimento chinês de seu produto interno bruto nas áreas de pesquisa e desenvolvimento (The White House, 2022).

Em 2019, Trump dedicou parte de seu discurso a reforçar o argumento de que a China seria uma das responsáveis pelo declínio da economia estadunidense, em especial no que dizia respeito à "fuga" de empresas do território dos Estados Unidos. Nesse sentido, se fazia necessária uma ação coordenada que pudesse dar fim a décadas de políticas comerciais desvantajosas.

> Estamos agora deixando claro para a China que, após anos de direcionamento às nossas indústrias e apropriação de nossa propriedade intelectual, o roubo de empregos e riquezas americanas chegou ao fim. Por isso, recentemente impusemos tarifas sobre 250 bilhões de dólares em produtos chineses, e agora nosso Tesouro está recebendo bilhões e bilhões de dólares. No entanto, não culpo a China por se aproveitar de nós; culpo nossos líderes e representantes por permitirem que essa tragédia ocorresse. Tenho grande respeito pelo Presidente Xi, e agora estamos trabalhando em um novo acordo comercial com a China. Mas ele deve incluir mudanças estruturais reais para pôr fim a práticas comerciais desleais, reduzir nosso crônico déficit comercial e proteger os empregos americanos (MILLER CENTER, 2019, s.p., tradução nossa).

É interessante observar, na passagem acima, certa contradição na fala do então presidente. Ao mesmo tempo em que atribui à China o roubo de propriedade intelectual estadunidense, logo em seguida redireciona a responsabilidade aos governos que antecederam seu mandato, sob o argumento de que eles seriam os verdadeiros "culpados" pelo favorecimento do país asiático nos acordos comerciais entre as duas nações. Cabe apontar que a menção às supostas desvantagens em acordos com a China foi realizada logo antes de uma crítica ao NAFTA, sinalizando uma preferência de Trump por uma política externa de cunho unilateral.

Em se tratando do discurso de Estado da União realizado em 2020, de modo semelhante ao ocorrido no ano anterior, pôde ser observado um contínuo endurecimento no tom das críticas realizadas por Trump ao governo chinês. O então presidente afirmou que haviam sido implementadas tarifas mais rígidas para impedir o "roubo" de trabalhos estadunidenses, bem como acordos para a proteção de propriedade intelectual.

> [...] prometi aos nossos cidadãos que imporia tarifas para enfrentar o roubo massivo de empregos dos Estados Unidos perpetrado pela China. Nossa estratégia foi bem-sucedida. Há poucos dias, assinamos um inovador acordo com a China que irá proteger nossos trabalhadores, preservar nossa propriedade intelectual, gerar bilhões e bilhões de dólares para nosso tesouro e abrir vastos novos mercados para produtos fabricados e cultivados aqui mesmo nos Estados Unidos. Por décadas, a China se aproveitou dos Estados Unidos. Agora, mudamos isso, mas, ao mesmo tempo, talvez tenhamos o melhor relacionamento que já tivemos com a China, incluindo com o Presidente Xi. Eles respeitam o que fizemos, porque, francamente, eles jamais puderam realmente acreditar que poderiam continuar agindo da forma como o fizeram ano após ano, década após década, sem que alguém em nosso país se levantasse e dissesse: "Isso já é o suficiente". Agora queremos reconstruir nosso país, e é exatamente o que estamos fazendo. Estamos reconstruindo nosso país (Miller Center, 2020, s.p., tradução nossa).

Na parte do discurso trazida acima, observa-se um paradoxo entre uma suposta melhora nas relações sino-estadunidenses, representada, inclusive, pela figura do Presidente Xi Jinping, e um reforço do argumento de que, por muito tempo, os Estados Unidos haviam sido prejudicados pelos arranjos de cooperação entre os dois países. Shogan (2015) afirma que os discursos de Estado da União realizados em ano de eleição tendem a focar nas conquistas que o presidente em exercício considera mais importantes, bem como, ainda que de forma implícita, propostas para um possível futuro mandato. Ao afirmar que, finalmente, “alguém” teria se manifestado contra a suposta relação desigual entre China e Estados Unidos, Trump se coloca em uma posição de destaque como o responsável pela recuperação da posição de primazia estadunidense a nível internacional.

3.3 Conclusões do capítulo

Ao longo deste capítulo, foi conduzida uma discussão sobre as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a China, abrangendo o período desde o governo Nixon até o governo Trump. Foram destacadas a complexidade das questões abordadas ao longo dessas décadas, com uma ênfase especial nas transformações ocorridas durante o governo Trump. Assim, o estudo expôs as nuances das relações entre os dois países, desde o estabelecimento de relações diplomáticas até os embates comerciais e geopolíticos contemporâneos. Além disso, foi demonstrado como as estratégias e interesses mudaram ao longo do tempo, refletindo a dinâmica fluida das relações internacionais.

No que concerne aos discursos de Estado da União proferidos durante o governo Trump, foram empregadas técnicas de análise rede semântica e análise qualitativa, focalizada nas

menções à China por parte do ex-presidente. Observa-se que o tom adotado nos discursos presidenciais foi notavelmente diferente em comparação aos governos anteriores, visto que a retórica mais assertiva e confrontacional adotada em relação à China marcou uma mudança significativa na abordagem oficial do governo dos Estados Unidos.

Ainda sobre os discursos realizados durante o governo Trump e que foram considerados pela presente pesquisa, podem ser feitas algumas observações à luz da Teoria Construtivista de Relações Internacionais. No caso do discurso de 2017, por exemplo, pode-se afirmar que Trump busca a construção de uma identidade em contraposição aos demais agentes referenciados, como a China e os presidentes anteriores. A ênfase nos números e estatísticas busca legitimar a visão apresentada, influenciando a percepção dos receptores do discurso sobre a gravidade da situação. As ideias e valores subjacentes ao discurso incluem a importância atribuída à recuperação econômica, ao papel do NAFTA e à adesão da China à OMC. Esses elementos são fundamentais para a construção da argumentação e para a defesa de uma abordagem política específica em relação à economia e às relações comerciais. Dessa forma, o parágrafo ilustra como a construção discursiva das identidades, interesses e ideias é central na formulação das políticas e na percepção das relações internacionais.

Nos trechos destacados no discurso de 2018, o processo de construção dessa identidade é solidificado através da associação entre a revitalização da influência no exterior e a reconstrução da força nacional. Em contraste, os demais agentes citados como regimes desonestos, nomeadamente China e Rússia, são posicionados como desafios aos interesses, economia e valores dos Estados Unidos. Além disso, é dada ênfase à necessidade de um poder inigualável como meio de defesa eficaz e na modernização do arsenal nuclear como forma de dissuasão, em detrimento à possibilidade de um futuro desarmamento. O discurso constrói a ideia de que a fraqueza é arriscada, ao passo que a força militar é essencial.

Em relação ao discurso de 2019, a narrativa é direcionada para o tema da suposta apropriação de propriedade intelectual por parte da China, sob o argumento de que haveria uma preocupação com a proteção da economia e dos empregos nos Estados Unidos. Sob um ponto de vista construtivista, pode ser notada a influência das ideias e valores nessa construção, ao culpar a administração anterior pela "tragédia" ocorrida nas relações comerciais com a China. Entretanto, ao mesmo tempo, a menção ao Presidente Xi revela um esforço para manter canais de diálogo e

negociação, o que sugere a compreensão da importância da construção de uma relação mais estável na diplomacia sino-americana. Ao enfatizar a necessidade de mudanças estruturais e de um novo acordo comercial, o discurso aponta, ainda que implicitamente, para a busca de uma reconfiguração das relações bilaterais.

Finalmente, no discurso de 2020, Trump se posiciona novamente como o líder que havia prometido ser, tendo efetivamente imposto tarifas para conter o que descreve como um "roubo massivo de empregos" perpetrado pela China. Ao se referir à promessa feita aos cidadãos, ele se posiciona como o agente que tem a missão de reconstruir o país, reforçando sua identidade como o presidente que age em prol dos interesses dos trabalhadores estadunidenses. A estratégia adotada é apresentada como bem-sucedida, destacando a proteção dos trabalhadores e a preservação da propriedade intelectual como resultados tangíveis. Ao afirmar que agora têm "o melhor relacionamento que já tivemos com a China", Trump infere ter a capacidade de transformar a dinâmica da relação bilateral e, ao mesmo tempo, reforça a ideia de que os Estados Unidos estão retomando o controle da situação.

4 A CHINA NOS DISCURSOS DO PRIMEIRO GOVERNO TRUMP: O PAPEL DO DEPARTAMENTO DE ESTADO

O Departamento de Estado dos Estados Unidos é uma das principais agências governamentais responsáveis pela execução da política externa estadunidense. Sua missão central é proteger e promover os interesses e valores dos Estados Unidos no exterior, o que inclui a manutenção de relações diplomáticas, a negociação de acordos internacionais e a coordenação de esforços em áreas como comércio, segurança e direitos humanos. Fundado em 1789, o Departamento de Estado desempenha um papel crucial na formação e implementação das políticas que moldam a posição dos Estados Unidos no cenário global (State Department, s.d.).

A importância da China nas questões de política externa dos Estados Unidos é inegável. Como segunda maior economia do mundo e potência emergente, a China desempenha um papel central em diversas questões globais que vão desde o comércio internacional até a segurança regional na Ásia-Pacífico. A relação entre os dois países é marcada por uma complexa interdependência econômica, ao mesmo tempo em que persistem tensões em áreas como direitos humanos, disputas territoriais e políticas de comércio (Allison, 2017). A ascensão da China como potência global desafia a hegemonia estadunidense, tornando essa relação uma das mais significativas da política externa dos Estados Unidos.

Como abordado no capítulo anterior, historicamente, as relações entre Estados Unidos e China passaram por diversas fases. Desde a abertura diplomática iniciada pelo Presidente Nixon em 1972, os dois países passaram de uma fase de confronto durante a Guerra Fria para uma de cooperação cautelosa e competição estratégica no século XXI. Durante o primeiro governo Trump, essa relação sofreu tensões adicionais devido a disputas comerciais, alegações de espionagem e questões relacionadas à pandemia de COVID-19. A administração Trump adotou uma postura mais confrontadora em relação à China, culminando em uma série de medidas que visavam restringir a influência chinesa e proteger os interesses econômicos e de segurança dos Estados Unidos.

Este capítulo se propõe a analisar os discursos e pronunciamentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos durante o primeiro governo Trump que fazem menção à China – mesmo nos casos em que o país asiático não é o tema principal. A análise será

realizada por meio de redes semânticas, buscando entender como a China é enquadrada em diferentes contextos e temas abordados pelo Departamento de Estado. Questões econômicas, acordos políticos, conflitos regionais e globais serão examinados para fornecer uma visão abrangente de como a China foi tratada pela política externa estadunidense nesse período.

Foram capturados todos os documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, produzidos durante a primeira Administração Trump (2017-2021) e disponíveis para o acesso público. Ao todo, o corpus de pesquisa é composto por 734 documentos, com 4.683 páginas, 57.304 parágrafos de texto e mais de 2 milhões e 26 mil termos (palavras). A pesquisa emprega uma abordagem que integra mineração de texto por redes semânticas e uma abordagem reflexivo-construtivista, apresentada no capítulo 2 do presente trabalho.[4]

No que concerne às estratégias de mineração de texto, são empregadas duas: (a) o coeficiente Jaccard de similaridade, e (b) a rede semântica produzida a partir do universo de documentos colecionados. O coeficiente Jaccard é um indicador de similaridade da presença de dois termos no universo dos documentos. Em sua variação máxima (1, um), indica que os dois termos estão presentes em todos os conjuntos textuais específicos. Ou seja, o conjunto de parágrafos que contém o termo "a" e o termo "b" é idêntico. Em sua variação mínima, (0, zero), o coeficiente Jaccard indica que em nenhum conjunto textual específico (parágrafo) os dois termos estão conjuntamente presentes (Leskovec; Rajaraman; Ullman, 2014).[5]

Ao longo deste capítulo, serão analisados os conteúdos dos documentos em questão com ênfase em alguns temas específicos, sendo eles a questão dos direitos humanos na China, as alegações em relação a práticas econômicas predatórias por parte do governo chinês, as investidas militares por parte de Pequim e, finalmente, a pandemia de COVID-19. Para tanto, além da análise interpretativa, também será utilizado o índice de Jaccard para orientar a análise da incidência dos termos e das ligações entre eles.

---

[4] Os documentos e dados numéricos podem ser acessados na íntegra aqui.

[5] O índice de Jaccard é uma métrica utilizada para medir a similaridade entre dois conjuntos, sendo definido como a razão entre o tamanho da interseção dos conjuntos e o tamanho da sua união. Essa métrica é amplamente aplicada em análise de textos, mineração de dados e biologia computacional, pois permite quantificar a similaridade entre objetos que podem compartilhar elementos em comum sem serem idênticos (Leskovec; Rajaraman; Ullman, 2020). O Índice de Jaccard também é base para técnicas como Minhashing, que possibilita uma representação eficiente de conjuntos para comparação em grandes bases de dados (Danon, 2005).

4.1 Direitos humanos: “uma nostalgia imperialista”

A questão dos direitos humanos na China é uma área de intenso debate e controvérsia. O governo chinês adota uma abordagem que enfatiza o desenvolvimento econômico e a estabilidade social como pilares fundamentais para o avanço dos direitos humanos. Para Pequim, a erradicação da pobreza, a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento econômico são vistos como componentes essenciais nesse sentido. O governo frequentemente destaca suas conquistas na redução da pobreza extrema e no aumento do nível de vida como provas de seu compromisso com o tema (Lin, 2021). Contudo, a China frequentemente enfrenta críticas internacionais por suas políticas em relação a minorias étnicas, liberdade de expressão, e repressão política. As questões envolvendo a repressão de grupos étnicos como os uigures em Xinjiang, as restrições à liberdade religiosa no Tibete, e a supressão de ativistas pró-democracia em Hong Kong são costumam ser citadas por críticos como exemplos de violações significativas dos direitos humanos.

Historicamente, os Estados Unidos têm adotado uma postura crítica em relação ao histórico de direitos humanos da China. O evento da Praça da Paz Celestial, em 1989, com a supressão violenta de manifestantes, marcou um dos momentos mais tensos e significativos nas relações sino-americanas. A partir deste momento, os EUA têm frequentemente criticado o governo chinês por suas práticas de repressão política e falta de liberdades civis. Durante a presidência de Bill Clinton, por exemplo, o tópico foi uma questão central, com sanções e críticas públicas moldando a política externa estadunidense (Azevedo, 2009). Nos anos subsequentes, questões como a repressão do movimento Falun Gong, o tratamento das minorias uigures e tibetanas, e as restrições às liberdades de imprensa e expressão continuaram a ser pontos de tensão.

Em um pronunciamento à imprensa realizado em 29 de junho de 2020, o então Secretário de Estado, Michael Pompeo, declarou:

> O mundo recebeu hoje relatos perturbadores de que o Partido Comunista Chinês está utilizando esterilização forçada, aborto forçado e planejamento familiar coercitivo contra os uigures e outras minorias em Xinjiang, como parte de uma campanha contínua de repressão. As revelações chocantes do pesquisador alemão Adrian Zenz são infelizmente consistentes com décadas de práticas do PCC que demonstram um total desrespeito pela santidade da vida humana e pela dignidade humana básica. Pedimos ao Partido Comunista Chinês que acabe imediatamente com essas práticas horríveis e solicitamos a todas as nações que se unam aos Estados Unidos para exigir o fim desses abusos

> desumanizantes (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[6]

No trecho acima, os termos utilizados são carregados de conotações negativas e de forte condenação moral. Pompeo usa expressões como "esterilização forçada", "aborto forçado" e "planejamento familiar coercitivo" para descrever as ações do Partido Comunista Chinês (PCC), termos que evocam imagens de violência e controle autoritário sobre os corpos das minorias. A escolha das palavras "forçada" e "coercitivo" enfatiza a ausência de consentimento e a violação dos direitos humanos, transmitindo uma mensagem de abuso e opressão. Ao descrever as práticas como parte de uma "campanha contínua de repressão", o então Secretário contextualiza esses atos como parte de um padrão histórico, sugerindo uma política sistemática e deliberada por parte do PCC.

Ademais, são atribuídos explicitamente valores negativos ao PCC, por meio da utilização de frases como "total desrespeito pela santidade da vida humana e pela dignidade humana básica". Essa linguagem moralmente carregada não apenas condena as ações específicas, mas também critica fundamentalmente a ideologia e as práticas de governança do PCC. Ao trazer à tona supostas "revelações chocantes" de um pesquisador ocidental alinhado à visão estadunidense, Adrian Zenz[7], as afirmações são legitimadas com a autoridade de pesquisa acadêmica, buscando reforçar a credibilidade das acusações. O apelo final de para que "todas as nações se unam aos Estados Unidos" posiciona os EUA como líderes morais na luta contra os abusos dos direitos humanos, convidando a comunidade internacional a tomar uma posição ativa contra as práticas chinesas. Essa retórica de liderança moral e solidariedade internacional busca não apenas isolar a China nesse contexto, mas também reforçar a imagem estadunidense como defensores dos direitos humanos globais.

---

[6] No original: “The world received disturbing reports today that the Chinese Communist Party is using forced sterilization, forced abortion, and coercive family planning against Uyghurs and other minorities in Xinjiang, as part of a continuing campaign of repression. German researcher Adrian Zenz’s shocking revelations are sadly consistent with decades of CCP practices that demonstrate an utter disregard for the sanctity of human life and basic human dignity. We call on the Chinese Communist Party to immediately end these horrific practices and ask all nations to join the United States in demanding an end to these dehumanizing abuses”.

[7] Adrian Zenz é um antropólogo alemão conhecido por suas pesquisas sobre as políticas chinesas em Xinjiang e no Tibete. Seus trabalhos, que denunciam abusos de direitos humanos contra minorias étnicas, têm sido amplamente citados em debates internacionais. No entanto, Zenz também esteve envolvido em polêmicas, especialmente devido às críticas do governo chinês e de veículos estatais, que o acusam de fabricar informações para difamar as políticas chinesas. Além disso, sua afiliação ao think tank conservador *Victims of Communism Memorial Foundation* e suas convicções religiosas foram destacadas por críticos para questionar sua imparcialidade. Em resposta, Zenz defende a integridade de suas pesquisas, afirmando que a maioria de suas fontes são documentos oficiais chineses de acesso público (Global Times, 2020).

O termo “Xinjiang” está presente em um número significativo dos documentos analisados, sendo amplamente referenciado em contextos políticos e sociais. Os termos mais associados a Xinjiang são: *Uighur* (Jaccard de 0,226), Ethnic (0,167), *Minority* (0,160) e *Abuse* (0,114). Além disso, termos como *Human Rights* (0,109), *Prison* (0,108), *Religion* (0,096) e *Surveillance* (0,080) também apresentam associações relevantes, destacando o foco em direitos humanos e questões étnicas. Ainda em relação à questão de Xinjiang, o tema dos direitos humanos também foi utilizado no contexto da proposição de sanções econômicas a empresas e ao governo do país asiático. Em julho de 2020, o então Sub-secretário de Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente, Keith Krach, em um discurso a empresários, afirmou:

> O governo da República Popular da China (RPC) está perpetrando em Xinjiang alguns dos atos mais graves de violações em massa dos direitos humanos desde a Segunda Guerra Mundial. Desde pelo menos abril de 2017, o governo da RPC deteve por longos períodos mais de um milhão de uigures, cazaques étnicos, quirguizes étnicos e membros de outros grupos minoritários muçulmanos em campos de internamento. O objetivo do internamento tem sido forçar membros desses grupos minoritários a renunciar à sua identidade étnica e religião, e a adotar a ideologia do Partido Comunista Chinês. [...] É crucial que empresas e indivíduos nos Estados Unidos estejam cientes das violações em larga escala dos direitos humanos perpetradas pelo governo da RPC em Xinjiang. As empresas devem avaliar sua exposição aos riscos decorrentes da parceria com, investimento em, e de outras formas de apoio a empresas que operam em ou estão ligadas a Xinjiang. [...] Agora, deixe-me escrever para você como um ex-empresário. No Vale do Silício, dizemos: “Responsabilidade corporativa é responsabilidade social.” [...] Isso é particularmente verdadeiro quando se trata de fazer negócios com a República Popular da China (RPC), dada a rápida e insidiosa expansão de seu estado de vigilância autoritário e abusos flagrantes dos direitos humanos (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[8]

No pronunciamento acima, é utilizada uma linguagem forte e condenatória ao descrever as ações do governo chinês em Xinjiang. Termos como "violações em massa dos direitos humanos" e "campos de internamento" representam abusos sistemáticos, culminando com a comparação das ações às violações de direitos humanos da história recente perpetradas durante a Segunda Guerra Mundial. Ao detalhar a detenção de mais de um milhão de uigures e outras

[8] No original: “The People’s Republic of China (PRC) government is perpetrating in Xinjiang some of the most serious acts involving mass human rights abuses since the Second World War. Since at least April 2017, the PRC government has detained for long periods over one million Uyghurs, ethnic Kazakhs, ethnic Kyrgyz, and members of other Muslim minority groups in internment camps. The aim of the internment has been to force members of these minority groups to renounce their ethnic identity and religion, and to embrace the ideology of the Chinese Communist Party. [...] It is critical that U.S. companies and individuals be aware of the large-scale human rights abuses perpetrated by the PRC government in Xinjiang. Businesses should evaluate their exposure to the risks that result from partnering with, investing in, and otherwise providing support to companies that operate in or are linked to Xinjiang. [...] Now, let me write to you as a former businessman. In Silicon Valley, we say, “Corporate responsibility is social responsibility.” [...] This is particularly true when it comes to doing business with the People’s Republic of China (PRC) given the rapid and insidious expansion of its authoritarian surveillance state and egregious human rights abuses”.

minorias étnicas muçulmanas, Krach destaca a escala e a gravidade dessas ações. A expressão "renunciar à sua identidade étnica e religião" aponta para uma tentativa deliberada de erradicação cultural e religiosa, sugerindo uma agenda de assimilação forçada por parte do PCC.

Novamente, são atribuídos valores claramente negativos ao governo chinês, associando-o a um estado de vigilância autoritário e a práticas de repressão cultural e religiosa. Krach convoca as empresas estadunidenses a reconhecerem e reagirem a essas violações, enfatizando a necessidade de avaliar "a exposição aos riscos" ao fazer negócios com entidades ligadas a Xinjiang. Através do uso do termo "responsabilidade corporativa é responsabilidade social", o então sub-secretário apela aos valores éticos e morais dos empresários, sugerindo que a responsabilidade das empresas vai além do lucro e inclui a consideração de impactos sociais e éticos. Esta retórica não só condena as ações da China, mas também posiciona a responsabilidade moral nas mãos dos empresários estadunidenses.

Outra importante questão importante a ser tratada é a disputa territorial em relação ao Tibete. Historicamente, o Tibete foi um reino independente com uma cultura, língua e religião distintas, centradas no budismo tibetano. No entanto, em 1950, o Exército de Libertação Popular da China invadiu e anexou a região, incorporando-a formalmente como uma região autônoma em 1965. O governo chinês vê o Tibete como uma parte integral de seu território, sustentando que a região sempre fez parte da China em termos históricos e culturais. Pequim justifica suas políticas na região como necessárias para o desenvolvimento econômico, a modernização e a manutenção da estabilidade social, ao mesmo tempo em que nega sistematicamente as acusações de repressão cultural e violações dos direitos humanos (Shakya, 1999).

Entre os termos mais relacionados a Tibet nos documentos analisados, destacam-se *Lama* (Jaccard de 0,205), *Religion* (0,151), *Local* (0,095) e *Prison* (0,074). Outros termos que emergem nas associações são *Restriction* (0,072), *Ethnic* (0,069), *Banned* (0,068) e *Government* (0,068). A relação com Xinjiang (0,063) evidencia conexões mais amplas com desafios enfrentados por minorias na China, indicando a relevância do tema nos discursos analisados.

No que diz respeito ao posicionamento estadunidense, frequentemente há desacordo com as alegações do governo chinês. Desde a década de 1950, os EUA expressaram seu apoio ao Dalai Lama e ao governo tibetano no exílio, fornecendo auxílio econômico e apoio moral. Um

dos momentos de maior tensão ocorreu em 1959, quando o Dalai Lama fugiu para a Índia após uma insurreição fracassada contra o governo chinês. Os EUA condenaram a repressão chinesa e começaram a prestar assistência ao movimento de resistência tibetano através da CIA, visando a debilitar a influência chinesa durante a Guerra Fria (Shakya, 1999). Este apoio evidenciou uma clara oposição às políticas chinesas no Tibete e reforçou a visão dos EUA de que a região teria direito a maior autonomia e respeito aos direitos humanos e culturais.

Nas décadas seguintes, a questão continuou a ser fundamental nas relações sino-americanas, especialmente em termos de direitos humanos. Na década de 1980, o Congresso dos EUA aprovou várias resoluções condenando as políticas chinesas no Tibete e pedindo negociações diretas entre Pequim e o Dalai Lama. Em 2008, durante os protestos em massa no Tibete contra o governo chinês, o governo dos EUA intensificou suas críticas, acusando a China de repressão violenta e violações dos direitos humanos (Sautman, 2010). A visita do Dalai Lama à Casa Branca em 2010, ocasião na qual foi recebido pelo então presidente Barack Obama, foi um momento de alta tensão, com a China protestando veementemente contra o que considerava uma interferência nos seus assuntos internos.

Durante o governo Trump, também houve diversos momentos de condenação por parte do governo estadunidense em relação às ações de Pequim no Tibet. Em julho de 2019, durante uma coletiva do Departamento de Estado à imprensa sobre o Relatório de Liberdade Religiosa Internacional de 2018, o então Embaixador Geral para a Liberdade Religiosa Internacional, Sam Brownback, declarou:

> A China declarou guerra à fé. Temos visto um aumento nos abusos do governo chinês contra crentes de quase todas as religiões e de todas as partes do continente. [...] A China também continua a interferir nas práticas budistas tibetanas e na cultura tibetana, incluindo interferir na seleção, educação e veneração dos lamas budistas tibetanos. Eles aumentaram a repressão aos cristãos, fechando igrejas e prendendo adeptos por suas práticas religiosas pacíficas. E a isso dizemos à China: Não se engane, você não vencerá sua guerra contra a fé. Isso terá consequências na sua posição em casa e no mundo

> (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2019, s.p., tradução nossa).[9]

No pronunciamento de Brownback, a linguagem utilizada é forte e carrega um tom de condenação e urgência. Ele afirma que "a China declarou guerra à fé", uma expressão que não apenas descreve ações governamentais, mas também atribui uma intencionalidade bélica e agressiva às políticas chinesas. Esse uso de terminologia militarizada sugere uma violação profunda e sistemática dos direitos religiosos, e posiciona o governo chinês como um adversário não apenas dos direitos humanos, mas de valores espirituais fundamentais. Ao mencionar "um aumento nos abusos do governo chinês contra crentes de quase todas as religiões e de todas as partes do continente", Brownback enfatiza a abrangência e a severidade da perseguição, sugerindo que esta não é uma questão isolada, mas um padrão de comportamento autoritário e repressivo.

Além disso, destaca-se especificamente a interferência chinesa nas práticas budistas tibetanas, mencionando a "interferir na seleção, educação e veneração dos lamas budistas tibetanos". Esses termos sublinham a tentativa do governo chinês de controlar e manipular tradições religiosas, implicando uma violação da autonomia cultural do Tibete. A acusação de "repressão aos cristãos" ao "fechar igrejas e prender adeptos por suas práticas religiosas pacíficas" amplia o escopo da crítica, demonstrando que a perseguição não é limitada a uma única religião, mas é uma política ampla contra a liberdade de crença. Quando Brownback diz "isso terá consequências na sua posição em casa e no mundo", ele não apenas ameaça implicitamente a China com repercussões diplomáticas e reputacionais, mas também afirma a posição dos EUA como defensores globais da liberdade religiosa, de modo semelhante ao que costuma ser feito em pronunciamentos acerca de direitos humanos.

Em setembro do mesmo ano, durante um evento promovido pela Casa Branca sobre os esforços do Departamento de Estado em relação à proteção à liberdade religiosa, Brownback foi

[9] No original: “China has declared war on faith. We’ve seen increasing Chinese Government abuse of believers of nearly all faiths and from all parts of the mainland. In Xinjiang, China has detained more than a million ethnic Muslims in camps that are designed to strip away the culture, identity, and faith of these religious communities. We share reports – again, that others make – that Chinese authorities have subjected prisoners of conscience, including Falun Gong, Uighurs, Tibetan Buddhists, and underground Christians, to forcible organ harvesting. This should shock everyone’s conscience. China also continues to interfere in Tibetan Buddhist practices and Tibetan culture, including by interfering in the selection, education, and veneration of Tibetan Buddhist lamas. They’ve increased their repression of Christians, shutting down churches and arresting adherents for their peaceful religious practices. And to this we say to China: Do not be mistaken, you will not win your war on faith. This will have consequences on your standing at home and around the world”.

indagado acerca de ações práticas por parte dos EUA em relação às violações do governo chinês. Em resposta, o então embaixador declarou:

> Bem, quem está fazendo mais do que os Estados Unidos? Este presidente foi o primeiro presidente a enfrentar os chineses, e ele fez isso especificamente inicialmente no campo do comércio, e sou profundamente grato por ele estar disposto a enfrentá-los. Eles têm feito várias coisas erradas no campo do comércio por um longo período de tempo, mas ninguém os enfrentou. Este presidente esteve disposto a isso. E agora estamos pressionando sobre esta questão, onde milhões de pessoas são perseguidas por sua fé. Como mencionamos, os uigures, as igrejas domésticas chinesas estão sendo fechadas. Os budistas tibetanos não podem praticar sua fé. O Dalai Lama não pode nem ir à sua casa ancestral. Os chineses estão ameaçando nomear o próximo Dalai Lama – e este é um direito que pertence aos budistas tibetanos de nomear quem é, pelos seus procedimentos, por seus procedimentos religiosos, a próxima pessoa. Isso não pertence ao governo chinês. [...] Você tem uma série de questões aqui que precisam ser abordadas seriamente, e isso é feito por um governo que em sua constituição diz que você tem liberdade religiosa. Certamente isso não é praticado lá (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2019, s.p., tradução nossa).[10]

No pronunciamento acima, é utilizada uma linguagem assertiva ao se referir ao papel dos Estados Unidos e, especialmente, à liderança do então presidente Donald Trump na questão das violações dos direitos religiosos pela China. Brownback começa sua fala com uma retórica desafiadora, perguntando "quem está fazendo mais do que os Estados Unidos?", o que atribui aos EUA um papel de liderança global supostamente indiscutível na defesa da liberdade religiosa. Ele exalta Trump como o "primeiro presidente a enfrentar os chineses", destacando valores como coragem e iniciativa, especialmente no campo do comércio, e estende essa narrativa para a defesa dos direitos religiosos. Ao agradecer explicitamente ao presidente, ele sublinha a importância de um líder disposto a agir pessoalmente em confronto com a China em várias frentes, retratando-o como um agente político essencial e proativo.

---

[10] No original: “Well, who’s doing any more than the United States? This President has been the first president to take on the Chinese in any regard, and he’s done it specifically initially on the trade field, and I’m deeply appreciative that he’s been willing to take them on. They’ve been doing a number of things in the trade field wrong for a long period of time, but nobody took them on. This President has been willing to. And now we’re pressing on this issue, where millions of people are persecuted for their faith. As we’ve mentioned, the Uighurs, the Chinese house churches are being shut down. The Tibetan Buddhists cannot practice their faith. The Dalai Lama can’t even go to his ancestral home. The Chinese are threatening to appoint the next Dalai Lama that – and this is a right that belongs to the Tibetan Buddhists to appoint who is, by their procedures, by their religious procedures, of who’s the next person. This doesn’t belong to the Chinese Government. We’ve got a huge issue of organ harvesting of Falun Gong members that the Chinese Government has not come clean on. You’ve got a raft of issues here that need serious addressing, and here’s by a government that in its constitution says that you have religious freedom. It certainly isn’t practiced there”.

Em relação à China, são atribuídos diversos valores negativos, descrevendo o país como um violador sistemático dos direitos religiosos. Brownback menciona várias ações repressivas, como o fechamento de igrejas domésticas, a perseguição dos uigures e a interferência na prática do budismo. Ao destacar que "o Dalai Lama não pode nem ir à sua casa ancestral" e que "os chineses estão ameaçando nomear o próximo Dalai Lama", ele acusa o governo chinês de usurpar direitos religiosos fundamentais que pertencem às comunidades religiosas. Além disso, o então embaixador critica uma dita contradição do governo chinês, que em sua constituição afirma garantir a liberdade religiosa, mas, na prática, segundo ele, não respeita esses direitos. A utilização de termos como "milhões de pessoas são perseguidas por sua fé" e "isso não pertence ao governo chinês" enfatiza a violação dos direitos humanos e religiosos, reforçando a narrativa de que a China não apenas desrespeita os direitos internos, mas também infringe normas internacionais de liberdade religiosa.

Como último caso relacionado ao tema de direitos humanos, tem-se a questão de Hong Kong. Ex-colônia britânica, foi devolvida à China em 1997 sob a fórmula "um país, dois sistemas", que garantia à região um alto grau de autonomia, exceto em assuntos de defesa e relações exteriores. Esse acordo foi desenhado para manter as liberdades civis e o sistema econômico capitalista de Hong Kong por 50 anos (Tsang, 2004). No entanto, o governo chinês vê Hong Kong como uma parte inseparável de seu território e tem aumentado progressivamente sua influência sobre a região. Pequim justifica suas intervenções como necessárias para a manutenção da estabilidade e da segurança nacional, especialmente à luz dos protestos pró-democracia que eclodiram em 2014 e 2019 (BBC News, 2019). A Lei de Segurança Nacional imposta em 2020 é um exemplo claro dessa postura, sendo apresentada pelo governo chinês como uma ferramenta para combater a secessão, a subversão e o terrorismo.

Durante as décadas de 1990 e 2000, os EUA expressaram apoio ao modelo "um país, dois sistemas" e às liberdades garantidas pela Declaração Conjunta Sino-Britânica. No entanto, a crescente interferência de Pequim na governança de Hong Kong e o enfraquecimento das suas liberdades têm sido elencadas como motivo de preocupação crescente por parte do Departamento de Estado estadunidense. Os protestos de 2014, conhecidos como o Movimento dos Guarda-Chuvas, marcaram um momento significativo de tensão. Os manifestantes exigiam a implementação de um sufrágio universal genuíno, mas o governo chinês rejeitou essas demandas.

Os EUA condenaram a repressão violenta dos protestos e enfatizaram a importância de respeitar a autonomia de Hong Kong (Johnson, 2020).

Os protestos de 2019 e 2020 em Hong Kong, desencadeados por um projeto de lei de extradição que permitiria que suspeitos fossem enviados à China continental para julgamento, representaram um ponto de inflexão nas relações sino-americanas. Milhões de pessoas saíram às ruas em defesa das liberdades civis e contra a crescente influência de Pequim (Ramzy; May. 2019). A resposta dos EUA foi firme: o Congresso aprovou a Lei de Direitos Humanos e Democracia de Hong Kong em 2019, que vincula o status comercial especial de Hong Kong ao respeito pelos direitos humanos e pela autonomia. A imposição da Lei de Segurança Nacional em 2020 por Pequim foi amplamente condenada pelos EUA, que a veem como um ataque direto às liberdades de Hong Kong e uma violação do princípio "um país, dois sistemas" (Kuo, 2020). Nesse contexto, o governo Trump impôs sanções a funcionários chineses e de Hong Kong responsáveis pela repressão.

No que diz respeito aos termos mais associados a Hong Kong, destacam-se *Independent* (Jaccard de 0,090), *Freedom* (0,079), *China* (0,075) e *Macau* (0,072). Outros termos relevantes incluem *Government* (0,070), *Law* (0,065), *Promise* (0,063), *Democracy* (0,060) e *Protest* (0,059). A análise sugere que os discursos abordaram amplamente a autonomia e os movimentos democráticos na região, destacando questões de governança e direitos fundamentais.

Em outubro de 2020, o então Secretário de Estado, Michael Pompeo, realizou uma declaração acerca da detenção de estudantes que haviam protestado contra a nova lei de segurança nacional em Hong Kong:

> Os Estados Unidos condenam veementemente a prisão e detenção de três ativistas estudantis pela democracia e pedem às autoridades de Hong Kong que libertem imediatamente os que ainda estão detidos. O governo de Hong Kong, controlado por Pequim, continua a sufocar a dissidência, reprimir a opinião pública e usar a aplicação da lei para fins políticos. A República Popular da China violou suas obrigações internacionais sob a Declaração Conjunta Sino-Britânica de 1984, enquanto o Partido Comunista Chinês e seus representantes em Hong Kong destroem a autonomia prometida de Hong Kong e destroem o respeito de Hong Kong pelos direitos humanos, incluindo os direitos à reunião pacífica e à liberdade de expressão. Os Estados Unidos estão ao lado do povo de Hong Kong (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[11]

[11] No original: “The United States strongly condemns the arrest and detention of three student democracy activists and calls on Hong Kong authorities to release those that remain detained immediately. The Beijing-controlled Hong Kong government continues to stifle dissent, repress public opinion, and use law enforcement for political purposes.

O pronunciamento acima possui diversos termos que condenam com veemência as ações do governo chinês. Pompeo utiliza expressões como "sufocar a dissidência" e "reprimir a opinião pública" para descrever a atuação das autoridades de Hong Kong sob o controle de Pequim, sugerindo um ambiente de opressão e falta de liberdade. Ao afirmar que a República Popular da China violou suas obrigações internacionais sob a Declaração Conjunta Sino-Britânica de 1984, Pompeo destaca a quebra de acordos internacionais e a deterioração da autonomia prometida a Hong Kong. Essa escolha de palavras não apenas critica as ações específicas, mas também coloca a China como um ator que desrespeita normas e acordos internacionais, reforçando uma imagem negativa do governo chinês no cenário global.

Implicitamente, o discurso também eleva os Estados Unidos como um defensor firme dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Ao declarar que "os Estados Unidos estão ao lado do povo de Hong Kong", Pompeo não só reforça a posição estadunidense como protetora das liberdades democráticas, mas também sugere – como em exemplos anteriores – uma responsabilidade moral dos EUA em defender os oprimidos contra regimes autoritários. A ênfase nos "direitos à reunião pacífica e à liberdade de expressão" alinha os valores estadunidenses com os princípios universais de direitos humanos, contrastando-os com a repressão percebida em Hong Kong. Assim, a fala constrói uma narrativa onde os EUA se posicionam como suposto um bastião de liberdade e justiça, em oposição à supressão autoritária representada pelo governo chinês.

Alguns meses antes, em maio de 2020, o então Secretário Adjunto do Departamento de Assuntos do Leste Asiático e do Pacífico, David Stilwell, também havia abordado o assunto durante uma coletiva especial sobre a proposta do PCC sobre a legislação segurança nacional em Hong Kong.

> O que os chineses estão tentando fazer, o que Pequim está tentando fazer aqui, é pintar a situação com Hong Kong e todas as outras ações da China como uma disputa estritamente entre os EUA e a China, retratando os EUA como o lado hostil. Pequim gosta desse arranjo. Facilita muito lidar com um adversário de cada vez e ajuda a usar alavancas econômicas contra outros que não estão envolvidos na disputa para mantê-los à margem. [...] O fato é que não é apenas EUA e China, é basicamente o mundo finalmente reconhecendo que a China está pressionando – Pequim está pressionando

---

The People's Republic of China has violated its international obligations under the 1984 Sino-British Joint Declaration, while the Chinese Communist Party and its Hong Kong proxies crush the promised autonomy of Hong Kong, and eviscerate Hong Kong's respect for human rights, including the rights to peaceful assembly and freedom of expression. The United States stands with the people of Hong Kong".

> uma forma de governo que muitos só agora estão começando a reconhecer como problemática. E essa recente ação do Congresso Nacional do Povo ao se afastar de suas obrigações com respeito a Hong Kong apenas demonstra isso de forma mais clara. A maneira como fizeram isso é que eles são o Partido Comunista Chinês, mas sabem o peso que a palavra comunista carrega – e por isso falam muito sobre socialismo com características chinesas. Isso soa mais agradável. Mas precisamos passar além da linguagem agradável e enfrentar o que estamos enfrentando. Esta administração trabalhou muito para fazer com que a linguagem e a realidade coincidam, então escolhemos nossas palavras com cuidado. Este é um sistema autoritário. Ele prefere negociar com outros em uma posição de força, usando uma postura de "a força faz o direito", tanto internamente com seu próprio povo quanto internacionalmente, como mencionei antes, com alavancas econômicas e outras medidas (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[12]

Na fala acima, a retórica utilizada é estrategicamente desenhada para desmistificar a narrativa chinesa e destacar a natureza global do problema. Stilwell aponta que a tentativa de Pequim de pintar a situação como uma disputa exclusivamente entre EUA e China é uma manobra para simplificar a questão e utilizar alavancas econômicas contra países não diretamente envolvidos no conflito. Ele sublinha que esta não é uma simples rivalidade bilateral, mas um reconhecimento mundial da ameaça que o modelo de governança chinês representa. Esta abordagem tenta desarmar a retórica chinesa de adversidade, ao mesmo tempo que alerta para a crescente preocupação global com a agressiva política externa de Pequim.

Stilwell também atribui um peso negativo significativo ao termo "comunista", destacando como o PCC tenta suavizar sua imagem com a expressão "socialismo com características chinesas". Ele argumenta que este termo é uma tentativa de maquiar a realidade autoritária do regime chinês. Ao utilizar o termo "comunista", são evocadas conotações históricas negativas associadas ao comunismo, especialmente em países ocidentais. Esta escolha de palavras é projetada para reforçar a visão do PCC como uma entidade autoritária que contraria os princípios democráticos e os direitos humanos fundamentais. A ênfase na necessidade de ver além da

[12] No original: “What the Chinese are trying to do, what Beijing is trying to do here, is paint this situation with Hong Kong and the rest of all Chinese actions here as contest strictly between the U.S. and China, painting the U.S. as the hostile side. Beijing likes this arrangement. It makes it much easier to deal with one on one, and it used them – it helps them use economic levers on others who aren’t involved in the fray to keep them on the sidelines. [...] The fact is that it’s not just U.S. and China, it’s basically the world is finally recognizing that China’s pushing – Beijing is pushing a form of government that many only now are beginning to recognize as problematic. And this most recent step from the National People’s Congress in walking away from its obligations with respect to Hong Kong only demonstrate that more clearly. The way they’ve done that is they are the Chinese Communist Party, but they know what that communist word – the baggage it brings, and so you hear them speaking a lot about socialism with Chinese characteristics. It just sounds nicer. But we need to get past the nice language and face what we’re up against. This administration has worked very hard to make the language and the reality match, so we’ve chosen our words carefully. This is an authoritarian system. It prefers to negotiate with others on a position of strength using a might makes right stance both domestically with its own people and internationally, as I mentioned before, with economic levers and other things”.

"linguagem agradável" sugere uma urgência na ideia de reconhecer e confrontar a “verdadeira natureza” do regime chinês.

Finalmente, Stilwell elogia Trump por sua abordagem direta e cuidadosa na escolha de palavras, enfatizando que esta administração procura alinhar a linguagem com a realidade. Ele ressalta que o então presidente tem sido firme em reconhecer e denominar o sistema chinês como autoritário, diferenciando-o das democracias liberais. Ao descrever a China como um ator que prefere negociar a partir de uma posição de força, utilizando táticas de coerção econômica, Stilwell reforça a narrativa de que os EUA, sob a administração Trump, estão tomando uma posição firme contra a agressão chinesa. Este posicionamento apresenta os EUA, novamente, como defensores da liberdade e da justiça global, em contraste com a postura autoritária de Pequim, buscando legitimidade tanto interna quanto internacionalmente.

4.2 Práticas econômicas predatórias

Durante a última década, a China tem sido acusada de adotar práticas econômicas predatórias que incluem a transferência forçada de tecnologia, roubo de propriedade intelectual e violação de normas internacionais. O governo chinês, por sua vez, frequentemente defende suas políticas como necessárias para seu desenvolvimento econômico e tecnológico, argumentando que a transferência de tecnologia e os investimentos estrangeiros ajudam a modernizar sua economia e melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos (Navarro, 2020). Contudo, alguns analistas e governos ao redor do mundo veem essas práticas como métodos para obter vantagens competitivas desleais, minando as normas estabelecidas pelo comércio internacional e os princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC).

De modo geral, os Estados Unidos têm sido um dos críticos mais contundentes das práticas econômicas chinesas. As tensões entre os dois países aumentaram significativamente a partir do início dos anos 2000, quando as empresas estadunidenses começaram a relatar casos de transferência de tecnologia forçada e roubo de propriedade intelectual. Em 2017, o governo Trump lançou uma investigação formal sobre as práticas comerciais da China sob a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, levando a uma série de tarifas punitivas sobre produtos chineses. A

administração acusou a China de "práticas comerciais desleais", argumentando que essas ações prejudicavam as empresas e os trabalhadores estadunidenses (Scissors, 2021).

Além disso, os Estados Unidos têm criticado o país asiático por não cumprir as normas internacionais de trabalho estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Há acusações de trabalho forçado e condições de trabalho inadequadas em várias indústrias chinesas, especialmente aquelas que produzem para o mercado global. Em um relatório de 2020, a Comissão de Revisão Econômica e de Segurança EUA-China destacou que as práticas da China violam vários tratados internacionais de comércio e trabalho, exacerbando as tensões entre os dois países. Esses conflitos refletem um desacordo fundamental sobre como o comércio e a economia global devem ser regulamentados, com os EUA utilizando a retórica da necessidade de um sistema mais justo e transparente, enquanto a China defende suas políticas como parte de seu direito ao desenvolvimento econômico.

Em relação ao corpus documental analisado, os termos mais associados a *Economy* incluem *Develop* (Jaccard de 0,096), *World* (0,095), *Business* (0,093) e *Security* (0,091). Além disso, termos como *Growth* (0,091), *Investment* (0,086), *China* (0,085), *Trade* (0,085) e *National* (0,071) aparecem com destaque, indicando a interseção entre economia, segurança e comércio global.

Em julho de 2020, durante um evento na *Richard Nixon Presidential Library*, o então Secretário de Estado, Michael Pompeo, fez duras críticas ao governo chinês em relação a esse tema:

> Nós, as nações amantes da liberdade do mundo, devemos induzir a China a mudar, assim como o Presidente Nixon queria. Devemos induzir a China a mudar de maneiras mais criativas e assertivas, porque as ações de Pequim ameaçam nosso povo e nossa prosperidade. Devemos começar mudando a forma como nosso povo e nossos parceiros percebem o Partido Comunista Chinês. Temos que dizer a verdade. Não podemos tratar esta encarnação da China como um país normal, igual a qualquer outro. Sabemos que negociar com a China não é como negociar com uma nação normal e respeitadora das leis. Pequim ameaça acordos internacionais, trata acordos ou sugestões internacionais como canais para a dominação global. Mas, ao insistir em termos justos, como nosso representante comercial fez quando garantiu nosso acordo comercial da fase um, podemos forçar a China a enfrentar seu roubo de propriedade intelectual e políticas que prejudicaram os trabalhadores americanos. Também sabemos que fazer negócios com uma empresa apoiada pelo PCC não é o mesmo que fazer negócios com, por exemplo, uma empresa canadense. Elas não respondem a conselhos independentes e muitas delas

> são patrocinadas pelo Estado, portanto, não têm necessidade de buscar lucros (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[13]

Pompeo utiliza termos fortes e explícitos para destacar a necessidade de mudança na percepção global do Partido Comunista Chinês. Ele enfatiza que a China não deve ser tratada como uma "nação normal" e respeitadora das leis internacionais, destacando que suas ações ameaçam tanto a segurança quanto a prosperidade das nações amantes da liberdade. Ao utilizar a expressão "nações amantes da liberdade", Pompeo estabelece uma dicotomia entre as democracias ocidentais e o regime autoritário da China, implícita e explicitamente associando os valores de liberdade e justiça aos Estados Unidos e seus aliados.

Além disso, são feitas críticas à China por tratar acordos e normas internacionais como ferramentas para alcançar a dominação global, em vez de respeitá-los, supostamente, como qualquer outra nação que joga pelas regras do sistema internacional. Pompeo aponta especificamente para o roubo de propriedade intelectual e as políticas prejudiciais aos trabalhadores estadunidenses como exemplos das práticas predatórias de Pequim. A insistência nos "termos justos" nas negociações comerciais, como destacado no acordo comercial da fase um, é apresentada como uma forma de confrontar o comportamento chinês. Esta abordagem é descrita como mais criativa e assertiva, refletindo a necessidade, segundo ele, de um novo paradigma nas relações EUA-China, onde a pressão econômica é usada como ferramenta para forçar a conformidade chinesa com as normas internacionais.

Em uma ocasião no ano anterior, em agosto de 2019, durante uma entrevista à Sky News, Pompeo foi perguntado sobre os impactos do rápido crescimento econômico chinês na economia estadunidense, ao que respondeu:

> Por muito tempo, ficamos inertes enquanto a China se envolvia em práticas comerciais que roubaram dezenas e centenas de bilhões de dólares em propriedade econômica dos EUA, e que forçavam a transferência de propriedade, onde empresas americanas tinham que ceder sua tecnologia à China apenas para poder acessar aquele mercado. Essas coisas aconteceram por um longo tempo. O Presidente Trump disse "não mais" e está

[13] No original: “We must start by changing how our people and our partners perceive the Chinese Communist Party. We have to tell the truth. We can’t treat this incarnation of China as a normal country, just like any other. We know that trading with China is not like trading with a normal, law- abiding nation. Beijing threatens international agreements as – treats international suggestions as – or agreements as suggestions, as conduits for global dominance. But by insisting on fair terms, as our trade representative did when he secured our phase one trade deal, we can force China to reckon with its intellectual property theft and policies that harmed American workers. We know too that doing business with a CCP-backed company is not the same as doing business with, say, a Canadian company. They don’t answer to independent boards, and many of them are state-sponsored and so have no need to pursue profits”.

> fazendo o máximo para reestruturar esse conjunto de regras comerciais para os Estados Unidos, de modo que sejam justas e recíprocas. E, portanto, acredito que todas as nações têm a obrigação de garantir que – nós queremos crescimento econômico, isso é uma necessidade – mas nunca podemos aceitar esse acordo à custa de proteger nossos cidadãos (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2019, s.p., tradução nossa).[14]

No pronunciamento de Pompeo à Sky News, é usada uma linguagem crítica e contundente para descrever as práticas comerciais da China, enfatizando o "roubo" de propriedade intelectual e a "transferência forçada" de tecnologia como violações que causaram prejuízos econômicos severos aos Estados Unidos. O uso de termos como "roubo" e "forçavam" destaca o comportamento predatório da China e direciona a construção de uma narrativa de vitimização dos EUA e de suas empresas, que foram obrigadas a ceder valiosos ativos intelectuais para acessar o mercado chinês. A escolha desses termos não apenas responsabiliza a China diretamente, mas também sugere uma violação ética e econômica das regras comerciais globais.

Além disso, Pompeo atribui ao presidente Trump o papel de líder que finalmente enfrentou essas práticas, utilizando a frase "disse 'não mais'" para indicar uma mudança drástica na postura dos EUA. Ele retrata a administração Trump como assertiva e disposta a corrigir a leniência de governos anteriores na matéria, apontando para a necessidade de reestruturar as regras comerciais. Ao enfatizar a importância de "justiça" e "reciprocidade" nas relações comerciais, Pompeo atribui um valor positivo às ações de Trump e dos EUA, que agora estão dispostos a reequilibrar essas relações em prol de proteger seus interesses nacionais. Ao fazê-lo, Pompeo exalta os EUA como defensores de uma ordem comercial mais justa, em oposição às práticas chinesas, retratadas como exploradoras.

Também é reforçada a visão de que o crescimento econômico é importante, mas não deve vir "à custa de proteger nossos cidadãos". Esse comentário sugere, de maneira implícita, que as práticas chinesas não apenas impactam negativamente a economia, mas também comprometem a segurança e o bem-estar dos cidadãos estadunidenses. Ao destacar que "todas as nações têm a

[14] No original: “For an awful long time we were asleep at the switch while China engaged in trade practices which stole tens and hundreds of billions of dollars of U.S. economic property, that engaged in forced property transfer where American businesses had to give our technology to China just to open up that market. Those are things that went on for an awfully long time. President Trump has said no more and is doing his level best to restructure that set of trading rules for the United States so that they are fair and reciprocal. And so I think every nation has an obligation to make sure that – we want economic growth, that is a necessity – but we can never take that deal to the exclusion of making sure that we protect our citizens”.

obrigação" de proteger seus cidadãos, Pompeo sugere que a postura dos EUA sob Trump deve servir de exemplo para outras nações, atribuindo uma posição de liderança moral e econômica aos Estados Unidos no cenário global.

No mês seguinte, durante uma reunião na 74ª sessão da Assembleia Geral da ONU, Pompeo afirmou que:

> Em relação à política comercial, o Presidente deixou claro que os Estados Unidos irão confrontar as exigências distorcivas do mercado chinês para transferência de tecnologia, infrações de propriedade intelectual e outras práticas desleais que ameaçam a inovação americana em setores críticos. Economias ao redor do mundo, incluindo a economia doméstica da China, se beneficiarão se a China responder fazendo as reformas necessárias em suas políticas comerciais distorcivas, em vez de adotar novas políticas prejudiciais para bloquear o comércio e distorcer ainda mais os mercados globais. Como o Presidente disse, esperamos que possamos chegar a um acordo que seja benéfico para ambos os países, mas não podemos aceitar um acordo ruim para o povo americano (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2019, s.p., tradução nossa).[15]

Nesse caso, é enfatiza uma suposta postura firme dos Estados Unidos em relação às práticas comerciais da China, caracterizando-as como "exigências distorcivas" que comprometem a inovação estadunidense. O uso de expressões como "roubo de propriedade intelectual" e "práticas desleais" reflete uma visão crítica e combativa da administração Trump em relação à China, destacando a percepção de que o país opera fora das normas internacionais e prejudica a economia estadunidense. Ao afirmar que "não podemos aceitar um acordo ruim para o povo americano", Pompeo deixa claro que a defesa dos interesses econômicos dos EUA é uma prioridade, reforçando a ideia de que a China deve realizar reformas significativas para que as relações comerciais possam melhorar.

Pompeo também aponta que as reformas na política comercial da China não apenas beneficiariam os Estados Unidos, mas também "economias ao redor do mundo, incluindo a economia doméstica da China". Essa abordagem pretender sugerir que as mudanças que o governo estadunidense busca não são apenas para um benefício unilateral, mas para um equilíbrio global que poderia resultar em vantagens mútuas. Ao mesmo tempo, o discurso deixa implícita a

[15] No original: “Regarding trade policy, the President has made it clear that the United States will confront China’s market-distorting technology transfer requirements, intellectual property infringement, and other unfair practices that threaten American innovation in critical sectors. Economies around the world, including China’s domestic economy, will benefit if China responds by making needed reforms to its trade- distortive policies instead of adopting new and harmful policies to block trade and further distort world markets. As the President said, hopefully we can reach an agreement that would be beneficial for both countries, but we cannot accept a bad deal for the American people”.

posição dos Estados Unidos como um defensor de práticas comerciais justas, apresentando-se como uma nação que valoriza a inovação e o progresso econômico em detrimento de métodos desleais. Dessa forma, os valores estadunidenses de liberdade, concorrência justa e respeito à propriedade intelectual são exaltados, enquanto a China é retratada como uma nação que precisa ser confrontada e incentivada a se alinhar a esses princípios.

É válido notar que, nos documentos analisados, o termo *Intelligence* foi frequentemente associado a temas de segurança e tecnologia, destacando seu papel estratégico. Entre os termos mais relacionados, encontram-se *Technology* (Jaccard de 0,047), *Military* (0,045), *Community* (0,038) e *Defense* (0,028). Outros termos relevantes incluem *National* (0,026), *Justice* (0,026), *Huawei* (0,025), *Confidence* (0,022) e *Internet* (0,022), refletindo a ênfase em questões de defesa cibernética e segurança nacional, temas recorrentes nas políticas da época.

Ainda sobre o tema do roubo de propriedade intelectual por parte da China, durante um discurso no *Commonwealth Club*, em janeiro de 2020, Pompeo declarou:

> O roubo desenfreado de propriedade intelectual pela China é real, e não é apenas um problema para a empresa específica afetada. Essa capacidade de investir, criar e proteger esses direitos de propriedade sustenta toda a economia de inovação que temos aqui nos Estados Unidos. Hoje, existem cerca de mil casos abertos relacionados à propriedade intelectual com o FBI, quase todos de alguma forma conectados à China. Mas, como você sabe, a aplicação dessa propriedade é igualmente preocupante. Há uma razão para tantos hackers e ladrões — como o grupo A.P.T. 10 — estarem conectados ao Ministério da Segurança do Estado chinês. Sob Xi Jinping, o Partido Comunista Chinês priorizou algo chamado "fusão militar-civil". Muitos de vocês sabem disso. É um termo técnico, mas uma ideia muito simples. Segundo a lei chinesa, empresas e pesquisadores chineses devem — repito, devem — sob pena de lei, compartilhar tecnologia com o exército chinês. O objetivo é garantir que o Exército de Libertação Popular tenha dominância militar. E a missão central do PLA é sustentar o poder do Partido Comunista Chinês — o mesmo Partido Comunista Chinês que tem levado a China a uma direção cada vez mais autoritária e repressiva. Isso é completamente contrário aos valores de tolerância que são mantidos aqui e em toda a América. Portanto, mesmo que o Partido Comunista Chinês dê garantias de que sua tecnologia será confinada a usos pacíficos, você deve saber que há um risco enorme, um risco para a segurança nacional dos Estados Unidos. Este é um problema real, dado que muitas das nossas empresas mais inovadoras formaram

> parcerias com o governo chinês e empresas a ele vinculadas (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[16]

E então secretário de Estado utiliza uma retórica forte ao descrever o "roubo desenfreado de propriedade intelectual pela China" como uma ameaça real não apenas para empresas específicas, mas para a própria "economia de inovação" dos Estados Unidos. A escolha do termo "roubo", mais uma vez, reforça a imagem da China como um ator predatório que mina a competitividade e a segurança econômica estadunidense. Pompeo ainda menciona que quase todos os mil casos abertos pelo FBI relacionados à propriedade intelectual têm algum vínculo com a China, consolidando a narrativa de que essa questão não é isolada, mas um problema sistemático e intencionalmente conduzido pelo PCC.

Ademais, ao abordar a "fusão militar-civil" promovida sob o governo de Xi Jinping, sugere-se que a inovação e a pesquisa chinesas são diretamente aproveitadas para fins militares, em particular pelo Exército de Libertação Popular. Ele enfatiza que, sob a lei chinesa, empresas e pesquisadores devem compartilhar suas descobertas com o exército, criando uma preocupação com a dominação militar da China. Esse destaque à "fusão militar-civil" pode objetivar alarmar a audiência sobre o risco estratégico e o impacto que essas práticas podem ter na segurança nacional dos próprios EUA. Pompeo descreve o PLA como um pilar do poder do PCC, apresentando o regime como "cada vez mais autoritário e repressivo", em clara oposição aos valores ocidentais de liberdade e tolerância, que ele atribui aos Estados Unidos.

Por fim, Pompeo alerta para os "enormes riscos" associados à colaboração entre empresas estadunidenses e o governo chinês ou empresas vinculadas ao PCC. Ao afirmar que, mesmo que

---

[16] No original: “China’s rampant theft of intellectual property is real, and that it’s not just a problem for the particular company affected. Because that capacity to invest and create and protect those property rights underpins the entire innovation economy that we have here in the United States. As we stand here today, there are about a thousand open intellectual property cases with the FBI, nearly all of them somehow connected to China. But it’s – as you know, it’s the application of that property that is just as troubling. There’s a reason so many hackers and thieves – like the A.P.T. 10 group – are connected to the Chinese Ministry of State Security. Under Xi Jinping, the CCP has prioritized something called “military- civil fusion.” Many of you will know this. It’s a technical term but a very simple idea. Under Chinese law, Chinese companies and researchers must – I repeat, must – under penalty of law, share technology with the Chinese military. The goal is to ensure that the People’s Liberation Army has military dominance. And the PLA’s core mission is to sustain the Chinese Communist Party’s grip on power – that same Chinese Communist Party that has led China in an increasingly authoritarian direction and one that is increasingly repressive as well. It runs completely at odds with the tolerant views that are held here in this area and all across America. So, so even if the Chinese Communist Party gives assurances about your technology being confined to peaceful uses, you should know there is enormous risk, risk to America’s national security as well. This is a real problem, given that many of our most innovative companies have formed partnerships with the Chinese Government and companies that are linked to it”.

o Partido Comunista Chinês assegure que suas tecnologias são "confinadas a usos pacíficos", ele sugere uma desconfiança inerente em relação a essas garantias, destacando a ameaça à segurança nacional. Pompeo enaltece os valores estadunidenses de inovação e liberdade, contrastando-os com a repressão autoritária do PCC e alertando que essas parcerias podem comprometer a segurança e os princípios fundamentais dos EUA. Ao longo de seu discurso, o PCC é descrito como uma força perigosa e destrutiva, enquanto os EUA são apresentados como os defensores da liberdade e da ordem mundial justa.

4.3 As investidas militares chinesas e a retórica estadunidense

A questão das práticas militares agressivas da China na região do Indo-Pacífico tem se tornado um ponto central nas discussões de segurança global nos últimos anos. O governo chinês defende sua postura militar na região como uma questão de soberania e integridade territorial, especialmente em áreas como o Mar da China Meridional e o Estreito de Taiwan. Para Pequim, suas ações são uma resposta à necessidade de proteger seus interesses nacionais, a segurança marítima e garantir o controle de rotas comerciais estratégicas (Stokes, 2019). Além disso, a China afirma que sua expansão militar é defensiva, visando conter ameaças externas e assegurar estabilidade regional. A construção de bases militares em ilhas artificiais no Mar da China Meridional, por exemplo, é justificada como medidas legítimas para proteger sua soberania sobre áreas que considera historicamente suas, embora disputadas por outras nações.

Por outro lado, os Estados Unidos veem essas práticas como uma ameaça direta à segurança regional e à ordem internacional. A estratégia de construção de bases militares no exterior, especialmente nas disputadas ilhas Spratly e Paracel, é frequentemente descrita como um esforço da China para militarizar o Mar da China Meridional, infringindo acordos internacionais e ignorando resoluções como a decisão de 2016 do Tribunal Internacional de Haia, que rejeitou as reivindicações territoriais chinesas sobre grande parte da região. Momentos de grande tensão ocorreram, por exemplo, durante incidentes em que embarcações chinesas interceptaram navios estadunidenses nas denominadas operações de liberdade de navegação (Heydarian, 2020). Os EUA também consideram que a China utiliza sua força militar para "roubar" recursos naturais, como petróleo e gás, de áreas marítimas que deveriam ser compartilhadas com outros países, violando o direito marítimo internacional.

A questão de Taiwan também é um ponto de intensa fricção entre EUA e China. Os EUA têm mantido uma política de apoio não oficial a Taiwan, reconhecendo sua autonomia, embora sem uma declaração formal de independência, o que contraria Pequim. A China, que considera Taiwan uma província rebelde, tem realizado repetidas demonstrações de força, como exercícios militares e a violação do espaço aéreo taiwanês, como forma de intimidação. Para os Estados Unidos, essa postura agressiva é vista como uma tentativa de alterar o status quo pela força, o que desestabiliza a segurança do Indo-Pacífico (Stokes, 2019). O governo estadunidense tem reiterado seu compromisso com a "liberdade de navegação" e a segurança dos aliados na região, sendo essas tensões com Taiwan e os desafios no Mar do Sul e Leste da China exemplos claros de como a ascensão militar chinesa é vista como uma ameaça a longo prazo à ordem regional.

Nos documentos analisados durante a pesquisa, os termos mais associados ao Mar da China Meridional incluem *ASEAN* (Jaccard de 0,062), *Oil* (0,039), *Promise* (0,037) e *India* (0,036). Além disso, associações significativas aparecem com *Military* (0,033), *China* (0,033), *Commitment* (0,030), *Sovereignty* (0,029) e *International* (0,029), o que aponta para uma centralidade das disputas territoriais e dos recursos energéticos no contexto das relações internacionais envolvendo o Mar da China Meridional.

Em julho de 2020, durante um evento do *Center for Strategic and International Studies*, o então Secretário Assistente do Escritório de Assuntos do Leste Asiático e Pacífico, David Stilwell, realizou uma fala acerca das investidas chinesas tanto na região do Indo-Pacífico quanto no Mar da China Meridional. Na ocasião, foi feita uma relação entre as ações militares na região e os interesses econômicos do país asiático:

> No Mar da China Meridional, assim como em outras regiões, Pequim tem utilizado empresas estatais como ferramentas de coerção econômica e abuso internacional. Essas empresas foram usadas para dragagem, construção e militarização das fortalezas artificiais das ilhas Spratly da República Popular da China, a partir das quais Pequim agora viola as zonas econômicas exclusivas dos estados do sudeste asiático. Uma das principais contratadas de infraestrutura de Pequim, que opera em todo o mundo – a *China Construction & Communications Corporation*, ou CCCC – liderou a dragagem para as bases militares de Pequim no Mar da China Meridional, com efeitos terrivelmente destrutivos para o meio ambiente marinho e a estabilidade regional.[...] Outros navios e plataformas comerciais de pesquisa da RPC foram enviados repetidamente para águas do sudeste asiático nas quais a China não tem direitos. Numerosas empresas estatais da RPC nos setores de turismo, telecomunicações, pesca e bancos investem de maneiras que permitem as reivindicações ilegais e o comportamento agressivo de Pequim. Frotas de pesca da RPC no Mar da China Meridional frequentemente operam como milícia marítima sob a direção do exército chinês, assediando e intimidando outros como uma ferramenta de coerção estatal violenta

> (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[17]

No discurso de David Stilwell, há uma clara ênfase no uso de termos como "coerção econômica" e "abuso internacional" para descrever as práticas da China no Mar da China Meridional. O foco está nas atividades de empresas estatais chinesas, que seriam usadas como extensões das políticas de controle do governo, realizando ações de dragagem e militarização em ilhas disputadas, como as Spratly. Stilwell retrata essas ações como violações diretas das zonas econômicas exclusivas dos países do sudeste asiático, associando-as a um impacto destrutivo tanto para o meio ambiente quanto para a estabilidade regional. Ele ainda menciona o uso de infraestrutura civil para fins militares, sugerindo uma estratégia que desrespeita normas internacionais.

Stilwell também faz acusações de intimidação contra Pequim, particularmente através do envio de embarcações e plataformas de pesquisa para águas onde a China, segundo ele, não teria direitos legítimos. Ele descreve as atividades dessas embarcações como parte de uma campanha de assédio e reivindicações ilegais, dando destaque às frotas de pesca chinesas que atuariam sob a direção militar. Nesse contexto, a retórica utilizada atribui à China um comportamento agressivo, apresentando o país como um violador das normas marítimas internacionais e um ator que mina o equilíbrio regional através de suas ações no setor pesqueiro, turístico e bancário.

Ao mesmo tempo, a fala de Stilwell exalta valores como a proteção das normas internacionais e o respeito às zonas econômicas exclusivas, sugerindo que os EUA se posicionam como defensores dessas normas e da estabilidade regional. O contraste implícito entre os dois países é reforçado pela descrição dos EUA como um contrapeso à agressão chinesa, enquanto a

---

[17] No original: "In the South China Sea, as elsewhere, Beijing has used state-owned enterprises as tools of economic coercion and international abuse. They have been used to dredge, construct, and militarize the PRC's artificial island fortresses in the Spratlys, from which Beijing now violates the exclusive economic zones of Southeast Asian states. One of Beijing's leading infrastructure contractors that works all around the world – China Construction & Communications Corporation, or CCCC – led the dredging for Beijing's South China Sea military bases, with terribly destructive effects on the marine environment and regional stability. State-owned enterprises have been used as battering rams to attempt to enforce Beijing's unlawful "Nine Dashed Line." China National Offshore Oil Corporation, or CNOOC, used its mammoth survey rig HD-981 to try intimidating Vietnam off the Paracel islands in 2014. It is telling that CNOOC's chief executive touted that oil rig as "mobile national territory." The implications of such a statement should give pause to every nation that relies on the freedom of the seas for prosperity and security. Other PRC commercial survey ships and rigs have been sent repeatedly into Southeast Asian waters in which China has no rights. Numerous PRC state-owned tourism, telecom, fisheries and banking firms invest in ways to enable Beijing's unlawful claims and bullying. PRC fishing fleets in the South China Sea often operate as maritime militia under the direction of China's military, harassing and intimidating others as a tool of violent state coercion".

China é retratada como uma ameaça que utiliza suas empresas estatais para violar leis internacionais e intimidar vizinhos menores.

Na mesma ocasião, Stilwell argumentou que o governo chinês tende a justificar suas ações sob a ideia de um multilateralismo entre os países asiáticos:

> Todos nós sabemos por que isso é importante. Ao reivindicar "soberania indisputável" sobre uma área maior que o Mediterrâneo e violar os direitos de outros países, Pequim ameaça a ordem existente que proporcionou décadas de prosperidade à Ásia. Essa ordem foi baseada na liberdade e na abertura, ideias que Pequim se opõe. [...] Somente os ingênuos ou os cooptados ainda podem acreditar na pretensão de Pequim de ser um bom cidadão global. Hoje, estamos ouvindo cada vez mais vozes se levantando contra a agressividade e o unilateralismo de Pequim. [...] Os Estados Unidos fortaleceram sua abordagem em relação ao Mar da China Meridional. Nossa política é defender um Indo-Pacífico livre e aberto, no qual todas as nações diversas da região possam viver e prosperar em paz. Nossa política valoriza a diversidade dessas nações. Ela defende soberania, independência e pluralismo. Um Indo-Pacífico livre e aberto significa uma região onde os países estão seguros em sua soberania e são iguais no uso compartilhado dos bens comuns globais. Nenhuma potência hegemônica domina outras ou transforma águas internacionais em uma zona de exclusão. Nossa abordagem se baseia no longo histórico dos Estados Unidos no Pacífico, de preservar a paz, manter a liberdade dos mares de acordo com o direito internacional, garantir o fluxo livre de comércio e apoiar a resolução pacífica de disputas. Esses são interesses importantes e permanentes que compartilhamos com nossos muitos aliados e parceiros (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[18]

Na fala acima, a China é descrita como uma potência que desafia a ordem internacional ao reivindicar "soberania indisputável" sobre uma área vasta, o que inclui violar os direitos de soberania de outros países. Termos como "agressividade" e "unilateralismo" são usados para criticar a postura de Pequim, destacando a visão de que a China representa uma ameaça às normas que garantiram estabilidade e prosperidade na região asiática. Ao enquadrar as ações chinesas como desrespeito à soberania e à ordem existente, Stilwell associa o comportamento de

[18] No original: “We all know why this matters. By claiming “indisputable sovereignty” over an area larger than the Mediterranean and trampling the rights of others, Beijing threatens the existing order that has given Asia decades of prosperity. That order has been based on freedom and openness, ideas that Beijing opposes. [...] Only the gullible or the co-opted can still credit Beijing’s pretense of good global citizenship. Today we are hearing more and more voices raised against Beijing’s aggressiveness and unilateralism. [...] The United States has strengthened our own approach to the South China Sea. Our policy is to champion a free and open Indo-Pacific in which all the region’s diverse nations can live and prosper in peace. Our policy appreciates the diversity of those nations. It defends sovereignty, independence, and pluralism. A free and open Indo-Pacific means a region where countries are secure in their sovereignty and equal in their shared use of the global commons. No hegemonic power dominates others or turns international waters into a zone of exclusion. Our approach builds on America’s long record in the Pacific of preserving the peace, upholding freedom of the seas in line with international law, maintaining the unimpeded flow of commerce, and supporting peaceful settlement of disputes. These are important and abiding interests we share with our many allies and partners”.

Pequim a uma rejeição de valores como "liberdade" e "abertura", em contraste com o modelo de governança promovido pelos EUA.

Além disso, o discurso sublinha a postura cada vez mais assertiva dos EUA no Mar da China Meridional, destacando o compromisso de Washington com um Indo-Pacífico "livre e aberto". Essa visão é associada a valores de "diversidade", "soberania" e "pluralismo", com os EUA sendo retratados como defensores desses princípios em oposição à "hegemonia" que Pequim busca impor. Ao enfatizar que os EUA se posicionam contra qualquer tentativa de transformar águas internacionais em zonas de exclusão, reafirma-se o papel estadunidense como guardião das normas internacionais e do direito à livre circulação.

Stilwell também sugere que o modelo chinês é antitético aos valores democráticos defendidos pelos EUA, posicionando os Estados Unidos como uma força de estabilidade e paz na região. A referência ao "longo histórico" estadunidense no Pacífico, associado à defesa da liberdade dos mares e à resolução pacífica de disputas, reforça a ideia de que os EUA, em parceria com seus aliados, mantêm um compromisso de longa data com a preservação de uma ordem internacional baseada em regras. Nesse sentido, o discurso constrói uma narrativa onde os EUA se apresentam como um bastião de estabilidade, enquanto a China é vista como uma ameaça desestabilizadora.

Após isso, o então Secretário também estabeleceu uma relação entre as ações da China a nível regional e a sua postura em relação a temas globais:

> Quando Pequim usa coerção, promessas vazias, desinformação, desprezo pelas regras, diplomacia de má-fé e outras táticas sorrateiras no Mar da China Meridional, está se baseando em um manual que utiliza globalmente. Vemos isso no Mar da China Oriental e em torno de Taiwan, onde Pequim tem ampliado suas provocações marítimas e incursões ameaçadoras. Vemos isso nos Himalaias, onde Pequim recentemente tomou ações agressivas em suas fronteiras com a Índia. Vemos isso ao longo do rio Mekong, onde Pequim usou sua enorme cascata de barragens para reter água de seus vizinhos rio abaixo no Sudeste Asiático, contribuindo para a pior seca da história registrada do Mekong. [...] Mas o modo agressivo de operação de Pequim é visível não apenas em outras disputas por territórios e recursos naturais. Também é visível em Hong Kong, onde a nova lei de segurança nacional de Pequim desrespeita seus compromissos no âmbito da Declaração Conjunta Sino-Britânica de 1984 – um acordo agora ridicularizado por oficiais da RPC como nada além de um pedaço de papel. Assim como disseram sobre a decisão do Tribunal Arbitral de 2016 sobre o Mar da China Meridional. [...] Onde quer que esteja, Pequim cada vez mais quer reivindicar, coagir e controlar. Por sua própria natureza, não pode aceitar um mundo pluralista com liberdades fundamentais de escolha e consciência. [...] Por isso, é bom ver uma ampla gama de países se posicionando cada vez mais contra os abusos de Pequim, em várias frentes, incluindo o

> Mar da China Meridional (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[19]

No trecho acima, a China é retratada como uma potência agressiva e coercitiva, com ações que se estendem não apenas ao Mar da China Meridional, mas também a outras regiões, como o Mar da China Oriental, Taiwan e os Himalaias. Termos como "coerção", "promessas vazias" e "diplomacia de má-fé" são utilizados para descrever as táticas de Pequim, criando a imagem de um regime que recorre à manipulação e à força para atingir seus objetivos. A referência ao uso de barragens ao longo do rio Mekong para reter água e causar secas é um exemplo de como as ações chinesas são apresentadas como ameaças globais, afetando diretamente as vidas e a segurança de pessoas em diversas regiões. Assim, Stilwell pinta um quadro de desestabilização e agressividade por parte da China, elevando a sensação de insegurança internacional.

Além de expor as ações em diferentes regiões, Stilwell reforça a crítica ao Partido Comunista Chinês com base em seu caráter marxista-leninista, descrevendo o regime como intrinsecamente expansionista e antidemocrático. A China, segundo Stilwell, não apenas quer dominar sua "vizinhança imediata", mas também impor suas regras globalmente, destacando uma ameaça crescente para pessoas de diversas partes do mundo. Ao mencionar de “pessoas comuns” em diferentes países, ele sugere que Pequim não respeita fronteiras nem liberdades fundamentais. Essa escolha de exemplos variados contribui para criar uma narrativa de que ninguém está seguro diante da crescente influência chinesa, estimulando uma sensação de medo global e urgência.

Ademais, Stilwell também contrasta a suposta agressividade chinesa com a valorização da "liberdade" e do "pluralismo" por parte dos Estados Unidos. A China é descrita como incapaz de aceitar um mundo onde existem liberdades fundamentais, enquanto os EUA se posicionam como

---

[19] No original: “When Beijing uses coercion, empty promises, disinformation, contempt for rules, bad-faith diplomacy, and other underhanded tactics in the South China Sea, it is drawing on a playbook that it uses worldwide. We see it in the East China Sea and around Taiwan, where Beijing has expanded its maritime provocations and threatening sorties. We see it in the Himalayas, where Beijing recently took aggressive action on its frontiers with India. We see it along the Mekong River, where Beijing has used its massive cascade of dams to hold back water from downstream neighbors in Southeast Asia, contributing to the worst drought in the Mekong’s recorded history. [...] But Beijing’s aggressive mode of operation is visible not only in other disputes over territory and natural resources. It is also visible in Hong Kong, where Beijing’s new national security law flouts its commitments under the Sino-British Joint Declaration of 1984 – an agreement now derided by PRC officials as nothing but a scrap of paper. Just as they said about the 2016 Arbitral Tribunal ruling on the South China Sea. [...] Wherever you are, Beijing increasingly wants to stake claims, coerce, and control. By its nature, it cannot accept a pluralistic world with fundamental freedoms of choice and conscience. [...] So it is good to see a wide range of countries increasingly stand against Beijing’s abuses, on a range of fronts including the South China Sea”.

defensores dessas liberdades e de um "mundo pluralista". Ao exaltar os valores de liberdade e pluralismo, o discurso sugere que a resistência à China é não apenas uma questão de geopolítica, mas uma luta entre ideologias opostas: a de controle autoritário de Pequim e a de liberdade e democracia, liderada pelos EUA. O uso de termos como "negar" e "reivindicar" reforça essa polarização, destacando a China como uma potência que desafia abertamente os princípios da ordem internacional baseada em regras.

Por fim, ao mencionar que uma "ampla gama de países" está se posicionando contra os "abusos de Pequim", Stilwell apela à solidariedade internacional para conter a ascensão da China. Essa ênfase na formação de coalizões reflete a visão dos EUA de que a contenção da China não pode ser alcançada unilateralmente, mas através de um esforço conjunto entre nações que compartilham os mesmos valores de liberdade e justiça. Assim, o discurso não apenas adverte sobre os perigos da expansão chinesa, mas também reforça a importância de uma resposta coletiva global para preservar a ordem internacional e resistir à dominação de Pequim.

Como abordado anteriormente, a questão China-Taiwan-EUA é marcada por tensões históricas e geopolíticas que envolvem disputas de soberania, políticas de reconhecimento e interesses estratégicos. A China considera Taiwan uma província rebelde e busca a reunificação, se necessário, pela força, enquanto Taiwan se autogoverna desde 1949, após a guerra civil chinesa, mantendo laços econômicos fortes com o Ocidente e, atualmente, um sistema de governo democrático. Os Estados Unidos adotam uma política ambígua, reconhecendo oficialmente a política de "Uma China" desde o estabelecimento das relações diplomáticas com Pequim em 1979, mas mantendo apoio militar a Taiwan através da Lei de Relações de Taiwan (Taiwan Relations Act), que garante assistência defensiva à ilha em caso de ataque (Kuo, 2021). As tensões aumentam com as frequentes incursões militares chinesas no Estreito de Taiwan, que Pequim considera como uma resposta à crescente cooperação entre Taiwan e os EUA. Em momentos de alta tensão, como visitas diplomáticas de autoridades estadunidenses a Taiwan, a China responde com demonstrações de força, o que agrava a instabilidade regional (Zhou, 2021).

Nos documentos do Departamento de Estado analisados, o termo *Taiwan* ocupou um lugar de destaque, enfatizando questões políticas e de segurança na região do Pacífico. Os termos mais associados incluem *Democracy* (Jaccard de 0,036), *Hong Kong* (0,033), *Australia* (0,030) e *Stability* (0,027). Outros termos relevantes são *Commitment* (0,026), *South China Sea* (0,025),

Japan (0,024), e *Health* (0,024). As associações apontam para um foco na estabilidade regional e nas parcerias estratégicas envolvendo Taiwan e seus aliados, destacando sua importância nas dinâmicas globais.

Em agosto de 2020, Stiwell, durante um evento virtual da *The Heritage Foundation*, um *think tank* conservador com sede na capital estadunidense, realizou alguns comentários sobre as relações entre China e Taiwan.

> Diz muito sobre Taiwan que, na era pré-COVID, milhões de turistas do continente chinês visitavam os pontos turísticos durante o dia e se reuniam em torno da TV em seus quartos de hotel à noite. Por que eles faziam isso? Para testemunhar o espetáculo de pessoas de origem étnica chinesa livres falando o que pensam abertamente e sem medo, engajando-se em debates robustos e desfrutando de suas liberdades democráticas, incluindo o direito de criticar seus líderes eleitos. Para esses visitantes do continente, uma visita a Taiwan era um lembrete de que nenhuma pessoa, nenhum partido, pode monopolizar as mentes e os pensamentos de todos os chineses étnicos. De fato, servia como a atração turística mais convincente de todas: uma visão de uma sociedade e uma política chinesas democráticas que são prósperas, harmoniosas, livres e altamente respeitadas por pessoas de todo o mundo. Se você visitar o Museu do Palácio Nacional, poderá ver tesouros que escaparam das Guardas Vermelhas comunistas e da horrível destruição da Revolução Cultural. Em Taiwan, você pode observar uma sociedade chinesa que floresce livre da mistura tóxica de marxismo-leninismo e do Pensamento de Mao Tsé-Tung que devastou o continente. Taiwan é uma economia altamente avançada de 600 bilhões de dólares, com 23 milhões de pessoas livres. É uma visão do quanto o povo chinês pode alcançar (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[20]

No excerto acima, a descrição de Taiwan como um exemplo de liberdade e prosperidade se destaca de forma proeminente. Ao mencionar que milhões de turistas do continente chinês visitavam Taiwan para testemunhar "o espetáculo de pessoas de origem étnica chinesa livres", Stilwell enfatiza a dicotomia entre a experiência de liberdade em Taiwan e a opressão vivida na China continental. Ele utiliza termos como "liberdade", "debates robustos" e "direito de criticar seus líderes eleitos" para projetar uma imagem de uma sociedade vibrante e democrática, que

[20] No original: “It says a lot about Taiwan that, in the pre-COVID era, millions of tourists from mainland China would visit the sites during the day and huddle around the TV in their hotel rooms at night. Why would they do so? To witness the spectacle of free ethnic Chinese people speaking their minds openly and fearlessly, engaging in robust debate and enjoying their democratic freedoms, including the right to criticize their elected leaders. For such mainland visitors, a visit to Taiwan was a reminder that no one person, no one party, can monopolize the minds and thoughts of all ethnic Chinese people. Indeed, it served as the most compelling tourist attraction of all: a vision of a democratic Chinese society and polity that is prosperous, harmonious, free, and highly respected by people all around the world. If you visit the National Palace Museum, you can see treasures that escaped the Communist Red Guards and the horrific destruction of the Cultural Revolution. In Taiwan you can see a Chinese society that flourishes free of the toxic brew of Marxism-Leninism and Mao Zedong Thought that battered the mainland. Taiwan is a highly advanced $600 billion economy with 23 million free people. It is a vision of how much the Chinese people can achieve”.

contrasta marcadamente com a falta de liberdade na China. Ao afirmar que a visita a Taiwan serve como um "lembrete" de que "nenhuma pessoa, nenhum partido, pode monopolizar as mentes e os pensamentos", ele sugere que a liberdade de pensamento é um valor universal que deve ser acessível a todos os chineses, reforçando a ideia de que o regime autoritário da China continental é uma violação desse direito fundamental.

Além disso, Stilwell critica abertamente o marxismo-leninismo e seu impacto na sociedade chinesa, referindo-se à "mistura tóxica" que resultou em devastação durante a Revolução Cultural. Essa escolha de palavras demonstra um juízo de valor negativo em relação à ideologia comunista e seu legado, apresentando a narrativa de que Taiwan, livre de tal influência, representa uma alternativa viável e desejável para o povo chinês. Ao mencionar os "tesouros" que escaparam das "Guardas Vermelhas comunistas", ele não apenas critica o passado da China, mas também sugere que a preservação da cultura e da história está intimamente ligada à liberdade política, um ponto que fortalece sua argumentação em favor do sistema democrático taiwanês.

Stilwell também destaca a robustez econômica de Taiwan, descrevendo-a como uma "economia altamente avançada de 600 bilhões de dólares, com 23 milhões de pessoas livres". Este enfoque econômico, junto com sua ênfase na liberdade, permite que ele posicione Taiwan como um modelo de sucesso que pode inspirar outras nações, incluindo a própria China. Ao usar palavras como "prosperidade", "harmonia" e "respeito", ele tenta transmitir uma visão otimista e aspiracional do que a sociedade pode alcançar quando a liberdade e os direitos democráticos são respeitados. Assim, o discurso não apenas reafirma a posição dos EUA em relação a Taiwan, mas também apela à resistência contra o autoritarismo, com a intenção de encorajar tanto os taiwaneses quanto os chineses a valorizar e lutar por suas liberdades.

Além disso, o então Secretário Assistente também falou mais diretamente sobre as ações militares chinesas em relação a Taiwan e reforçou a postura oficial do governo estadunidense em relação ao assunto:

> Não mudamos nada sobre essas políticas de longa data. O que estamos fazendo, porém, é fazer algumas atualizações importantes em nosso engajamento com Taiwan para refletir melhor essas políticas e responder às circunstâncias em mudança. Os ajustes são significativos, mas ainda bem dentro dos limites de nossa política de uma só China. Sentimos a necessidade de fazer esses ajustes por duas razões. Primeiro, devido à crescente ameaça que Pequim representa para a paz e a estabilidade na região, que é um interesse vital dos Estados Unidos.[...] Essas ações desafiam a paz e a estabilidade do Pacífico Ocidental. Vamos ser claros: essas ações desestabilizadoras vêm de Pequim, não

> de Taipei ou Washington. Apoiamos o status quo há muito tempo no estreito de Taiwan. Pequim o alterou unilateralmente, mudando seus parceiros diplomáticos, empurrando Taiwan para fora de organizações internacionais, intensificando manobras militares e realizando outras atividades. Portanto, devemos agir para restaurar o equilíbrio. Outros países amantes da paz devem fazer o mesmo. Olhando para Hong Kong, está claro que Beijing está disposta a desconsiderar suas obrigações internacionais para expandir seu sistema autoritário e cercear pessoas que amam a liberdade. Já não temos mais o luxo de presumir que Pequim cumprirá seu compromisso de resolver pacificamente suas diferenças com Taipei, como prometeu a nós nas três comunicações conjuntas. [...] Continuaremos a ajudar Taipei a resistir à campanha do Partido Comunista Chinês para pressionar, intimidar e marginalizar Taiwan. Os Estados Unidos responderam e continuam a responder à crescente pressão militar da RPC, fornecendo artigos de defesa necessários e outro apoio (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[21]

A retórica utilizada para descrever as ações da China em relação a Taiwan reflete uma dita preocupação com a crescente ameaça que Pequim representaria para a paz e a estabilidade na região. Ao afirmar que o Partido Comunista Chinês está "direcionando Taiwan com isolamento diplomático, ameaças e ações militares belicosas", Stilwell enfatiza a agressividade do governo chinês, utilizando termos que evocam um senso de perigo iminente. Esse uso de linguagem não apenas posiciona a China como um agressor, mas também destaca a vulnerabilidade de Taiwan diante de manobras que incluem invasões cibernéticas e pressão econômica, sugerindo que essas táticas são parte de uma estratégia mais ampla para submeter a ilha à influência de Pequim.

A fala de Stilwell também é marcada por uma defesa do status quo no estreito de Taiwan, que ele afirma ser um interesse vital dos Estados Unidos. Ao declarar que as ações desestabilizadoras vêm de "Pequim, não de Taipei ou Washington", ele isenta Taiwan e os EUA de qualquer responsabilidade pelas tensões, deixando implícito um posicionamento de apoio à autodeterminação de Taiwan. O uso de termos como "restaurar o equilíbrio" e "outros países

[21] No original: “We have changed nothing about these longstanding policies. What we are doing, though, is making some important updates to our engagement with Taiwan to better reflect these policies and respond to changing circumstances. The adjustments are significant, but still well within the boundaries of our one-China policy. We feel compelled to make these adjustments for two reasons. First, because of the increasing threat posed by Beijing to peace and stability in the region, which is a vital interest of the United States. [...] These destabilizing actions come from Beijing, not from Taipei or Washington. We support the longtime status quo across the Taiwan Strait. Beijing has unilaterally altered it, through flipping of diplomatic partners, pushing Taiwan out of international organizations, stepped up military maneuvers, and other activities. So we must act to restore balance. Other peace-loving countries should do the same. Looking at Hong Kong, it is clear that Beijing is willing to disregard its international obligations to extend its authoritarian system and box in freedom-loving people. We no longer have the luxury of assuming that Beijing will live up to its commitment to peacefully resolve its differences with Taipei, as it promised us in the three joint communiques. [...] We will continue to help Taipei resist the Chinese Communist Party’s campaign to pressure, intimidate, and marginalize Taiwan. The United States has responded and continues to respond to increased PRC military pressure by providing necessary defense articles and other support. As China’s military equipment and technology rapidly advance, we believe it will be increasingly critical for Taiwan to invest in and deploy resilient and cost-effective capabilities that can be a credible deterrent to that growing PRC threat. This includes building an effective territorial defense force as a key part of that overall deterrence”.

amantes da paz devem fazer o mesmo" sugere uma convocação à comunidade internacional para se unir contra as ações de Pequim, destacando a necessidade de uma resposta coletiva às supostas agressões. Essa chamada à ação sugere uma visão mais ampla de defesa não apenas de Taiwan, mas de valores democráticos e da ordem internacional, que, segundo Stilwell, estão sendo ameaçados pela China.

Stilwell também faz uma referência clara ao contexto de Hong Kong, apontando que a disposição de Pequim de desconsiderar obrigações internacionais é uma evidência do desejo do governo chinês de expandir seu sistema autoritário. Essa analogia serve para reforçar a argumentação de que o comportamento da China em relação a Taiwan não é um fenômeno isolado, mas parte de uma tendência mais ampla de desrespeito pelos direitos humanos e pela soberania de outras nações. Ao afirmar que "já não temos mais o luxo de presumir que Pequim cumprirá seu compromisso de resolver pacificamente suas diferenças", ele se utiliza de um ceticismo que justifica a necessidade de uma postura mais assertiva por parte dos EUA e de seus aliados.

Finalmente, o trecho conclui com uma declaração de compromisso em ajudar Taipei a resistir à pressão do Partido Comunista Chinês. A ênfase em "fornecer artigos de defesa necessários" e a sugestão de que Taiwan deve "investir e implantar capacidades resilientes e custo-efetivas" são indicativos de uma estratégia de dissuasão militar que os EUA estão adotando. Isso não só reflete um apoio tangível a Taiwan, mas também enfatiza a urgência de uma resposta robusta às ameaças crescentes da RPC. O uso de termos como "força de defesa territorial eficaz" ressalta a importância da autossuficiência de Taiwan na sua defesa, reforçando a ideia de que a proteção de valores democráticos e de um sistema baseado em regras na região depende da capacidade de Taiwan de se proteger de forma independente.

4.4 A pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 emergiu como um evento global que não apenas desafiou sistemas de saúde em todo o mundo, mas também exacerbou as tensões geopolíticas entre os Estados Unidos e a China. Desde o início da pandemia, o governo chinês adotou uma narrativa que enfatizava a necessidade de cooperação internacional e solidariedade global na luta contra o

vírus. Pequim buscou apresentar-se como um líder responsável, enviando suprimentos médicos e assistência a vários países afetados, ao mesmo tempo que tentou minimizar a responsabilidade pelo surto inicial, que se originou na cidade de Wuhan. Essa estratégia visava melhorar a imagem da China no cenário global, destacando sua capacidade de gerenciar a crise, mesmo enquanto enfrentava críticas sobre sua transparência inicial e à gestão do surto (Altman, 2020).

No contexto do governo Trump, a percepção dos Estados Unidos em relação à China em meio à pandemia tornou-se marcada por um clima de desconfiança e acusação. O ex-presidente frequentemente se referia ao coronavírus como "o vírus chinês", insinuando que a China não apenas falhou em conter a propagação da doença, mas também foi responsável por sua disseminação global. Em março de 2020, Trump e seus aliados começaram a responsabilizar Pequim por não ter alertado o mundo de maneira adequada sobre a gravidade do surto (Dyer, 2020). Essa retórica polarizadora não apenas intensificou as tensões diplomáticas, mas também lançou um véu de desconfiança sobre a capacidade da China em ser um parceiro global confiável em tempos de crise.

Um dos momentos mais significativos dessa tensão ocorreu em julho de 2020, quando a administração Trump tomou medidas drásticas contra a China, incluindo a suspensão de vistos para certos funcionários do Partido Comunista Chinês, sob a justificativa de que eles estavam envolvidos em abusos de direitos humanos e em ações que prejudicavam a resposta internacional à pandemia. Além disso, a decisão de fechar o consulado chinês em Houston foi interpretada como uma forma de retaliação não apenas pela questão do coronavírus, mas também pelas crescentes preocupações sobre espionagem e influência chinesa em território estadunidense (Tiezzi, 2020). Essas ações refletiram uma mudança de estratégia na política externa dos EUA, com foco em confrontar o que Washington considerava como comportamentos agressivos de Pequim durante a pandemia.

À medida que a pandemia progredia, as tensões se intensificaram ainda mais, com o governo Trump pressionando por uma investigação sobre a origem do vírus e a atuação da China. A convocação para uma investigação internacional em maio de 2020, apoiada por aliados ocidentais, gerou uma reação contundente da China, que acusou os EUA de politizar a pandemia e desviar a atenção de suas próprias falhas no controle do vírus. Esse clima de acusações mútuas e desconfiança culminou em um ambiente geopolítico mais tenso, onde a COVID-19 foi não

apenas uma crise de saúde pública, mas também um campo de batalha simbólico na competição entre as duas potências (Dyer, 2020). Essa dinâmica evidencia como a pandemia de COVID-19 não apenas testou as capacidades de resposta de cada país, mas também redefiniu suas relações de maneira duradoura.

Essas tensões também se refletiram nos documentos analisado para a pesquisa, nos quais o termo *pandemic* esteve presente em diversas ocasiões. Nesse contexto, os termos mais associados foram *Health* (Jaccard de 0,165), *World* (0,118), *Assistance* (0,062) e *Need* (0,060). Além disso, termos como *Disinformation* (0,059), *China* (0,057), *Asia* (0,056), *American* (0,051) e *Crisis* (0,045) também aparecem como destaques.

Em abril de 2020, o Departamento de Estado dos EUA, por meio de uma *fact sheet*, divulgou um documento intitulado "Departamento de Estado dos EUA Fazendo Sua Parte Para Manter a América Segura, Saudável e Funcionando Durante a Pandemia de COVID-19" (*U.S. Department of State Doing Its Part To Keep America Safe, Healthy, and Running During the COVID-19 Pandemic*). No documento, pode ser destacado um trecho mais enfático sobre a responsabilidade atribuída à China pelos desdobramentos da pandemia:

> Em dezembro de 2019, o surto de COVID-19 começou em Wuhan, na China. Infelizmente, o Partido Comunista Chinês atrasou a informação a seus cidadãos e a outras nações sobre o vírus até que ele se espalhasse amplamente pelo mundo, ameaçando os americanos em casa e no exterior. A Administração Trump, incluindo o Departamento de Estado, agiu de forma rápida e agressiva para manter a América segura, saudável e funcionando. [...] A COVID-19 ensinou ao mundo que as mentiras do Partido Comunista Chinês podem ter consequências vastas e terríveis. À medida que os Estados Unidos, nossos aliados e nossos parceiros renovam os apelos por transparência sobre o vírus (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[22]

O trecho acima reflete uma narrativa clara e condenatória em relação ao governo chinês, especificamente ao PCC. A escolha de palavras, como "atrasou" e "mentiras", sugere uma

[22] No original: "In December 2019, the COVID-19 outbreak began in Wuhan, China. Unfortunately, the Chinese Communist Party delayed informing its citizens and other nations about the virus until it spread widely around the world, threatening Americans at home and abroad. The Trump Administration, including the State Department, sprang into action early and aggressively to keep America safe, healthy, and running. [...] COVID-19 has taught the world that the Chinese Communist Party's lies can have vast and terrible consequences. As the United States, our allies and our partners renew calls for transparency about the virus".

intenção deliberada de desacreditar o governo de Pequim, implicando que sua falta de transparência e comunicação foi não apenas negligente, mas potencialmente mal-intencionada. O uso da frase “ameaçando os americanos em casa e no exterior” reforça a ideia de que a China não apenas falhou em conter o vírus, mas também comprometeu a segurança dos cidadãos estadunidenses, transformando a pandemia em uma questão de segurança nacional. Essa caracterização da China serve para legitimar uma postura mais agressiva dos EUA, apresentando a resposta estadunidense como necessária e justificada frente a um suposto comportamento irresponsável de Pequim.

A administração Trump, conforme indicado no texto, se apresenta como um defensor ativo da saúde e segurança dos estadunidenses, contrastando-se com a imagem negativa do governo chinês. Frases como “agiu de forma rápida e agressiva” sugerem uma narrativa de proatividade e competência, posicionando os EUA como uma liderança global responsável, ao mesmo tempo que tenta distanciar-se da responsabilidade por qualquer falha na resposta inicial à pandemia. Essa dualidade de posicionamento – um governo estadunidense enérgico e responsável versus um governo chinês ineficaz e enganoso – visa consolidar o apoio interno e externo para as políticas dos EUA, especialmente em um momento em que a nação estava enfrentando a crise da COVID-19.

Além disso, a frase “as mentiras do Partido Comunista Chinês podem ter consequências vastas e terríveis” implica que a falta de veracidade e a ocultação de informações por parte da China resultaram em danos significativos não apenas para os EUA, mas também para o mundo. Essa avaliação de comportamento sugere que a China, ao não agir de maneira transparente, representa uma ameaça para os Estados Unidos, para seus aliados e parceiros internacionais. O apelo à “transparência” não é apenas uma crítica, mas um chamado à ação, que exige responsabilidade da China e, ao mesmo tempo, reforça a posição dos EUA como um farol de verdade e segurança em um mundo percebido como incerto e repleto de desinformação. Assim, o documento não apenas critica a China, mas também reafirma a posição dos EUA como uma liderança moral em tempos de crise, promovendo valores de transparência e responsabilidade.

No mês seguinte, em uma coletiva de imprensa no *Global Engagement Center*, a então Enviada Especial e Coordenadora do centro, Lea Gabrielle, abordou o tema das campanhas de

desinformação do governo chinês em relação à pandemia de COVID-19. Na ocasião, Gabrielle afirmou:

> Vimos outros analisarem de perto a convergência das narrativas de desinformação russas e chinesas, e para lhe dar uma atualização, continuamos a observar que as narrativas do PCC e da Rússia convergem e se ecoam mutuamente. Mais recentemente, vimos o PCC e proxies russos recircularem narrativas falsas sobre laboratórios biológicos financiados pelos EUA na ex-União Soviética, como apenas um exemplo. [...] Vemos essa convergência como resultado do que consideramos ser pragmatismo entre os dois atores que desejam moldar a compreensão pública da pandemia de COVID para seus próprios propósitos. Portanto, essa preocupante convergência de narrativas é apenas um exemplo de como Pequim está se adaptando em tempo real e usando cada vez mais técnicas que há muito tempo são empregadas por Moscou. [...] Ao longo da pandemia de COVID, várias organizações relataram redes de bots promovendo narrativas pro-PCC. E o que eu gostaria realmente de destacar é que o GEC descobriu uma nova rede de contas falsas no Twitter que avaliamos terem sido criadas com a intenção de amplificar a propaganda e a desinformação chinesas. Nesse caso, nossa equipe de análise examinou os seguidores mais recentes de 36 contas do Twitter de oficiais do ministério das relações exteriores da China ou das contas oficiais das embaixadas chinesas. Muitas contas diplomáticas chinesas no Twitter experimentaram um aumento significativo no número de novos seguidores desde março, e isso coincide com o período em que o esforço de comunicação do exterior de Pequim ganhou força em relação à COVID. [...] Mas devemos dizer que os esforços estão falhando em muitos lugares. Vimos governos estrangeiros, acadêmicos e a mídia exporem a desinformação e a propaganda do PCC e se unirem aos EUA em nossa demanda por transparência. As preocupações sobre como o PCC tenta manipular informações são globais e é crítico que continuemos a chamar a atenção para o uso crescente de desinformação pelo PCC e outras táticas no estilo russo, como essas redes de amplificação em redes sociais não autênticas, para evitar que esses comportamentos se tornem a norma para Pequim (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[23]

[23] No original: “We’ve seen other look closely at the convergence of Russian and Chinese disinformation narratives, and to give you an update, we do continue to see Chinese and Russian narratives converge and echo each other. Most recently we saw CCP and Russian proxies recirculate false narratives about U.S.-funded biolabs in the former Soviet Union, as just one example. So even before the COVID-19 crisis, we assessed a certain level of coordination between Russia and the PRC in the realm of propaganda, but with this pandemic the cooperation has accelerated rapidly. We see this convergence as a result of what we consider to be pragmatism between the two actors who want to shape public understanding of the COVID pandemic for their own purposes. So this disturbing convergence of narratives is just an example of how Beijing is adapting in real time and increasingly using techniques that have long been employed by Moscow. [...] Now throughout the COVID pandemic, several organizations have reported on bot networks promoting pro-CCP narratives. And what I’d really like to highlight is that the GEC has uncovered a new network of inauthentic Twitter accounts which we assess were created with the intent to amplify Chinese propaganda and disinformation. In this case our analytics team looked at the most recent followers for 36 Twitter accounts of either Chinese foreign ministry officials or the official accounts for Chinese embassies. Many Chinese diplomatic Twitter accounts experienced a major surge in the number of new followers since March, and that matches the timeframe in which Beijing’s overseas messaging effort kicked into high gear around COVID. [...] But we will say that the efforts are backfiring in many places. We’ve seen foreign governments, academics, and media call out CCP disinformation and propaganda and join the U.S. in our demand for transparency. Concerns about how the CCP tries to manipulate information are global ones, and it’s critical that we continue to draw attention to the CCP’s increasing use of disinformation and other Russian-style tactics, like these inauthentic social media amplification networks, to prevent these behaviors from becoming the norm for Beijing”.

O trecho acima destaca uma crescente convergência entre as narrativas de desinformação promovidas pela Rússia e pelo Partido Comunista Chinês, sugerindo que ambos os atores estão coordenando suas estratégias de propaganda, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. Ao mencionar as "narrativas falsas sobre laboratórios biológicos financiados pelos EUA na ex-União Soviética," Gabrielle sugere que tanto a Rússia quanto a China podem estar colaborando para moldar a percepção pública da pandemia em benefício próprio. O termo "pragmatismo" é usado para descrever essa cooperação, sugerindo que essa aliança de desinformação não é fruto de uma afinidade ideológica, mas sim de uma conveniência estratégica para manipular o entendimento global da COVID-19. A análise posiciona esse fenômeno como uma adaptação de Pequim às táticas que Moscou já vinha utilizando há muito tempo, o que implica que a China está aprendendo e aplicando técnicas russas de manipulação de informação.

Outro aspecto central é a descrição do uso de bots e contas falsas nas redes sociais, particularmente no Twitter, para amplificar as narrativas pró-PCC. O foco em redes de contas falsas que seguem diplomatas chineses e embaixadas da China desde março de 2020 aponta para um esforço coordenado de Pequim para expandir seu alcance no domínio digital durante a crise da COVID-19. O termo "esforço de comunicação do exterior de Pequim" sugere uma campanha orquestrada e sistemática para influenciar a opinião pública global, especialmente num momento crítico de pandemia, em que as narrativas oficiais podem impactar diretamente as políticas de saúde pública e a confiança nas instituições internacionais. No entanto, Gabrielle faz questão de frisar que esses esforços têm enfrentado resistência significativa de governos, acadêmicos e da mídia, que expõem tais desinformações, ao lado dos EUA, numa defesa da transparência.

Por fim, também é feita uma crítica contundente ao "uso crescente de desinformação pelo PCC" e a adoção de "táticas no estilo russo," enfatizando a necessidade de expor e resistir a essas práticas antes que se tornem comuns. A repetição da expressão "redes de amplificação em redes sociais não autênticas" reforça o argumento de que a desinformação digital é uma ameaça séria, que precisa ser combatida de forma colaborativa por nações que prezam pela transparência e pela veracidade da informação. A mensagem subjacente que poderia ser interpretada é de que o mundo deve permanecer vigilante e unido contra essas práticas manipuladoras que colocam em risco a confiança nas instituições democráticas e a ordem internacional baseada em regras, a fim de evitar que elas se consolidem como uma norma na diplomacia de Pequim.

Alguns meses depois, em setembro de 2020, David Stilweel fez algumas observações sobre o cenário da pandemia durante uma fala ao Comitê de Relações Exteriores do Senado. Ao abordar especificamente a atuação do governo chinês, declarou:

> Há alguns meses, enquanto o mundo lidava com a realidade da pandemia global, uma das principais virologistas da China alertou que o coronavírus era "apenas a ponta do iceberg". Ela falava como epidemiologista e pedia uma resposta global para prevenir futuros surtos, mas essa analogia é uma maneira útil de pensar sobre a agressão e as atividades malignas do Partido Comunista Chinês (PCC) no mundo. Para cada exemplo visível de atividade maligna do PCC em todo o mundo, há muitos outros ocultos sob a superfície. Parte do nosso trabalho no Departamento, e especialmente no Escritório de Assuntos do Leste Asiático e do Pacífico (EAP), é ajudar a trazer mais desse iceberg à tona para que outras nações vejam o PCC pelo que realmente é – uma ameaça agressiva, autocrática, ambiciosa, paranoica e hostil às sociedades livres e abertas e à ordem internacional livre e aberta. O comportamento agressivo de Pequim assume muitas formas, incluindo ataques a empresas e governos estrangeiros; manipulação de organizações internacionais; silenciamento de críticos no exterior; compra, roubo ou forçamento da transferência de tecnologia para promover suas ambições militares e econômicas; e disseminação de desinformação. A encoberta de Pequim sobre o surto de COVID-19 deixou urgentemente claro à comunidade internacional os perigos da falta de transparência do PCC e do uso de desinformação para a saúde e segurança globais. Isso não é uma aberração; é um reflexo de como o PCC opera. [...] Essas não são as ações de um ator global responsável, mas de um valentão sem lei (Banco de Dados de Documentos do Departamento de Estado, 2020, s.p., tradução nossa).[24]

A passagem acima apresenta uma condenação enfática do Partido Comunista Chinês e de suas ações globais, utilizando uma linguagem forte e imagens vívidas para transmitir uma sensação de urgência e ameaça. A analogia do coronavírus como “apenas a ponta do iceberg” sugere que, embora a pandemia seja uma manifestação visível de questões mais amplas, muitas outras ações prejudiciais do PCC permanecem ocultas. Essa analogia posiciona o PCC como uma ameaça significativa, encorajando o público a reconhecer que a gravidade de suas atividades é muito maior do que o que é imediatamente aparente. A insistência em revelar o "iceberg" poderia

[24] No original: “A few months ago, as the world was coming to grips with the reality of the global pandemic, one of China’s leading virologists warned that the coronavirus was “just the tip of the iceberg.” She was speaking as an epidemiologist and urging a global response to prevent future outbreaks, but that analogy is a useful way to think about CCP aggression and malign activities globally. For each visible example of CCP malign activity worldwide, there are many more lurking beneath the surface. Part of our job in the Department, and especially in the EAP Bureau, is to help bring more of that iceberg into the open for other nations to see the CCP for what it truly is – an aggressive, autocratic, ambitious, paranoid, hostile threat to free and open societies and the free and open international order. Beijing’s aggressive behavior takes many forms, including assaults on foreign companies and governments; manipulation of international organizations; silencing of critics abroad; buying, stealing, or forcing the transfer of technology to further its military and economic ambitions; and spreading disinformation. Beijing’s cover-up of the outbreak of COVID-19 has made urgently clear to the international community the dangers of the CCP’s lack of transparency and use of disinformation to global health and security. This is not an aberration; this is a reflection of how the CCP operates. [...]These are not the actions of a responsible global actor but a lawless bully”.

estar alinhada a uma estratégia mais ampla para mobilizar a atenção internacional contra o PCC, instando outras nações a reconhecerem sua verdadeira natureza como “uma ameaça agressiva, autocrática, ambiciosa, paranoica e hostil” aos valores democráticos e à ordem internacional.

Além disso, Stilwell elenca várias formas de comportamento agressivo de Pequim, enfatizando a manipulação de assuntos globais para servir a seus interesses. A ênfase em "ataques a empresas e governos estrangeiros," "manipulação de organizações internacionais" e "disseminação de desinformação" destaca uma abordagem multifacetada para exercer influência e controle. Essa caracterização reforça a noção de que o PCC opera fora das normas esperadas de um ator global responsável, implicando que suas ações são parte de uma estratégia sistemática para minar a estabilidade e segurança internacional. Ao rotular a conduta do PCC como um reflexo de sua filosofia operacional, o discurso apresenta uma narrativa que emoldura as ações da China não apenas como incidentais, mas como um aspecto fundamental de sua governança e engajamento global.

Ainda, a descrição de incidentes específicos, como "violência na fronteira com a Índia," manobras agressivas em águas contestadas e a repressão de identidades culturais, acrescenta peso à alegação de que a China é um “valentão sem lei.” Esses exemplos servem para ilustrar um padrão de comportamento que desafia as normas das relações internacionais e ameaça a estabilidade das regiões afetadas. A menção a jornalistas que fogem da China devido a assédio enfatiza a intolerância do PCC à dissidência e destaca as implicações mais amplas para a liberdade de expressão e de imprensa no contexto da governança global. A narrativa constrói uma dicotomia clara entre o comportamento do PCC e os valores sustentados pelas sociedades democráticas, posicionando os EUA e seus aliados como defensores de uma “ordem internacional livre e aberta” em contraste com o autoritarismo percebido do PCC.

Finalmente, a crítica ao comportamento do PCC não se limita apenas a um apelo retórico, mas busca fomentar um sentido de responsabilidade coletiva entre as nações democráticas. A ideia de que o mundo deve reconhecer e confrontar a ameaça representada pela China não é apenas uma questão de defesa de interesses nacionais, mas também um imperativo moral. Essa chamada à ação visa unir aliados em uma frente comum contra o que é percebido como uma erosão dos princípios democráticos, destacando a importância de valores como a transparência, a liberdade de expressão e o respeito pelos direitos humanos. Essa mobilização pode ser vista como

parte de uma estratégia mais ampla para reverter a influência chinesa em um cenário global em rápida transformação, enfatizando a necessidade de colaboração internacional para proteger as liberdades fundamentais e a ordem internacional.

4.5 Conclusões do capítulo

Ao longo deste capítulo, foi realizada uma análise sobre como o Departamento de Estado dos Estados Unidos, durante o governo Trump, enquadrou a China em diferentes contextos. A abordagem adotada foi marcada por uma retórica combativa, que buscava evidenciar as tensões existentes entre as duas potências em questões como direitos humanos, práticas econômicas, investidas militares e a pandemia de COVID-19. Essa narrativa reflete a crescente competição geopolítica entre Estados Unidos e China e busca moldar a percepção global sobre as ações e intenções de Pequim.

A figura abaixo ilustra a frequência e a correlação dos termos mais citados nos documentos, sendo que os termos estão agrupados por frequência e relevância, com os tamanhos dos nós indicando a frequência de incidência de cada termo. A rede semântica permite observar o conjunto total de documentos analisados a partir das interconexões de termos que produzem os sentidos pretendidos pela comunicação do Departamento de Estado. A presente conclusão revisa os achados da análise de discurso produzida nas seções anteriores sob a perspectiva integral de análise permitida pela rede semântica.

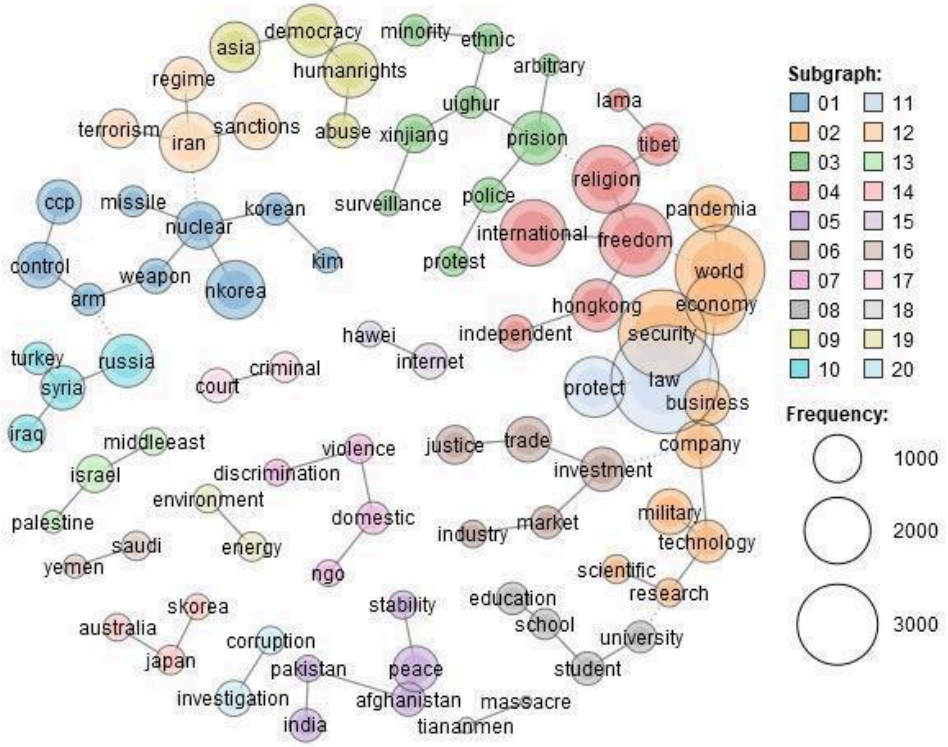

Figura 3 – Rede semântica dos termos mais mencionados em documentos do Departamento de Estado durante o governo Trump (2017-2021).
Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos de documentos oficiais em State.Gov.

O grafo 03 captura a questão relacionada à etnia Uighur na província chinesa de Xinjiang. Como demonstrado na Figura 3, o grafo 03 indica que os termos Uighur e Xinjiang são empregados em conjunto com termos que indicam a existência de repressão estatal chinesa contra a minoria étnica *(Surveillance, Police, Protest, Prision, Arbitrary*). O grafo 03 liga-se a outras seções da rede semântica pela associação entre Prision e Religion (grafo 04) e Xinjiang e Abuse (grafo 09). A associação entre os grafos 03 e 04 indicam que a questão Uighur-Xinjiang é colocada no contexto mais amplo de liberdade política, religiosa e econômica na China, trazendo debates sobre Hong Kong e Tibet. Já a associação entre os grafos 03 e 09 conectam as interpretações sobre Uighur-Xinjiang com os temas dos Direitos Humanos e da Democracia, de forma mais geral.

O grafo 04, por sua vez, aborda questões relacionadas à liberdade política, religiosa e cultural, especialmente no contexto do Tibete. Como mostrado na figura, termos como *Religion, Freedom, Lama e Minority* estão centralmente conectados, indicando uma narrativa focada na

repressão estatal chinesa contra grupos religiosos e étnicos. A inclusão de termos como *Arbitrary* (grafo 03) e *International* (grafo 04) reflete o enquadramento dessas questões em um contexto mais amplo de direitos humanos e intervenções globais. O grafo 04 conecta-se a outras seções da rede semântica, como o grafo 03, pela associação entre *Religion* e *Prison*, e o grafo 09, por meio de *Freedom* e *Democracy*. Essas conexões indicam que a situação no Tibete é integrada a debates mais amplos sobre direitos humanos na China e suas implicações para a ordem internacional. A narrativa também destaca a relevância do tema para mobilizar apoio global contra o autoritarismo chinês.

Como discutido anteriormente, a questão dos direitos humanos emergiu como um dos principais temas de confrontação. Os discursos destacaram práticas como a repressão às minorias étnicas em Xinjiang e as restrições à liberdade religiosa no Tibete e em Hong Kong. Termos como “abuso”, “prison” e “human rights” foram frequentemente associados a esses tópicos, ilustrando uma tentativa de posicionar os EUA como um defensor moral diante das ações do Partido Comunista Chinês. Essa abordagem também buscou mobilizar a comunidade internacional para adotar uma postura unificada contra as violações relatadas.

Por outro lado, o grafo 02 captura o impacto global da pandemia de COVID-19, com um foco em questões econômicas e geopolíticas. Como mostra a figura, os termos *Pandemic*, *World*, *Economy*, *Health*, *Disinformation* e *Crisis* estão interligados, destacando a narrativa sobre a gestão da pandemia e suas consequências globais. Esses termos refletem a preocupação com a transparência, as implicações econômicas e os desafios sanitários enfrentados durante o período. O grafo 02 conecta-se a outras partes da rede semântica, como o grafo 15, por meio de *Technology* e *Research*, e o grafo 04 por meio de *World* e *Freedom*. Essas conexões indicam que o tema da pandemia transcendeu a saúde pública, integrando-se a debates sobre economia, segurança e direitos humanos, além de destacar a instrumentalização da pandemia em narrativas políticas globais.

A análise de discurso revela que a pandemia de COVID-19 foi um tema central nos documentos do Departamento de Estado. A administração Trump utilizou a crise para destacar falhas na gestão inicial do surto por parte da China, enfatizando a falta de transparência e o impacto global das ações de Pequim. Termos como “pandemic”, “disinformation” e “world” apareceram em documentos que vinculavam a pandemia a um contexto mais amplo de

competição geopolítica. Essa narrativa buscou justificar medidas mais duras contra a China, como sanções e restrições diplomáticas.

Em relação às práticas econômicas da China, também capturadas no grafo 02, os documentos do Departamento de Estado apontaram para uma narrativa de práticas comerciais desleais, incluindo roubo de propriedade intelectual e transferência forçada de tecnologia. Discursos como os de Michael Pompeo enfatizaram a necessidade de reformas estruturais por parte da China para que o país pudesse se alinhar às normas internacionais. O uso de termos como “trade”, “investment” e “security” reflete uma preocupação com a interseção entre economia, segurança e competitividade global.

O grafo 02 mostra a associação de termos econômicos (Business, Company) com *Technology* e *Military*. No campo militar, os documentos do Departamento de Estado retratam o governo chinês como um ator agressivo, cujas ações desestabilizam a região do Indo-Pacífico. A militarização de ilhas no Mar da China Meridional e as incursões no Estreito de Taiwan foram apresentadas como evidências de uma política expansionista. Termos como “military”, “sovereignty” e “commitment” destacaram o papel dos EUA em contrabalançar essas ameaças, reafirmando seu compromisso com a liberdade de navegação e a segurança de seus aliados.

No tocante a Hong Kong, a Lei de Segurança Nacional imposta em 2020 foi amplamente condenada pelo Departamento de Estado. Essa ação foi apresentada como um ataque à autonomia da região e aos direitos fundamentais garantidos pelo modelo “um país, dois sistemas”. Discursos como os de Michael Pompeo e David Stilwell reforçaram a narrativa de que os EUA se posicionam ao lado do povo de Hong Kong, enfatizando o compromisso estadunidense com a democracia e os direitos humanos.

Em relação a Taiwan, os documentos destacaram a crescente pressão militar chinesa e a resposta dos EUA em apoio à ilha. O fornecimento de equipamentos de defesa e as declarações oficiais buscaram reafirmar o compromisso com o status quo no Estreito de Taiwan, ao mesmo tempo que criticaram a postura agressiva de Pequim. A utilização de termos como “stability”, “freedom” e “democracy” reforça a importância estratégica de Taiwan nas dinâmicas regionais e globais. O conjunto dos grafos 02, 03 e 09 indicam como documentos do Departamento de Estado conectam esse conjunto de temas, que perpassam elementos militares, tecnologia,

empresas e negócios, a pandemia de Covid-19, as questões relativas às regiões de Xinfiang, Tiber e Hong Kong, e valores como democracia, liberdade e direitos humanos, em um conjunto articulado de sentidos que caracterizam a China como uma ameaça aos Estados Unidos e à ordem internacional.

Outro ponto de destaque foi a ênfase no papel das alianças internacionais. Discursos frequentemente mencionaram a necessidade de colaboração com aliados para conter a influência chinesa e preservar a ordem internacional baseada em regras. Esse enfoque sublinha a visão estadunidense de que a contenção da China não pode ser alcançada unilateralmente, mas requer uma resposta coletiva. Ademais, as análises também revelaram o uso de uma linguagem carregada de valores morais, buscando contrastar a postura estadunidense com a do Partido Comunista Chinês. Termos como “freedom”, “human rights” e “international law” foram amplamente utilizados para reforçar a narrativa de que os EUA representam um bastião de liberdade e justiça em oposição ao autoritarismo de Pequim.

No entanto, também se pode observar que essa retórica também foi orientada a objetivos domésticos, especialmente durante um período de intensa polarização interna nos Estados Unidos. A abordagem combativa contra a China pode ter sido utilizada para consolidar uma imagem de liderança forte, ao mesmo tempo em que desviava a atenção de questões internas, como os desafios enfrentados na resposta à própria pandemia.

Utilizando uma abordagem integrada de mineração de texto e análise de discurso, o presente capítulo investigou todos os documentos do Departamento de Estado da primeira administração Trump que fizeram referência à China. A pesquisa permite observar a construção de uma narrativa que não apenas enquadrou a China como uma ameaça global, mas também posicionou os EUA como líderes na defesa de valores universais. Essa construção discursiva reforça a importância do discurso nas dinâmicas das relações internacionais, destacando o papel da linguagem e da comunicação na moldagem de percepções e políticas. As implicações dessa análise sugerem que o discurso desempenha um papel fundamental na consolidação de narrativas políticas e na formação de alianças globais. Assim, entender a linguagem utilizada nos documentos no período estudado oferece *insights* sobre as estratégias de poder e as relações internacionais na era Trump.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a construção discursiva da China nos discursos presidenciais dos Estados Unidos entre 1970 e 2022, com foco especial no primeiro governo de Donald Trump. O estudo demonstrou que as representações da China variaram ao longo das décadas, refletindo mudanças na conjuntura internacional e nas prioridades estratégicas dos Estados Unidos. A abordagem construtivista adotada permitiu evidenciar que esses discursos não são apenas reflexos objetivos da realidade, mas também instrumentos ativos na formulação da política externa, moldando percepções e legitimando ações estratégicas.

Ao longo do estudo, identificou-se que a China foi retratada de maneiras diversas nos discursos presidenciais, oscilando entre parceiro econômico e ameaça global. Durante a administração Nixon, por exemplo, a China foi enquadrada como um aliado estratégico na contenção da União Soviética. Nos anos 1990 e 2000, com a integração chinesa à OMC e o avanço da globalização, os discursos enfatizaram a cooperação econômica, apesar das críticas pontuais a questões de direitos humanos e concorrência desleal. Já no primeiro período Trump, observou-se uma inflexão significativa: a China passou a ser tratada como uma ameaça multidimensional, incluindo aspectos econômicos, tecnológicos e militares, culminando na retórica agressiva durante a pandemia de COVID-19.

Como discutido no primeiro capítulo, o Construtivismo nas Relações Internacionais baseia-se na premissa de que o mundo social é constituído por significados compartilhados e práticas intersubjetivas. Diferentemente das abordagens racionalistas, que enfatizam fatores materiais, os construtivistas argumentam que normas, identidades e estruturas ideacionais desempenham um papel central na definição dos interesses e comportamentos dos atores internacionais. Além disso, a interação entre agentes e estruturas não é fixa, mas mutuamente constituída, permitindo que mudanças ocorram conforme novos significados emergem e se consolidam dentro do sistema internacional.

No âmbito epistemológico, o Construtivismo sustenta que o conhecimento sobre as relações internacionais é socialmente construído e mediado por linguagem e práticas discursivas. Em contraposição ao positivismo, que busca estabelecer relações causais objetivas, essa abordagem enfatiza a interpretação e a compreensão dos processos de construção de significado.

Dessa forma, as explicações construtivistas são constitutivas, e não apenas causais, pois buscam esclarecer como certas realidades políticas se tornam possíveis e quais processos intersubjetivos as legitimam. Essa preocupação epistemológica se reflete na escolha metodológica, que abarca tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas, visando compreender a construção social da realidade política. Métodos como análise de discurso e estudo de práticas sociais são amplamente utilizados para revelar como significados e normas são produzidos e reproduzidos em contextos específicos. Além disso, o Construtivismo reconhece a importância da reflexividade, enfatizando que os próprios pesquisadores fazem parte do processo de construção do conhecimento e, portanto, devem refletir criticamente sobre seus pressupostos teóricos e metodológicos.

Dentro dessa perspectiva, o Construtivismo reflexivo amplia a abordagem tradicional ao questionar não apenas a construção das identidades e normas internacionais, mas também o papel dos próprios pesquisadores e das análises acadêmicas na formação dessas construções. Esse viés teórico propõe que as interpretações dominantes dentro das ciências sociais são, em si mesmas, construções políticas que influenciam a maneira como os fenômenos internacionais são compreendidos e debatidos. Assim, a reflexividade emerge como um elemento essencial para garantir uma análise mais crítica e consciente dos processos de produção do conhecimento, promovendo um olhar mais atento sobre como as categorias analíticas utilizadas pelos estudiosos afetam sua própria compreensão da realidade internacional.

Apesar de historicamente associado a métodos qualitativos, o Construtivismo tem se beneficiado do diálogo com abordagens quantitativas para fortalecer suas análises empíricas. A quantificação interpretativa, por exemplo, permite a identificação de padrões discursivos sem comprometer a premissa de que a realidade social é construída intersubjetivamente. Métodos como análise de redes semânticas e modelagem estatística têm sido utilizados para examinar a construção de discursos e normas, demonstrando que a incorporação de ferramentas quantitativas pode enriquecer as investigações construtivistas sem necessariamente aderir a pressupostos positivistas. Dessa forma, reafirma sua flexibilidade metodológica e sua capacidade de dialogar com diferentes abordagens analíticas, ampliando suas possibilidades de investigação sem perder de vista sua base teórica fundamental.

No segundo capítulo, foi discutido como a relação entre os Estados Unidos e a China tem sido historicamente marcada por ciclos de aproximação e distanciamento, refletindo tanto fatores

estruturais quanto conjunturais. Desde a visita de Nixon a Pequim em 1972, passando pela política de engajamento de Bill Clinton e pelo pragmatismo estratégico de George W. Bush e Barack Obama, a China foi gradualmente incorporada à ordem econômica global, ainda que as tensões políticas e ideológicas tenham persistido. No entanto, o governo de Donald Trump representou uma inflexão significativa nesse padrão, ao adotar uma postura confrontativa e protecionista, caracterizada por uma retórica de rivalidade e medidas econômicas punitivas, como a guerra comercial iniciada em 2018. Esse período reafirmou a centralidade da China na formulação da política externa dos EUA e consolidou um discurso que a retrata como a principal ameaça estratégica ao poder estadunidense.

Além disso, o estudo das redes semânticas dos discursos presidenciais evidenciou como a construção discursiva da China variou ao longo das décadas, refletindo diferentes percepções sobre o país na política externa estadunidense. Enquanto governos anteriores enfatizavam a cooperação econômica e a necessidade de integração da China à ordem liberal internacional, a administração Trump destacou a China como um rival estratégico, associando-a à perda de empregos nos Estados Unidos, práticas comerciais desleais e ameaças à segurança nacional. A frequência e o contexto dessas menções nos discursos do Estado da União indicam uma tentativa deliberada de consolidar uma narrativa em que os interesses chineses são incompatíveis com os dos Estados Unidos, reforçando a visão de uma competição inevitável entre as duas potências.

A análise qualitativa dos discursos de Trump também revelou a presença de elementos retóricos que contribuem para a polarização da relação sino-americana. A utilização de termos como "roubo", "concorrência desleal" e "exploração econômica" cria um enquadramento discursivo que legitima políticas protecionistas e sanções comerciais, ao mesmo tempo em que reforça a percepção pública da China como um agente desestabilizador da economia global. Além disso, ao longo de seu mandato, Trump buscou vincular a ascensão econômica da China a uma suposta fraqueza das administrações anteriores, apresentando-se como o líder capaz de reverter esse quadro e restaurar a primazia estadunidense. Esse discurso, aliado a medidas concretas, como a imposição de tarifas e a reconfiguração de alianças na região do Indo-Pacífico, consolidou uma abordagem mais adversarial nas relações entre os dois países, cujos efeitos continuam a reverberar na política externa estadunidense.

No último capítulo, no qual foram analisados os discursos do Departamento de Estado dos Estados Unidos durante o governo Trump, percebeu-se a ênfase de uma visão crítica e confrontativa em relação à China, consolidando uma narrativa que a posiciona como um ator desestabilizador no cenário global. No que diz respeito aos direitos humanos, os pronunciamentos destacaram supostas violações cometidas pelo governo chinês, particularmente em Xinjiang, Hong Kong e no Tibete, associando tais práticas a um autoritarismo sistêmico que ameaça valores universais de liberdade e dignidade humana. O enquadramento discursivo adotado pelo governo Trump reforçou a ideia de que os Estados Unidos tinham a responsabilidade moral de liderar a oposição às políticas chinesas, apresentando sanções econômicas e diplomáticas como instrumentos legítimos para pressionar Pequim.

Além das questões humanitárias, a retórica oficial também acusou a China de adotar práticas econômicas predatórias, incluindo roubo de propriedade intelectual, transferência forçada de tecnologia e coerção econômica contra países menores. As falas de representantes do Departamento de Estado sustentaram que essas ações violavam normas do comércio internacional e justificavam as tarifas impostas durante a guerra comercial com a China. O discurso estadunidense reiterava a necessidade de estabelecer um sistema econômico global mais “justo e recíproco”, contrastando os valores estadunidenses de livre comércio e inovação com as supostas práticas abusivas de Pequim. A defesa da imposição de barreiras econômicas era, portanto, legitimada por um enquadramento moral e estratégico que via a China como uma ameaça estrutural à ordem econômica internacional.

No âmbito da segurança e defesa, os discursos analisados descreveram a ascensão militar chinesa como um risco significativo para a estabilidade do Indo-Pacífico. A construção de bases no Mar da China Meridional, as incursões militares em Taiwan e o fortalecimento do Exército de Libertação Popular foram retratados como tentativas de Pequim de impor sua influência regional por meio da força. O primeiro governo Trump reforçou uma retórica de defesa da "liberdade de navegação" e do respeito ao direito internacional, buscando justificar o aumento da presença militar dos Estados Unidos na região. As falas também alertaram para o papel das empresas estatais chinesas como instrumentos da política externa do país, reforçando a narrativa de que a China combinava meios econômicos e militares para expandir sua influência global.

Por fim, a pandemia de COVID-19 foi incorporada ao discurso oficial como mais um elemento na crescente rivalidade sino-americana. O discurso oficial enfatizou a responsabilidade da China na origem e na disseminação do vírus, criticando a suposta falta de transparência de Pequim e relacionando sua gestão da crise a um padrão de comportamento autoritário e irresponsável. Esse enquadramento foi instrumentalizado para reforçar a necessidade de um maior distanciamento econômico e estratégico entre os dois países, consolidando a visão de que a China representava uma ameaça abrangente aos interesses e valores estadunidenses. Dessa forma, a retórica do governo Trump sobre a China construiu um arcabouço discursivo que legitimou ações concretas na política externa e contribuiu para a intensificação das tensões bilaterais.

Os resultados desta pesquisa apontam que as construções discursivas não são neutras, mas são utilizadas para justificar determinadas diretrizes da política externa. O primeiro governo Trump, por exemplo, utilizou discursos negativos sobre a China para legitimar a guerra comercial, sanções tecnológicas e um reposicionamento estratégico na região do Indo-Pacífico. Esses discursos também desempenharam um papel interno, servindo como elemento mobilizador na arena doméstica, particularmente em momentos de crise, como a pandemia.

Além disso, a análise evidenciou que a construção discursiva de uma China como desafio estrutural persistiu mesmo sob a administração Biden. Apesar de um tom menos beligerante, medidas como restrições comerciais e tecnológicas, bem como alianças estratégicas no Indo-Pacífico, indicam que a retórica sobre a China permanece um componente essencial da política externa dos EUA. Isso demonstra que os discursos presidenciais não apenas refletem circunstâncias objetivas, mas também influenciam a maneira como as estratégias de contenção são formuladas e implementadas ao longo do tempo.

A incidência comum de determinados termos nos discursos analisados orienta a construção de um arcabouço retórico que molda a percepção da China como um ator específico no cenário internacional. Palavras e expressões como “ameaça”, “competição desleal” e “desafio estratégico” são frequentemente repetidas, reforçando determinadas narrativas. Esse fenômeno demonstra como a escolha de palavras pode influenciar não apenas a visão dos tomadores de decisão, mas também a opinião pública e o posicionamento de aliados estratégicos.

A pesquisa também ressaltou que o impacto desses discursos transcende a política externa dos Estados Unidos, reverberando globalmente e afetando as percepções internacionais sobre a China. A estigmatização da China em discursos oficiais estadunidenses contribui para a intensificação de disputas geopolíticas, afetando relações comerciais, alianças regionais e até mesmo narrativas midiáticas. Assim, compreender a centralidade do discurso na formulação das diretrizes políticas permite lançar luz sobre os mecanismos que estruturam as dinâmicas de poder na arena internacional.

Outro aspecto relevante é o impacto dos discursos presidenciais na percepção da opinião pública norte-americana. A maneira como a China é representada pelos líderes políticos influencia diretamente as atitudes da população e dos formadores de opinião. Durante o primeiro governo Trump, a crescente retórica hostil contra a China alimentou um aumento de medidas restritivas contra investimentos chineses e um endurecimento no controle de parcerias acadêmicas e tecnológicas. Esse fenômeno evidencia a interseção entre discurso e formulação de políticas públicas internas, demonstrando que a construção discursiva não se limita à esfera internacional.

O Construtivismo foi escolhido como abordagem teórica desta tese por sua capacidade de explicar como os discursos em questão moldaram percepções sobre a China e influenciaram a formulação da política externa dos Estados Unidos. A análise dos discursos presidenciais entre 1970 e 2022 revelou que as representações da China variam de acordo com os interesses estratégicos de cada governo, demonstrando que a política externa não é determinada exclusivamente por fatores estruturais, mas também por narrativas que legitimam determinadas ações. A teoria permite averiguar esse processo ao destacar como identidades e normas emergem, são negociadas e consolidam enquadramentos específicos sobre a China na retórica oficial dos EUA. Além disso, a incorporação de métodos quantitativos, como a análise de redes semânticas, reforça a flexibilidade metodológica da teoria, ampliando suas possibilidades analíticas sem comprometer seus pressupostos epistemológicos.

A aplicação do Construtivismo, entretanto, também apresenta desafios. Uma das principais limitações é a dificuldade de estabelecer relações diretas entre discursos e formulação de políticas externas. Embora a análise dos discursos presidenciais revele padrões recorrentes na construção da China como um rival estratégico, a teoria não permite afirmar, de maneira

determinística, que tais discursos resultam automaticamente em ações concretas. Isso se deve à complexidade da política externa dos EUA, influenciada por múltiplos atores institucionais, como o Congresso e agências de segurança, cujas próprias construções discursivas não foram abarcadas nesta pesquisa. Além disso, o enfoque construtivista enfatiza a dimensão simbólica da política internacional, podendo subestimar, em alguns casos, o impacto de fatores materiais na tomada de decisões estratégicas. No entanto, longe de invalidar a abordagem, essas limitações reforçam a importância de investigações futuras que ampliem o escopo empírico do estudo, considerando outros atores e fontes discursivas, e que aprofundem o diálogo entre o Construtivismo e outras vertentes metodológicas. Além disso, estudos comparativos entre os discursos dos EUA e da China poderiam fornecer uma perspectiva abrangente sobre como a construção discursiva se manifesta bilateralmente.

Outro ponto relevante para investigações futuras é um aprofuncamento sobre a influência do discurso presidencial na formulação de políticas domésticas relacionadas à China. Ao longo dos anos, a retórica oficial tem impactado a percepção pública sobre a China e influenciado o debate político interno nos Estados Unidos, incluindo restrições a investimentos chineses, vigilância sobre estudantes e pesquisadores do país e até a formulação de novas leis de segurança nacional. Investigar essa interseção entre discurso, opinião pública e formulação de políticas poderia fornecer uma compreensão mais ampla das implicações desse fenômeno.

Em um contexto global marcado pelo retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, a análise das construções discursivas torna-se ainda mais relevante. As tendências observadas no primeiro mandato indicam a possibilidade de uma intensificação da retórica hostil contra a China, com impactos diretos na formulação da política externa e na ordem internacional. Dessa forma, compreender como discursos moldam percepções e legitimam estratégias políticas permanece uma tarefa essencial para os estudos em Sociologia Política e Relações Internacionais.

Além disso, a crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China no campo tecnológico, econômico e militar reforça a importância de uma abordagem discursiva para entender a dinâmica das relações bilaterais. O discurso desempenha um papel fundamental na estruturação de alianças, justificativa de políticas e construção de narrativas globais, o que evidencia a necessidade de investigações contínuas sobre esse tema.

Por fim, esta pesquisa reitera a importância da análise discursiva para o entendimento da política externa. Ao demonstrar que as representações da China nos discursos presidenciais não são apenas reflexos de realidades objetivas, mas também instrumentos de construção ideacional, o estudo contribui para a compreensão dos mecanismos simbólicos que influenciam as relações internacionais. Assim, reforça-se a necessidade de abordagens que considerem não apenas fatores materiais, mas também as dimensões discursivas que moldam a dinâmica global.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. Constructivism and International Relations. In: REUS-SMIT, Christian; SNYDER, Jack (Eds.). *Handbook of International Relations*. London: Sage Publications, 2002.

ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, v. 3, n. 3, p. 319-363, 1997.

ALKER, Hayward E. On learning from Wendt. *Review of International Studies*, v. 26, n. 1, p. 141-150, 2000.

ALLAN, J. P. *The politics of climate change discourse: Materialism, ideology and the making of meaning*. Routledge, 2019.

ALMEIDA, J. A construção das Relações Internacionais contemporâneas: uma perspectiva construtivista. *Revista de Relações Internacionais Contemporâneas*, v. 5, 2020.

ANNISA, F. Twitter and the Jakarta Feminist Movement: A Semantic Network Analysis of Digital Activism. *Journal of Digital Social Movements*, v. 6, n. 1, 2021.

ARAÚJO, M. Normas internacionais e diplomacia: um estudo construtivista sobre o Brasil na política ambiental global. *Filosofia do Direito e Relações Internacionais*, v. 6, n. 2, 2021.

AREŽINA, Sanja. U.S.-China Relations Under the Trump Administration: Changes and Challenges. *China Quarterly of International Strategic Studies*, v. 5, n. 3, p. 389-401, 2019.

AZEVEDO, César Augusto Lambert de. *A política externa norte-americana para a República Popular da China.* 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BANCO DE DADOS DE DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO. Elaboração própria. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1tCO9SZ_p-wUNHVuP1Wwi3ZAuXhyjuJUV>.

BARKIN, J. Samuel; SJÖBERG, Laura. *Interpretive Quantification: Methodological Explorations for Critical and Constructivist IR*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.

BETSILL, M. M.; CORELL, E. *NGO diplomacy: The influence of nongovernmental organizations in international environmental negotiations.* MIT Press, 2008.

BOURDIN, Juliette. *Between Open Door and "Closed Door": U.S. Policy Towards China from the 19th to the 21st Century*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2013.

CARTER, E. B. Diversionary cheap talk: economic conditions and US foreign policy rhetoric, 1945-2010. *International Interactions*, v. 46, n. 2, p. 163–198, 2019.

CARVER, Terrell. Discourse Analysis and the ‘Linguistic Turn’. *Symposium: Discourse Analysis and Political Science*, 2002.

CHANG, F. From Pivot to Defiance: American Policy Shift in the South China Sea. *FPRI: Foreign Policy Research Institute*, Estados Unidos da América, 2020.

CHECKEL, Jeffrey T. Social Constructivisms in Global and European Politics: A Review Essay. *Cambridge University Press*, 2004.

CHEN, K. C. *China and the Three Worlds: A Foreign Policy Reader*. Routledge, 2020.

CLARK, William Roberts. Agents and Structures: Two Views of Preferences, Two Views of Institutions. *International Studies Quarterly*, v. 42, n. 2, p. 245-270, 1998.

COSTA, A. O Construtivismo nas Relações Internacionais e a Identidade Nacional: uma análise das políticas regionais brasileiras. *Faces de Clio*, v. 9, n. 18, 2022.

DANOWSKI, J. Network Analysis of Message Content. In: BARNETT, G. A.; RICHARDS, W. D. *Advances in Communication Network Analysis*. Norwood: Ablex Publishing, 1993.

deLISLE, J. Foreign Policy through Other Means: Hard Power, Soft Power, and China's Turn to Political Warfare to Influence the United States. *Orbis*, v. 64, n. 2, 2020.

DESSLER, David. Constructivism within a Positivist Social Science. *Cambridge University Press*, 1999.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. *Annual Review of Political Science*, v. 4, n. 1, p. 391-416, 2001.

FISCHER, Sabine. *Russia's Western Policy in Crisis 1992-2000: A Constructivist Study*. Frankfurt a.M, 2003.

FLICK, Uwe. *Qualitative Social Research: An Introduction, Fully Revised and Expanded, 2nd Edition*. Reinbek, 2004.

GALLAROTTI, G. M. (Ed.). *Essays on Evolutions in the Study of Political Power*. 1. ed. Routledge, 2021.

GEORGE, Alexander; BENNETT, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.

GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.

GUERLAIN, Pierre. Trump, war, and U.S. foreign policy. *Recherches Internationales*, v. 42, n. 1, 2021.

GUILÉN, A.; TORRES, I. C. The Decline of American Hegemony: Biden’s Foreign Policy Towards China. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 12, n. 3, p. 247-272, 2023.

GUZZINI, Stefano; LEANDER, Anna. A social theory for international relations: An appraisal of Alexander Wendt's theoretical and disciplinary synthesis. *Journal of International Relations and Development*, v. 24, n. 2, p. 377-401, 2021.

HAACKE, J. Foreign Policy Entrepreneurs, Policy Windows, and "Pragmatic Engagement": Reconsidering Insights of the Multiple Streams Framework and the Obama Administration's 2009 Policy Shift Toward Military-Run Myanmar. *Foreign Policy Analysis*, 2021.

HALLIDAY, D.; JONES, P. Big Data and Constructivist Theory in International Relations. In: *Quantitative Methods in Political Science*. Springer, 2020.

HARPER, J. L. Nixon in China, February 1972: Revisiting the "Week that Changed the World." *Survival*, v. 64, n. 2, p. 45–51, 2022.

HASS, Ryan. Lessons from the Trump Administration's Policy Experiment on China. *The Brookings Institute Review*, v. 1, n. 1, p. 25-41, 2020.

HOFFMAN, Matthew. Exploring Constitution and Social Construction through Network Analysis. In: BARKIN, J. Samuel; SJÖBERG, Laura. *Interpretive Quantification: Methodological Explorations for Critical and Constructivist IR*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.

JOHNSTON, A. I. *The China model: A dialogue between the West and the East.* Princeton University Press, 2019.

KELLER, Reiner. Discourse Analysis. In: HITZLER, Ronald; HONER, Anne (Eds.). *Social Science Hermeneutics*. Opladen, 1997. p. 309-333.

KELLER, Reiner. *Handbook of Social Science Discourse Analysis*. Opladen, 2001.

KEOHANE, Robert O. International Institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly*, v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

KISSINGER, Henry. *On China*. London: Penguin UK, 2011.

KROENIG, M.; NEGREA, D. *We Win, They Lose: Republican Foreign Policy and the New Cold War.* Republic Book Publishers, 2024.

LABOTT, E. The Sullivan Model. *Foreign Policy*, 9 abr. 2021.

LEONI, Z. The economy-security conundrum in American grand strategy: foreign economic policy toward China from Obama to Biden. *China International Strategy Review*, v. 4, p. 320–334, 2022.

LESKOVEC, J.; RAJARAMAN, A.; ULLMAN, J. D. Finding Similar Items. In: *Mining of Massive Datasets.* Cambridge University Press, 2014. p. 68-122.

LEVI, M.; HALL, P.; JOHNSON, K. Constructivist Epistemology and International Relations: The Role of Historical Narratives. *Journal of International Politics*, v. 57, n. 4, 2020.

LIMA, Marcelo Alves de Paula. O regime militar brasileiro e a República da China: anticomunismo e relações internacionais (1964-1974). 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2023.

LIN, Chun. Servir ao povo: a erradicação da pobreza extrema na China. *Tricontinental: Institute for Social Research*, 2021.

LIU, Y. Paradigmatic Compatibility Matters: A Critical Review of Qualitative-Quantitative Debate in Mixed Methods Research. *SAGE Open*, v. 12, n. 1, 2022.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. *The American Political Science Review*, v. 78, n. 3, p. 734-749, 1984.

MAYRING, Philipp. On Generalization in Qualitatively Oriented Research. *Forum: Qualitative Social Research*, v. 4, n. 2, Art. 2, 2003.

MAZARR, M. J. et al. *Artificial Intelligence: An international governance challenge.* RAND Corporation, 2019.

McCOURT, D. M. Knowledge Communities in US Foreign Policy Making: The American China Field and the End of Engagement with the PRC. *Security Studies*, v. 31, n. 4, p. 593–633, 2022.

McCOURT, D. M. *The New Constructivism in International Relations Theory.* Bristol University Press, 2022.

MEARSHEIMER, J. The Inevitable Rivalry: America, China, and the Tragedy of Great-Power Politics. *Foreign Affairs*, v. 48, 2021.

MENGSHU, Z. A Brief Overview of Alexander Wendt's Constructivism. *E-International Relations*, 2020.

MOENS, A. *Foreign Policy Under Carter: Testing Multiple Advocacy Decision Making.* 1. ed. Routledge, 2021.

NATSIOS, A. S.; CARD, A. H. Jr. *Transforming Our World: President George H. W. Bush and American Foreign Policy.* Rowman & Littlefield, 2020.

NETO, Walter do Nascimento. Novos agentes e relações internacionais: as relações sino-brasileiras e o ensino do mandarim no Brasil durante o governo Dilma Rousseff. *Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança*, v. 1, n. 2, p. 154-175, 2021.

NEWMANN, W. W. *Isolation and Engagement: Presidential Decision Making on China from Kennedy to Nixon.* University of Michigan Press, 2022.

NOGUEIRA, R.; VEIGA, L. Discursos institucionais e segurança no Brasil: uma abordagem construtivista. *Cadernos UNINTER de Relações Internacionais*, v. 7, n. 13, 2023.

O'CONNOR, B.; COOPER, D. Ideology and the Foreign Policy of Barack Obama: A Liberal-Realist Approach to International Affairs. *Presidential Studies Quarterly*, 2021.

OLIVEIRA, A. N. C. Democracia, Populismo e Discurso do Voto Impresso: Análise de Conteúdo no Facebook por Mineração de Texto e Redes Semânticas. *Revista Dados*, v. 67, n. 4, 2024.

ONUF, Nicholas Greenwood. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. London: Routledge, 1989.

PALAN, Ronen. A world of their making: an evaluation of the constructivist critique in International Relations. *Cambridge University Press*, 2000.

PARK, S. Constructivism. In: *International Organization and Global Governance.* 3. ed. Routledge, 2023.

PARK, C.; CHUNG, H.; PARK, J. Digital Diplomacy and the Power of Narratives: A Semantic Network Approach. *International Journal of Political Science and Digital Media*, v. 12, n. 3, 2019.

PATIL, U.; ANAND, V. America's China Policy under the Trump Administration, 2017–2021: Perspectives from Mead's Foreign Policy Traditions. *Strategic Analysis*, v. 48, n. 5, p. 467–482, 2024.

PEEZ, A**.** Contributions and Blind Spots of Constructivist Norms Research in International Relations, 1980–2018: A Systematic Evidence and Gap Analysis. *International Studies Review*, v. 24, n. 1, mar. 2022.

PEREIRA, L. Data Mining and Norm Evolution: A Constructivist Perspective. *Cogent Social Sciences*, v. 10, n. 1, 2024.

QUEIROZ DE CAMPOS, F. Uma perspectiva metodológica: diálogos entre o construtivismo e a história dos conceitos. *FDC*, v. 9, p. 393-418, 2023.

RISSE, Thomas. The Power of Human Rights - International Norms and Domestic Change. *European University Institute*, 1999.

ROBERTS, K.; MILLER, J. Statistical Analysis of Presidential Discourse and Foreign Policy Decisions. *Political Science Quarterly*, 2024.

RODRIGUES, B. S.; SOUZA, V. C. F. de. Construtivismo e feminismo no direito internacional: uma contribuição necessária das teorias das relações internacionais. *Revista Fronteiras Interdisciplinares do Direito*, v. 2, n. 1, p. 110–132, 2020.

ROGGEVEEN, S. China's Third Aircraft Carrier Is Aimed at a Post-U.S. Asia. *Foreign Policy*, 2022.

RUGGIE, John Gerard. What Makes the World Hang Together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 855-885, 1998.

SANKOH, S. Overview of U.S. Foreign Policy towards China and Uncertainty under Donald Trump and Joe Biden Administrations. *Open Journal of Political Science*, v. 14, n. 4, out. 2024.

SANTOS JUNIOR, Luciano Alexandrino dos. A paz é o que fazemos dela: Acordo de Paz Colombiano a partir das abordagens teóricas do liberalismo e construtivismo social. In: *Relações Internacionais Contemporâneas*. FURG, 2021.

SEGEV, E. Text Mining and Semantic Networks in Political Discourse Analysis. *Journal of Computational Political Science*, v. 9, n. 2, 2022.

SHARPE, M. O. Race, Interests, and Perceptions in International Migration: A Review Article. *Political Science Quarterly*, 2024.

SHENG, L. *China's strategic narratives and the reshaping of international order.* Cambridge University Press, 2021.

SHOBA, M.; MLAMBO, V. H. A constructivist analysis of the bilateral relations between South Africa and China. *Cogent Social Sciences*, v. 10, n. 1, 2024.

SILVA FILHO, G. dos S. Eutanásia e direitos humanos nas Relações Internacionais. 2021. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

SIDDIQUEE, A. International Relations Theories and the Global Order: A Review of Selective Classic and Contemporary Texts. *Journal of International Relations*, Special Issue, v. 15, n. 1-2, 2022.

SMITH, A. Constructivism and National Identity: A Quantitative Content Analysis Approach. *ProQuest Dissertations and Theses*, 2021.

STEVENSON, H. Alternative Theories. In: *A Research Agenda for International Political Economy*. Routledge, 2021.

STEVENSON, H. Alternative Theories: Constructivism, Marxism, Critical Theory, and Feminism. In: *Routledge Handbook of Global Environmental Politics*. 2. ed. Routledge, 2022.

SUSSEX, M. *The Palgrave Handbook of National Security*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.

THIES, Cameron. Quantitative Methods and Constructivist Theorizing for Conflict Studies. In: BARKIN, J. Samuel; SJÖBERG, Laura. *Interpretive Quantification: Methodological Explorations for Critical and Constructivist IR*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.

TURNER, O. US Foreign Policy Towards China. In: *The Routledge Handbook of US Foreign Policy in the Indo-Pacific*. Routledge, 2022.

WANG, T.; ZHOU, Y.; CHEN, L. Quantifying the Spread of Geopolitical Narratives in International Relations. *SAGE Open*, v. 12, n. 1, 2022.

WARREN, A.; BARTLEY, A. *US Foreign Policy and China: Security Challenges During the Bush, Obama, and Trump Administrations.* Edinburgh: Edinburgh University Press, 2020.

WELTER, Christoph. *The Mass Media Construction of the 9/11 Terrorist Attacks: An Analysis of Television Coverage and Its Theoretical Basis (INEF-Report 63/2002)*. Duisburg, 2003.

WENDT, Alexander E. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 1992.

WENDT, Alexander E. On Constitution and Causation in International Relations. *Review of International Studies*, 1998.

WENDT, Alexander E. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, Alexander E. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. *International Organization*, 1987.

WISOTZKI, Simone. *The Nuclear Weapons Policy of Britain and France: A Constructivist Analysis*. Frankfurt a.M, 2002.

ZEHFUSS, Maja. Speechlessness Limits Understanding: The Importance of Language in Constructivist Theories. *Zeitschrift für Internationale Beziehungen*, 1998.

ZHANG, Y.; WU, C.; LIN, H. Discourse, Knowledge, and Power in International Relations: A Constructivist Perspective. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v. 145, 2021.

ANEXO 1 – DISCURSOS DE "*STATE OF THE UNION*"

Documento	Ano	Presidente
1	1970	Richard M. Nixon
2	1971	Richard M. Nixon
3	1972	Richard M. Nixon
4	1973	Richard M. Nixon
5	1974	Richard M. Nixon
6	1975	Gerald Ford
7	1976	Gerald Ford
8	1977	Gerald Ford
9	1978	Jimmy Carter
10	1979	Jimmy Carter
11	1980	Jimmy Carter
12	1981	Jimmy Carter
13	1981	Ronald Reagan
14	1982	Ronald Reagan
15	1983	Ronald Reagan
16	1984	Ronald Reagan
17	1985	Ronald Reagan
18	1986	Ronald Reagan
19	1987	Ronald Reagan
20	1988	Ronald Reagan
21	1989	George Herbert Walker Bush
22	1990	George Herbert Walker Bush
23	1991	George Herbert Walker Bush
24	1992	George Herbert Walker Bush
25	1993	William Jefferson Clinton
26	1994	William Jefferson Clinton
27	1995	William Jefferson Clinton
28	1996	William Jefferson Clinton
29	1997	William Jefferson Clinton
30	1998	William Jefferson Clinton
31	1999	William Jefferson Clinton
32	2000	William Jefferson Clinton
33	2001	George Walker Bush
34	2002	George Walker Bush
35	2003	George Walker Bush
36	2004	George Walker Bush
37	2005	George Walker Bush

38	2006	George Walker Bush
39	2007	George Walker Bush
40	2008	George Walker Bush
41	2009	Barack Obama
42	2010	Barack Obama
43	2011	Barack Obama
44	2012	Barack Obama
45	2013	Barack Obama
46	2014	Barack Obama
47	2015	Barack Obama
48	2016	Barack Obama
49	2017	Donald J. Trump
50	2018	Donald J. Trump
51	2019	Donald J. Trump
52	2020	Donald J. Trump
53	2021	Joseph R. Biden
54	2022	Joseph R. Biden

ANEXO 2 – DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO

Documento	Título
1	Xinjiang - United States Department of State
2	Xinjiang - United States Department of State
3	The Human Rights Crisis in Xinjiang - United States Department of State
4	Harassment of the Family Members of Uighur Activists and Survivors in Xinjiang , China - United States Department of State
5	Ambassador at Large for International Religious Freedom On President Trump 's Core Event on Religious Freedom
6	Secretary Pompeo 's Meeting With Uighur Muslims Impacted by Human Rights Crisis in Xinjiang Uighur Autonomous Region of China
7	U.S. Department of State Imposes Visa Restrictions on Chinese Officials for Repression in Xinjiang - United States Department of State
8	Statement on China - United States Department of State
9	China -LRB- Includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- United States Department of State z
10	Ministerial to Advance Religious Freedom Statement on China - United States Department of State
11	The Human Rights Crisis in Xinjiang - United States Department of State v
12	The Human Rights Crisis in Xinjiang - United States Department of State -LRB- 2 -RRB- ,
13	Assistant Secretary for East Asian and Pacific Affairs David Stilwell On the Human Rights Crisis in Xinjiang
14	Deputy Secretary John J, Sullivan Remarks at the Human Rights Crisis in Xinjiang Event - United States Department of State
15	U.S.-Hosted Event on Protecting Fundamental Freedoms in Xinjiang , China - United States Department of State
16	China -LRB- Includes Hong Kong , Macau , and Tibet -RRB- - United States Department of State
17	On the 30th Anniversary of Tiananmen Square - United States Department of State
18	United States Takes Action Against Violators of Religious Freedom - United States Department of State
19	Telephonic Press Briefing with Ambassador at Large for International Religious Freedom Samuel D, Brownback - United States Department of State
20	Remarks on Religious Freedom - United States Department of State
21	Secretary of State Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of the Hugh Hewitt Show - United States Department of State dvb
22	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - China - United States Department of State

23	On the Centenary of the Founding of the International Labor Organization - United States Department of State
24	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - United States Department of State mn
25	Secretary Michael R. Pompeo With Central Asian -LRB- C5 -RRB- Foreign Ministers - United States Department of State
26	Secretary Michael R. Pompeo With Jason Lamb of WTVF-TV - United States Department of State
27	China -LRB- Includes Tibet , Xinjiang , Hong Kong , and Macau -RRB- - United States Department of State
28	Press Briefing with Sam Brownback , Ambassador-at-Large for International Religious Freedom - United States Department of State
29	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - United States Department of State cod. k
30	Ambassador at Large for International Religious Freedom Samuel Brownback - United States Department of State
31	China -LRB- Includes Tibet , Xinjiang , Hong Kong , and Macau -RRB- - United States Department of State cod. vs
32	Secretary Michael R. Pompeo at the United Nations Event on Religious Freedom - United States Department of State
33	Iran and China , the Totalitarian Twins - United States Department of State
34	Secretary Michael R. Pompeo With Judy Woodruff of PBS NewsHour - United States Department of State
35	Religious Persecution in Iran , China Must End Now - United States Department of State
36	Bipartisan Competitive Strategy The `` New Normal " - United States Department of State
37	Interview With Maria Bartiromo of Mornings With Maria on Fox Business Network - United States Department of State
38	Religious Persecution in Iran , China Must End Now - United States Department of State
39	Confronting Atrocities in China The Global Response to the Uyghur Crisis - United States Department of State
40	Bri Engagement at the United Nations Security Council
41	Secretary Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of The Hugh Hewitt Show - United States Department of State x
42	Interview With Emerald Robinson of One America News Network - United States Department of State
43	Interview With Laura Ingraham of The Laura Ingraham Show - United States Department of State
44	Ambassador at Large for International Religious Freedom Report on International Religious Freedom
45	Secretary Michael R. Pompeo Remarks to the Press - United States Department of State be

46	Hong Kong - United States Department of State
47	Secretary Michael R. Pompeo With Tony Perkins of Washington Watch - United States Department of State sfg
48	Secretary Michael R. Pompeo With the Hudson Institute 's ` The Realignment ' Podcast - United States Department of State
49	Department Press Briefing - March 28 , 2019 - United States Department of State
50	Testimony Before the Senate Foreign Relations Committee - United States Department of State
51	International Cybersecurity Policy - United States Department of State
52	Secretary Michael R. Pompeo With Jim Daly of Focus on the Family - United States Department of State
53	Interview With Hugh Hewitt of the Hugh Hewitt Show - United States Department of State
54	Secretary of State Michael R. Pompeo With David Brody of CBN-TV - United States Department of State
55	Background Briefing on U.S.-Central Asian Relations - United States Department of State
56	Secretary of State Michael R. Pompeo With Raymond Arroyo of EWTN-TV - United States Department of State
57	Science and Technology Cooperation Reevaluating Assumptions , Risks to Research , and a Way Forward - United States Department of State
58	Secretary Michael R. Pompeo With Maria Bartiromo of Mornings with Maria On Fox Business Network - United States Department of State 3d ,
59	Secretary Michael R. Pompeo With Jan Jekielek of The Epoch Times ' American Thought Leaders Program - United States Department of State
60	Press Availability With Secretary
61	Assistant Secretary for Democracy , Human Rights , and Labor Robert Destro on the Release of the 2019 ,
62	Secretary Michael R. Pompeo With Maria Bartiromo of Fox News Sunday Morning Futures - United States Department of State w
63	China - United States Department of State vd
64	Huawei and Its Siblings , the Chinese Tech Giants National Security and Foreign Policy Implications - United States Department of State
65	Secretary Michael R. Pompeo With Laura Ingraham of The Ingraham Angle on Fox News - United States Department of State
66	Senior State Department Official on State Department 2019 Successes in the East Asian and Pacific Region - United States Department of State
67	Secretary of State Michael R. Pompeo at the Release of the 2018 Annual Report on International Religious
68	Trip to Thailand , Australia , and the Federated States of Micronesia - United States Department of State
69	China 's New Road in the Americas Beyond Silk and Silver - United States Department of State

70	Interview With Maria Bartiromo of Mornings With Maria on Fox Business Network - United States Department of State
71	Briefing With Ambassador at Large for International Religious Freedom Sam Brownback On COVID-19 Impact on Religious Minorities
72	Senior State Department Official On Indo-Pacific Issues at the 74th Session of the United Nations General Assembly - United States Department of State
73	Telephonic Press Briefing With Ambassador David Hale , Under Secretary of State for Political Affairs - United States Department of State
74	Senior State Department Official On State Department 2019 Successes on Democracy , Human Rights , and Labor Issues - United States Department of State
75	China and Russia The New Threats to Middle East Security and Stability - United States Department of State
76	Covert , Coercive , and Corrupting Countering the Chinese Communist Party 's Malign Influence in Free Societies - United States Department of State
77	Department Press Briefing - April 19 , 2018 - United States Department of State
78	Department Press Briefing - September 11 , 2018 - United States Department of State
79	Department Press Briefing - May 29 , 2019 - United States Department of State
80	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Tibet - United States Department of State nm
81	China -LRB- Includes Hong Kong , Macau , and Tibet -RRB- - Tibet - United States Department of State
82	No Name cod. A135
83	Department Press Briefing - March 14 , 2019 - United States Department of State
84	Department Press Briefing - November 1 , 2018 - United States Department of State
85	The Elements of the China Challenge - United States Department of State
86	The United States Imposes Sanctions and Visa Restrictions in Response to the Ongoing Human Rights Violations and Abuses in Xinjiang
87	Issuance of Xinjiang Supply Chain Business Advisory Fact Sheet - United States Department of State
88	Issuance of the Xinjiang Supply Chain Business Advisory - United States Department of State
89	On Sanctioning Human Rights Abusers in Xinjiang , China - United States Department of State
90	Letter from Under Secretary of State Keith Krach to Business Leaders on Xinjiang Supply Chain Business Advisory

91	On China 's Coercive Family Planning and Forced Sterilization Program in Xinjiang - United States Department of State
92	U.S. Businesses Must Take a Stand Against China 's Human Rights Abuses - United States Department of State
93	Xinjiang Supply Chain Business Advisory - United States Department of State
94	CBP 's Continued Enforcement Actions To Combat Forced Labor in China - United States Department of State
95	International Human Rights Day - United States Department of State
96	China - United States Department of State v
97	International Day in Support of Victims of Torture - United States Department of State
98	2020 Report to Congress Pursuant to Section 5 of the Elie Wiesel Genocide and Atrocities
99	This Week at State July 2 , 2020 - United States Department of State
100	The Chinese Communist Party 's Human Rights Abuses in Xinjiang - United States Department of State
101	Secretary Pompeo 's Meeting With Karim Masimov , Kazakhstani National Security Committee Chairman - United States Department of State
102	China -LRB- Hong Kong and Macau -RRB- - United States Department of State
103	Letter From Under Secretary Keith Krach to the Governing Boards of American Universities - United States Department of State
104	U.S. Imposes Sanctions on People 's Republic of China Officials Engaged in Coercive Influence Activities - United States Department of State
105	Advancing U.S. Engagement and Countering China in the Indo-Pacific and Beyond - United States Department of State
106	U.S. Investors Are Funding Malign PRC Companies on Major Indices - United States Department of State
107	Additional Restrictions on the Issuance of Visas for People 's Republic of China Officials Engaged in Human Rights Abuses
108	U.S. Imposes Visa Restrictions on Certain Employees of Chinese Technology Companies that Abuse Human Rights
109	Secretary Michael R. Pompeo With Tony Perkins of Washington Watch - United States Department of State
110	Meeting of the President 's Interagency Task Force to Monitor and Combat Trafficking in Persons - United States Department of State
111	U.S. Policy Toward China Deputy Secretary Biegun 's Remarks to the Senate Foreign Relations Committee - United States Department of State
112	Under Secretary Keith Krach 's Remarks to the Press on Communist Chinese Military Companies - United States Department of State
113	Ambassador Keshap Discusses

114	U.S.-China Diplomatic and Security Dialogue - United States Department of State
115	Brazil Can Join the Growing Clean Network by Banning Huawei - United States Department of State
116	This Week at State July 10 , 2020 - United States Department of State
117	Secretary Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of the Hugh Hewitt Show - United States Department of State 3 ,
118	Europe Must Put Security First With 5G - United States Department of State
119	Virtual Press Briefing with Ambassador Kelley E, Currie , Ambassador-at-Large for Global Women 's Issues - United States Department of State
120	Remarks at Dalai Lama
121	Mitigating Technology Transfer Risk A New Aspect of Routine Due Diligence - United States Department of State
122	Biographies of the Finalists for the 2020 International Women of Courage Awards - United States Department of State
123	Senior State Department Official On East Asian and Pacific Affairs - United States Department of State
124	Macau - United States Department of State cod. b
125	Secretary Michael R. Pompeo With Matt Murray of The Wall Street Journal CEO Council - United States Department of State
126	Hong Kong - United States Department of State cod. b
127	Transatlantic Dialogue on China Managing the Escalating Stakes - United States Department of State
128	Macau - United States Department of State v
129	Interview With Laura Ingraham of The Ingraham Angle on Fox News - United States Department of State
130	Report to Congress on Section 4 of the Reciprocal Access to Tibet Act of 2018 of P,L, 115-330 - United States Department of State b
131	Report to Congress on Section 4 of the Reciprocal Access to Tibet Act of 2018 of P,L, 115-330 - United States Department of State
132	Reclaiming America 's Voice for Freedom - United States Department of State
133	Joint Letter to Presidents of American Institutions of Higher Education and Affiliates Regarding
134	Joint Letter to State Commissioners of Education - United States Department of State
135	Secretary Michael R. Pompeo With Maria Bartiromo of Fox News Sunday Morning Futures - United States Department of State 5
136	Secretary Michael R. Pompeo With Pete Hegseth , Rachel Campos Duffy , and Dean Cain of Fox and Friends - United States Department of State
137	Under Secretary Keith Krach Remarks on U.S.-Georgia 5G MOU - United States Department of State

138	The U.S. , China , and Pluralism in International Affairs U.S. China and Pluralism in International Affairs
139	Secretary Michael R. Pompeo on the Release of the 2019 Country Reports on Human Rights Practices - United States Department of State
140	Secretary Michael R. Pompeo at a Press Availability - United States Department of State cod. g
141	Briefing With Assistant Secretary for East Asian and Pacific Affairs David R. Stilwell On Designating Additional
142	Remarks to the Economic Club of New York - United States Department of State
143	China - United States Department of State
144	Briefing with Assistant Secretary for East Asian and Pacific Affairs David Stilwell
145	Secretary Michael R. Pompeo Before the Senate Foreign Relations Committee on the Fiscal Year 2021 ,
146	Tibet - United States Department of State v
147	Under Secretary Keith Krach Briefs the Press on Huawei and Clean Telcos - United States Department of State
148	Secretary Michael R. Pompeo At a Press Availability - United States Department of State
149	Implications of Chinese Intellectual Property Violations on Developing Telecommunications Infrastructure - United States Department of State
150	Secretary Michael R. Pompeo at the Virtual Copenhagen Democracy Summit - United States Department of State
151	Tibet - United States Department of State
152	The China Challenge - United States Department of State
153	Communist China and the Free World 's Future - United States Department of State
154	Secretary Michael R. Pompeo at a Press Availability - United States Department of State d
155	State Legislatures and the China Challenge - United States Department of State
156	China 's Environmental Abuses - United States Department of State
157	China - United States Department of State cod. vb
158	China - United States Department of State cod. c
159	Department Press Briefing - March 26 , 2019 - United States Department of State
160	The United States , Taiwan , and the World Partners for Peace and Prosperity - United States Department of State
161	Opening Remarks at the Global Cooperation and Training Framework Group - United States Department of State
162	The Evolving Role of Taiwan in Latin America and the Caribbean - United States Department of State
163	Taiwan 's Exclusion From the World Health Assembly - United States Department of State

164	Secretary Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of The Hugh Hewitt Show - United States Department of State
165	Secretary Michael R. Pompeo With Sean Spicer of Newsmax TV 's Spicer & Co - United States Department of State
166	On the Mass Arrests of Democracy Advocates in Hong Kong - United States Department of State
167	Under Secretary Keith Krach Remarks on U.S.-Eswatini Clean Network Declaration - United States Department of State
168	Secretary Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of The Hugh Hewitt Show - United States Department of State 2
169	This Week at State May 22 , 2020 - United States Department of State
170	`` Confucius Institute U.S. Center " Designation as a Foreign Mission - United States Department of State
171	Interview With Bingru Wang of Phoenix TV - United States Department of State
172	On the Chinese Communist Party 's Obscene Propaganda - United States Department of State
173	Telephonic Press Briefing with Admiral Karl L, Schultz , Commandant , United States Coast Guard - United States Department of State
174	Secretary Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of The Hugh Hewitt Show - United States Department of State cod. g
175	The Free World Must Unite Against Huawei - United States Department of State
176	U.S. Relations With China - United States Department of State
177	Briefing With Assistant Secretary for East Asian and Pacific Affairs
178	Remarks With Chinese Foreign Minister and State Councilor Wang Yi at a Press Availability - United States Department of State
179	Secretary Michael R. Pompeo Briefing With Journalists from East Asian and Pacific Media Outlets - United States Department of State
180	Senior State Department Official On the Secretary 's Travel to California - United States Department of State
181	Chief of Staff of the U.S. Air Force ; and General Charles Q, Brown , JR. , Commander , Pacific Air Forces - United States Department of State
182	Secretary Michael R. Pompeo With Laura Ingraham of Fox News - United States Department of State
183	Secretary Michael R. Pompeo With Michael Knowles of The Ben Shapiro Show - United States Department of State
184	U.S. States and the China Competition - United States Department of State
185	Secretary Michael R. Pompeo at a Press Availability - United States Department of State s
186	Secretary Michael R. Pompeo With Simon Conway of The Joe Pags Show - United States Department of State 6 ,
187	The U.S. in Asia Economic Engagement for Good - United States Department of State

188	Secretary Michael R. Pompeo Hoover Institution 's Pacific Century Podcast With Co-Hosts Michael Auslin and John Yoo
189	2019 Hong Kong Policy Act Report - United States Department of State
190	Re-learning a Competitive Mindset in Great-Power Competition - United States Department of State
191	Public Schedule - August 1 , 2019 - United States Department of State
192	Secretary Michael R. Pompeo At a Press Briefing on Current U.S. Foreign Policy - United States Department of State
193	Department Press Briefing - June 13 , 2017 - United States Department of State
194	Why China Technology-Transfer Threats Matter - United States Department of State
195	China -LRB- Includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Hong Kong - United States Department of State cod. s
196	Secretary Michael R. Pompeo With Joe Kernen and Wilfred Frost of CNBC 's Squawk Box - United States Department of State
197	Department Press Briefing -- August 21 , 2019 - United States Department of State
198	Secretary of State Michael R. Pompeo on The Story With Martha MacCallum of FOX News - United States Department of State
199	Department Press Briefing - April 2 , 2019 - United States Department of State
200	Department Press Briefing -- July 9 , 2019 - United States Department of State
201	Previewing the Visit of President Xi Jinping of the People 's Republic of China - United States Department of State
202	Secretary Michael R. Pompeo at a Press Availability - United States Department of State c
203	Ideological `` Grievance States '' and Nonproliferation China , Russia , and Iran - United States Department of State
204	The South China Sea , Southeast Asia 's Patrimony , and Everybody 's Own Backyard - United States Department of State
205	Department Press Briefing - April 10 , 2018 - United States Department of State
206	Press Availability With Chinese State Councilor and Foreign Minister Wang Yi - United States Department of State
207	Briefing With Assistant Secretary for East Asian and Pacific Affairs David R. Stilwell and Acting Director of the Office of Foreign Missions Clifton C, Seagroves
208	Briefing With Senior U.S. Government Officials On the Closure of the Chinese Consulate in Houston
209	Department Press Briefing - June 29 , 2017 - United States Department of State
210	Department Press Briefing - August 14 , 2018 - United States Department of State

211	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Hong Kong - United States Department of State bn
212	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Hong Kong - United States Department of State bv
213	Seizing the Opportunity for Freedom in the Americas - United States Department of State
214	The U.S. and Australia The Unbreakable Alliance - United States Department of State
215	Secretary Michael R. Pompeo at a Press Availability With Secretary and Australian Defence Minister
216	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Macau - United States Department of State sd
217	Macau - United States Department of State
218	Secretary Michael R. Pompeo at a Press Availability - United States Department of State w
219	Department Press Briefing - April 11 , 2019 - United States Department of State
220	Secretary Michael R. Pompeo at a Press Availability - United States Department of State cod. e
221	Department Press Briefing - March 20 , 2017 - United States Department of State
222	Briefing With Senior State Department Officials On the Institution of a Personnel Cap on Designated PRC State Media
223	Department Press Briefing -- July 11 , 2019 - United States Department of State
224	Department Press Briefing - March 7 , 2017 - United States Department of State
225	China - United States Department of State d
226	Department Press Briefing - July 24 , 2018 - United States Department of State
227	Department Press Briefing - March 22 , 2018 - United States Department of State
228	2020 Hong Kong Policy Act Report - United States Department of State
229	21 st Anniversary of the PRC Government 's Persecution of Falun Gong - United States Department of State
230	25 th Anniversary of the Fourth World Conference on Women - United States Department of State
231	25 th Anniversary of the Panchen Lama 's Disappearance - United States Department of State
232	28 th Anniversary of Tiananmen Square - United States Department of State
233	29 th Anniversary of Tiananmen Square - United States Department of State
234	31 st Anniversary of Tiananmen Square - United States Department of State

235	74 th UNGA First Committee Thematic Discussion on Nuclear Weapons - United States Department of State
236	A Conversation with Ambassador Alice Wells on the China-Pakistan Economic Corridor
237	A Foreign Policy In Service to Our Veterans - United States Department of State
238	A New Transatlantic Dialogue - United States Department of State
239	Acting Assistant Secretary Thornton 's Travel to Manila and Beijing - United States Department of State
240	Acting Assistant Secretary for East Asian and Pacific Affairs Susan Thornton Travels to China and Japan
241	Acting Secretary Sullivan 's Meeting With Chinese Ambassador Cui Tiankai - United States Department of State
242	Addressing the Global Drug Trade is Critical to U.S. National Security - United States Department of State
243	Addressing the Opioid Crisis - United States Department of State
244	Advancing Reciprocity in U.S. - China Diplomatic Relations - United States Department of State
245	Air Quality Awareness Week Using Data and Partnerships - United States Department of State
246	American Journalists Based in Hong Kong - United States Department of State
247	An official website of the United States government Here 's how you know ,
248	Appropriations Subcommittee on State , Foreign Operations , and Related Programs - United States Department of State
249	Arms Control and International Security Since January 2017 - United States Department of State
250	Arrest and Detention of Student Democracy Activists in Hong Kong Under the National Security Law
251	Arrest of Hong Kong Pro-Democracy Leaders - United States Department of State
252	Assistant Secretary David R. Stilwell Participates in the ASEAN Regional Forum Senior Officials Meeting
253	Assistant Secretary for Economic and Business Affairs Manisha Singh - United States Department of State
254	Assistant Secretary of State for Consular Affairs Carl Risch Travels to the Republic of Korea and China
255	Background Briefing With Senior State Department Official - United States Department of State
256	Background Briefing on Political-Military Affairs - United States Department of State
257	Background Briefing to Traveling Press - United States Department of State

258	Beijing , China International School of Beijing 2020-2021 Fact Sheet - United States Department of State
259	Briefing With Acting Assistant Secretary for Western Hemisphere Affairs Ambassador Michael Kozak Previewing Secretary Pompeo 's Travel to the Dominican Republic
260	Briefing With Senior State Department Official On the New START - United States Department of State
261	Briefing With Senior State Department Official On the PRC 's Military-Civil Fusion Strategy - United States Department of State
262	Briefing With Senior State Department Official on the Administration 's Arctic Strategy - United States Department of State
263	Briefing With Senior State Department Officials on China 's Expulsion of U.S. Journalists - United States Department of State
264	Briefing With Special Disinformation and Propaganda around COVID
265	Briefing With Special Envoy Lea Gabrielle Disinformation and Propaganda Related to COVID-19 ,
266	Briefing With Special Representative for Venezuela Elliott Abrams - United States Department of State
267	Briefing on Limiting the CCP 's Ability To Steal U.S. Technologies and Intellectual Property - United States Department of State
268	Briefing on the Situation on the Korean Peninsula - United States Department of State
269	Briefing with Senior State Department Officials on Reciprocal Action Regarding Chinese
270	Bureaucracy and Counterstrategy Meeting the China Challenge - United States Department of State
271	Canada 's Legitimate Arrest of Huawei CFO Meng Wanzhou - United States Department of State
272	Celebrating the 231st Anniversary of the U.S. Department of State - United States Department of State
273	Chengdu , China QSI International School of Chengdu 2020-2021 Fact Sheet - United States Department of State
274	China -LRB- Includes Hong Kong , Macau , and Tibet -RRB- - Hong Kong - United States Department of State
275	China -LRB- Includes Hong Kong , Macau , and Tibet -RRB- - Macau - United States Department of State
276	China -LRB- Includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Macau - United States Department of State cod. s
277	China -LRB- Includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Tibet - United States Department of State cod. a
278	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Hong Kong - United States Department of State cod. e
279	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Macau - United States Department of State cod. q

280	China -LRB- includes Tibet , Hong Kong , and Macau -RRB- - Tibet - United States Department of State cod. s
281	China - United States Department of State cod. vc
282	China Escalates Coercion against Vietnam 's Longstanding Oil and Gas Activity in the South China Sea - United States Department of State
283	China National Day - United States Department of State
284	China 's Environmental Abuses Fact Sheet - United States Department of State
285	China 's Empty Promises in the South China Sea - United States Department of State
286	China 's Military-Civil Fusion Strategy Poses a Risk to National Security - United States Department of State
287	Chinese Action Against Journalists - United States Department of State
288	Chinese Coercion on Oil and Gas Activity in the South China Sea - United States Department of State
289	Chinese Government 's Harassment of Early Rain Covenant Church - United States Department of State
290	Chinese New Year Brings New Beginnings to U.S. Consulate General Shanghai - United States Department of State
291	Chinese Technology Transfer Challenges to U.S. Export Control Policy - United States Department of State
292	Coalitions of Caution Building a Global Coalition Against Chinese Technology-Transfer Threats - United States Department of State
293	Commemorating the Birthday of the Disappeared Panchen Lama - United States Department of State
294	Consultations With China and Russia on the Afghan Peace Process - United States Department of State
295	Conviction of Chinese Christian Pastor Wang Yi - United States Department of State
296	Conviction of Tashi Wangchuk - United States Department of State
297	DOE Announces Measures to Prevent China 's Illegal Diversion of U.S. Civil Nuclear Technology for Military
298	Death of Human Rights Attorney DR. Li Baiguang - United States Department of State
299	Deepening U.S. Partnerships in the Western Hemisphere - United States Department of State
300	Department Press Briefing - April 24 , 2017 - United States Department of State
301	Department Press Briefing - April 25 , 2017 - United States Department of State
302	Department Press Briefing - April 26 , 2017 - United States Department of State
303	Department Press Briefing - April 27 , 2017 - United States Department of State

304	Department Press Briefing - August 10 , 2017 - United States Department of State
305	Department Press Briefing - August 15 , 2017 - United States Department of State
306	Department Press Briefing - August 18 , 2017 - United States Department of State
307	Department Press Briefing - August 23 , 2017 - United States Department of State
308	Department Press Briefing - August 24 , 2017 - United States Department of State
309	Department Press Briefing - August 9 , 2017 - United States Department of State
310	Department Press Briefing - August 9 , 2018 - United States Department of State
311	Department Press Briefing - December 11 , 2018 - United States Department of State
312	Department Press Briefing - December 13 , 2017 - United States Department of State
313	Department Press Briefing - December 19 , 2017 - United States Department of State
314	Department Press Briefing - February 08 , 2018 - United States Department of State
315	Department Press Briefing - February 27 , 2018 - United States Department of State
316	Department Press Briefing - January 16 , 2018 - United States Department of State
317	Department Press Briefing - July 11 , 2017 - United States Department of State
318	Department Press Briefing - July 13 , 2017 - United States Department of State
319	Department Press Briefing - July 18 , 2017 - United States Department of State
320	Department Press Briefing - July 20 , 2017 - United States Department of State
321	Department Press Briefing - July 27 , 2017 - United States Department of State
322	Department Press Briefing - June 15 , 2017 - United States Department of State
323	Department Press Briefing - June 19 , 2018 - United States Department of State
324	Department Press Briefing - June 21 , 2018 - United States Department of State
325	Department Press Briefing - June 6 , 2017 - United States Department of State

326	Department Press Briefing - June 8 , 2017 - United States Department of State
327	Department Press Briefing - March 12 , 2019 - United States Department of State
328	Department Press Briefing - March 13 , 2017 - United States Department of State
329	Department Press Briefing - March 14 , 2017 - United States Department of State
330	Department Press Briefing - March 27 , 2018 - United States Department of State
331	Department Press Briefing - March 7 , 2019 - United States Department of State
332	Department Press Briefing - March 8 , 2017 - United States Department of State
333	Department Press Briefing - November 17 , 2017 - United States Department of State
334	Department Press Briefing - November 29 , 2018 - United States Department of State
335	Department Press Briefing - November 7 , 2017 - United States Department of State
336	Department Press Briefing - October 19 , 2017 - United States Department of State
337	Department Press Briefing - October 2 , 2018 - United States Department of State
338	Department Press Briefing - October 26 , 2017 - United States Department of State
339	Department Press Briefing - October 31 , 2017 - United States Department of State
340	Department Press Briefing - October 31 , 2018 - United States Department of State
341	Department Press Briefing - October 4 , 2017 - United States Department of State
342	Department Press Briefing - October 9 , 2018 - United States Department of State
343	Department Press Briefing - September 12 , 2017 - United States Department of State
344	Department Press Briefing - September 13 , 2018 - United States Department of State
345	Department Press Briefing - September 26 , 2017 - United States Department of State
346	Department Press Briefing - September 28 , 2017 - United States Department of State
347	Department Press Briefing -- August 8 , 2019 - United States Department of State

348	Department Press Briefing -- June 10 , 2019 - United States Department of State
349	Department Press Briefing -- June 12 , 2019 - United States Department of State
350	Department Press Briefing -- June 17 , 2019 - United States Department of State
351	Department Press Briefing -- May 30 , 2019 - United States Department of State
352	Deputy Assistant Secretary Thomas DiNanno To Travel to China - United States Department of State
353	Deputy Secretary Biegun 's Call with PRC Vice Foreign Minister Le - United States Department of State
354	Deputy Secretary Sullivan 's Meeting With Chinese Ambassador Cui Tiankai - United States Department of State s
355	Deputy Secretary Sullivan 's Meeting With Chinese Ambassador Cui Tiankai - United States Department of State
356	Deputy Secretary Sullivan 's Meeting With Chinese Vice Chairman of the National People 's Congress Wang Chen
357	Deputy Secretary of State Biegun 's Meetings in Vilnius , Lithuania - United States Department of State
358	Deputy Secretary of State Stephen Biegun , USAID Administrator Mark Green , and Experts on the President 's Fiscal Year 2021 Budget
359	Deputy Special Representative for North Korea Delivers Keynote Address at CSIS Conference on North Korea
360	Designating PRC and Hong Kong Officials After Widespread Pro-Democracy Arrests in Hong Kong - United States Department of State
361	Designation of Additional Chinese Media Entities as Foreign Missions - United States Department of State
362	Designation of Additional PRC Propaganda Outlets as Foreign Missions - United States Department of State
363	Designation of P,R.C, Foreign Nationals and Entities Under the Foreign Narcotics Kingpin Designation Act - United States Department of State
364	Designation of People 's Republic of China -LRB- PRC -RRB- Foreign National and Hong Kong Entity Under the Foreign Narcotics Kingpin Designation Act
365	Designation of Persons Linked to Iranian Weapons of Mass Destruction Procurement Network - United States Department of State
366	Designation of the Confucius Institute U.S. Center as a Foreign Mission of the PRC - United States Department of State
367	Designation of the National Association for China 's Peaceful Unification -LRB- NACPU -RRB- as a Foreign Mission of the PRC - United States Department of State

368	Designations of Four PRC and Hong Kong Officials Threatening the Peace , Security , and Autonomy of Hong Kong - United States Department of State
369	Designations of National People 's Congress Officials Undermining the Autonomy of Hong Kong - United States Department of State
370	Diplomatic Realism , Restraint , and Respect in Latin America - United States Department of State
371	Disarmament Law and Morality A Critique - United States Department of State
372	Empty Promises from the People 's Republic of China in Africa - United States Department of State
373	Enhancing the Integrity of America 's Research Enterprise - United States Department of State
374	Ensuring a Transparent , Thorough Investigation of COVID-19 's Origin - United States Department of State
375	European Union Identifies Risks to 5G Networks - United States Department of State
376	Evacuation of Americans From Wuhan , China - United States Department of State
377	Evacuation of Americans from Wuhan , China - United States Department of State a
378	Fact Sheet Activity at the Wuhan Institute of Virology - United States Department of State
379	Five Years of Injustice Following China 's 709 Crackdown - United States Department of State
380	Four-Party Joint Statement on Afghan Peace Process - United States Department of State
381	From Amarillo to Brownsville The State Department 's Impact on Texas - United States Department of State
382	From Lawrence to Liberal The State Department 's Impact on Kansas - United States Department of State
383	From Morehead to Murray The State Department 's Impact on Kentucky - United States Department of State
384	From Oxford to Biloxi The State Department 's Impact on Mississippi - United States Department of State
385	From Portland to Medford The State Department 's Impact on Oregon - United States Department of State
386	From Seattle to Walla Walla The State Department 's Impact on Washington - United States Department of State
387	G7 Foreign Ministers ' Statement on Hong Kong - United States Department of State
388	Guangzhou , China American International School of Guangzhou 2020-2021 Fact Sheet - United States Department of State
389	Hong Kong , China Hong Kong International School 2020-2021 Fact Sheet - United States Department of State

390	Identification of Foreign Persons Involved in the Erosion of the Obligations of China Under the Joint Declaration or the Basic Law
391	Implementing Visa Restrictions Under the Reciprocal Access to Tibet Act - United States Department of State
392	Institution of a Personnel Cap on Designated PRC State Media Entities - United States Department of State
393	International Commitment to Protect Victims of Acts of Violence Based on Religion or Belief - United States Department of State
394	International Education Week Kicks Off With Open Doors Report - United States Department of State
395	Interview With Barak Ravid of Channel 13 - United States Department of State
396	Interview With Bret Baier of Fox News - United States Department of State
397	Interview With Brian Grimmett of KMUW Wichita Public Radio - United States Department of State
398	Interview With Brian Kilmeade of The Brian Kilmeade Show - United States Department of State
399	Interview With Laura Ingraham of Fox News - United States Department of State p
400	Interview With Maria Bartiromo of Mornings With Maria on Fox Business Network - United States Department of State v
401	Interview With Mark Levin of The Mark Levin Show - United States Department of State
402	Interview With NHK - United States Department of State
403	Interview With Norah O'Donnell of CBS This Morning - United States Department of State
404	Interview With Sean Hannity on Hannity - United States Department of State
405	Interview With Steve and Ted in the Morning of KNSS Radio - United States Department of State
406	Interview With Wilfred Frost of CNBC - United States Department of State
407	Joint Statement by Secretary of State Michael R. Pompeo and Secretary of Homeland Security Kirstjen Nielsen Chinese Actors
408	Joint Statement by the Foreign Ministers of China , France , Russia , the United Kingdom , and the United States Non-Proliferation of Nuclear Weapons
409	Joint Statement on Hong Kong - United States Department of State 2 ,
410	Joint Statement on Hong Kong - United States Department of State y
411	Joint Statement on Hong Kong - United States Department of State
412	Joint Statement on the Erosion of Rights in Hong Kong - United States Department of State
413	Launch of the U.S.-EU Dialogue on China - United States Department of State

414	Li Fangwei - United States Department of State
415	Military-Civil Fusion and the People 's Republic of China - United States Department of State
416	Mission 's Designation of Chinese Media Entities as Foreign Missions - United States Department of State
417	My Life As A Sports Envoy - United States Department of State
418	New Nasdaq Restrictions Affecting Listing of Chinese Companies - United States Department of State
419	New Sanctions under the Iran , North Korea , and Syria Nonproliferation Act -LRB- INKSNA -RRB- - United States Department of State
420	On Arms Control Negotiations with China - United States Department of State
421	On Beijing 's Imposition of National Security Legislation on Hong Kong - United States Department of State
422	On China 's Attempted Coercion of the United Kingdom - United States Department of State
423	On China 's Continued Coercion of the United Kingdom - United States Department of State
424	On China 's Predatory Fishing Practices in the Galápagos - United States Department of State
425	On China 's Threats To Impose Visa Restrictions on U.S. Officials - United States Department of State
426	On Transparency and Foreign Funding of U.S. Think Tanks - United States Department of State
427	On the 50th Anniversary of Earth Day - United States Department of State
428	On the CCP 's Orwellian Censorship of Hong Kong - United States Department of State
429	On the Chinese Communist Party 's Extra-Territorial Authoritarianism - United States Department of State
430	On the Detention of Gui Minhai - United States Department of State
431	On the Hypocrisy of UN Human Rights Council - United States Department of State
432	On the Occasion of Nowruz - United States Department of State
433	On the Pan-Democratic Primary Election in Hong Kong - United States Department of State
434	On the Passing of Liu Xiaobo - United States Department of State
435	On the Postponement of Hong Kong 's Legislative Council Elections - United States Department of State
436	On the President 's Announcement on Hong Kong - United States Department of State
437	On the Silencing and Prosecution of PRC Citizen Journalist Zhang Zhan - United States Department of State
438	Online Press Briefing with Deputy Assistant Secretary of State Laura Stone , Bureau of South and Central Asian Affairs

439	Opening Remarks With Chinese President Xi Jinping - United States Department of State
440	Opening Remarks at the G7 + Expert Group Meeting on Innovative Responses to the Challenges
441	Opening Remarks at the Lower Mekong Initiative Ministerial - United States Department of State
442	Our Coronavirus Response Is Protecting Americans - United States Department of State
443	P , R.C, National People 's Congress Proposal on Hong Kong National Security Legislation - United States Department of State
444	P , R.C, Sentencing of Gui Minhai - United States Department of State
445	PRC Proposal To Impose National Security Legislation on Hong Kong - United States Department of State
446	PRC 's Reported Sinking of a Vietnamese Fishing Vessel in the South China Sea - United States Department of State
447	Participation in the UN General Assembly High-Level Segment With Interventions from Member States - United States Department of State
448	People 's Republic of China National Day - United States Department of State
449	Pompeo 's Travel to Germany , Senegal , Angola , Ethiopia , Saudi Arabia , and Oman - United States Department of State
450	Press Briefing on Responsible Sourcing of Clean Energy Minerals - United States Department of State
451	Preventing U.S. Industry 's Exploitation by China 's Military-Civil Fusion Strategy - United States Department of State
452	Previewing Secretary Tillerson 's Travel to Japan , South Korea , and China - United States Department of State
453	Previewing the U.S.-China Diplomatic and Security Dialogue - United States Department of State
454	Principal Deputy Assistant Secretary Alice Wells Travels to the Indo-Pacific Region - United States Department of State
455	Principal Deputy Assistant Secretary Murphy 's Travel to Singapore , Guangzhou and Hong Kong - United States Department of State
456	Protecting U.S. Investors from Financing Communist Chinese Military Companies - United States Department of State
457	Protecting and Preserving a Free and Open South China Sea - United States Department of State
458	Public Schedule - August 13 , 2019 - United States Department of State
459	Public-Private Cooperation To Combat the Novel Coronavirus - United States Department of State
460	Rebutting False Disarmament Narratives in Support of NPT Diplomacy - United States Department of State
461	Recent Arrests of Pro-Democracy Activists in Hong Kong - United States Department of State

462	Release of the Hong Kong Autonomy Act Report - United States Department of State
463	Remarks Before His Meeting With Chinese Foreign Minister Wang Yi - United States Department of State
464	Remarks Before His Meeting With Chinese State Councilor Yang Jiechi - United States Department of State
465	Remarks Before Meeting With Chinese Foreign Minister Wang Yi - United States Department of State
466	Remarks With Chinese Director of the Central Foreign
467	Remarks With Chinese Foreign Minister Wang Yi Before Their Meeting - United States Department of State
468	Remarks With Chinese Foreign Minister Wang Yi at a Press Availability - United States Department of State
469	Remarks With Chinese Politburo Member Yang Jiechi - United States Department of State
470	Remarks With Chinese President Xi Jinping Before Their Meeting - United States Department of State
471	Remarks With Chinese State Councilor Yang Jiechi Before Their Meeting - United States Department of State g
472	Remarks With Chinese State Councilor Yang Jiechi Before Their Meeting - United States Department of State
473	Remarks With Chinese State Councilor and Foreign Minister Wang Yi Before Their Meeting - United States Department of State
474	Remarks With Chinese Vice Premier Liu Yandong and Secretary of Education Betsy DeVos Before Their Meeting - United States Department of State
475	Remarks With German Foreign Minister Sigmar Gabriel Before Their Meeting - United States Department of State
476	Remarks With President Xi Jinping Before Their Meeting - United States Department of State
477	Remarks at International Women of Courage Honorary Awards Ceremony Tiananmen Mothers - United States Department of State
478	Remarks at Misawa Air Base - United States Department of State
479	Remarks at a Press Roundtable - United States Department of State
480	Remarks at the Indo-Pacific Conference on Strengthening Transboundary River Governance - United States Department of State
481	Remarks on A New Era in the Americas at the 2019 Concordia Americas Summit - United States Department of State
482	Remarks on China Summit - United States Department of State
483	Remarks to 2019 Multinational Conference on Missile Defense - United States Department of State
484	Remarks to Traveling Press - United States Department of State
485	Remarks to the Traveling Press - United States Department of State
486	Report to Congress on Access to Tibetan Areas of the People 's Republic of China -LRB- PRC -RRB- ,

487	Request for Statements of Interest CHINA PROGRAMS - United States Department of State
488	Request for Statements of Interest FY20 China Programs - United States Department of State
489	Responding to Modern Cyber Threats with Diplomacy and Deterrence - United States Department of State
490	Russian Arms Control Compliance and the Challenge of the Next Agreement - United States Department of State
491	Russian Federation 's and China 's Veto of UNSCR 2449 Aid to Syrian Refugees - United States Department of State
492	Sea Turtle Conservation and Shrimp Imports to the United States - United States Department of State
493	SecreMicronesia President David W, Panuelo , Republic of the Marshall Islands President Hilda C, ,
494	Secretary Michael R. Pompeo At a Press Availability - United States Department of State sdf
495	Secretary Michael R. Pompeo Remarks to the Press - United States Department of State cvw
496	Secretary Michael R. Pompeo Remarks to the Press - United States Department of State ds
497	Secretary Michael R. Pompeo Remarks to the Press - United States Department of State vc
498	Secretary Michael R. Pompeo Remarks to the Press - United States Department of State vd
499	Secretary Michael R. Pompeo Remarks to the Press - United States Department of State
500	Secretary Michael R. Pompeo With Alex Marlow of Breitbart News Radio on SiriusXM Patriot - United States Department of State
501	Secretary Michael R. Pompeo With Amy Kellogg of FOX News - United States Department of State
502	Secretary Michael R. Pompeo With Ben Shapiro of The Ben Shapiro Show - United States Department of State jg
503	Secretary Michael R. Pompeo With Ben Shapiro of The Ben Shapiro Show - United States Department of State v
504	Secretary Michael R. Pompeo With Ben Shapiro of The Ben Shapiro Show - United States Department of State
505	Secretary Michael R. Pompeo With Ben Shapiro of the Ben Shapiro Show - United States Department of State q
506	Secretary Michael R. Pompeo With Bob Cusack , Editor-in-Chief of The Hill - United States Department of State
507	Secretary Michael R. Pompeo With Bret Baier of Special Report with Bret Baier - United States Department of State
508	Secretary Michael R. Pompeo With Buck Sexton of The Buck Sexton Show - United States Department of State

509	Secretary Michael R. Pompeo With Bud Hedinger of Good Morning Orlando - United States Department of State
510	Secretary Michael R. Pompeo With Chris Bundgaard of WKRN-TV - United States Department of State
511	Secretary Michael R. Pompeo With Chris Salcedo of The Chris Salcedo Show , KSEV Houston & Newsmax TV
512	Secretary Michael R. Pompeo With Dan `` Ox " Ochsner of Ox in the Afternoons - United States Department of State
513	Secretary Michael R. Pompeo With Dana Perino of The Daily Briefing on Fox News - United States Department of State
514	Secretary Michael R. Pompeo With David Brody of Faith Nation with David Brody , CBN - United States Department of State
515	Secretary Michael R. Pompeo With DR. James Dobson of Family Talk with James Dobson - United States Department of State
516	Secretary Michael R. Pompeo With Eric Bolling of America This Week with Eric Bolling , Sinclair TV - United States Department of State
517	Secretary Michael R. Pompeo With Gili Cohen of Kan 11 - United States Department of State
518	Secretary Michael R. Pompeo With Greg Kelly of Greg Kelly Reports on Newsmax TV - United States Department of State
519	Secretary Michael R. Pompeo With Guy Benson of The Guy Benson Show - United States Department of State
520	Secretary Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of The Hugh Hewitt Radio Show - United States Department of State
521	Secretary Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of The Hugh Hewitt Show - United States Department of State 4 ,
522	Secretary Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of The Hugh Hewitt Show - United States Department of State ds
523	Secretary Michael R. Pompeo With Jack Harris of WFLA-AM Tampa Bay - United States Department of State
524	Secretary Michael R. Pompeo With Jason Calvi of Fox 6 Milwaukee - United States Department of State
525	Secretary Michael R. Pompeo With Jeff Katz of The Jeff Katz Show - United States Department of State
526	Secretary Michael R. Pompeo With Joe Kernan , Becky Quick , and Andrew Ross Sorkin of CNBC Squawk Box - United States Department of State
527	Secretary Michael R. Pompeo With Johannes Langkilde of DR1 - United States Department of State
528	Secretary Michael R. Pompeo With John Roberts of Fox News America Reports - United States Department of State
529	Secretary Michael R. Pompeo With Julian Reichelt of BILD-TV - United States Department of State
530	Secretary Michael R. Pompeo With Larry O’Connor of the Larry O’Connor Show - United States Department of State d

531	Secretary Michael R. Pompeo With Larry O'Connor of the Larry O'Connor Show - United States Department of State
532	Secretary Michael R. Pompeo With Larry O'Connor of the Larry O'Connor Show WMAL - United States Department of State
533	Secretary Michael R. Pompeo With Lars Larson of The Lars Larson Show - United States Department of State
534	Secretary Michael R. Pompeo With Laura Ingraham of Fox News - United States Department of State t
535	Secretary Michael R. Pompeo With Laura Ingraham of Fox News - United States Department of State v
536	Secretary Michael R. Pompeo With Lou Dobbs of Lou Dobbs Tonight - United States Department of State vcs
537	Secretary Michael R. Pompeo With Lou Dobbs of Lou Dobbs Tonight - United States Department of State
538	Secretary Michael R. Pompeo With Maria Bartiromo of Fox News Sunday Morning Futures - United States Department of State
539	Secretary Michael R. Pompeo With Maria Bartiromo of Mornings with Maria on Fox Business Network - United States Department of State
540	Secretary Michael R. Pompeo With Mark Levin of The Mark Levin Show - United States Department of State
541	Secretary Michael R. Pompeo With Martha MacCallum of Fox News - United States Department of State
542	Secretary Michael R. Pompeo With Martha Raddatz of ABC 's This Week with George Stephanopoulos - United States Department of State
543	Secretary Michael R. Pompeo With Matt Schlapp , Chairman of the American Conservative Union for CPAC - United States Department of State
544	Secretary Michael R. Pompeo With Matthew Boyle of Breitbart News Network and SiriusXM Patriot - United States Department of State
545	Secretary Michael R. Pompeo With Melissa Scheffler of KWCH-TV CBS 12 Wichita - United States Department of State
546	Secretary Michael R. Pompeo With Rahul Shivshankar of Times Now - United States Department of State
547	Secretary Michael R. Pompeo With Rick Everett of KQAM - United States Department of State
548	Secretary Michael R. Pompeo With Rick Everett of Mid America Network - United States Department of State
549	Secretary Michael R. Pompeo With Rob Schmitt of Wake Up America on Newsmax - United States Department of State
550	Secretary Michael R. Pompeo With Rowan Dean of Sky News Australia - United States Department of State
551	Secretary Michael R. Pompeo With Samantha Renck of The Daily Caller - United States Department of State
552	Secretary Michael R. Pompeo With Sandra Smith of America 's Newsroom , FOX News - United States Department of State

553	Secretary Michael R. Pompeo With Scott Sands of The Scott Sands Show - United States Department of State
554	Secretary Michael R. Pompeo With Sean Hannity of Fox News - United States Department of State
555	Secretary Michael R. Pompeo With Sean Hannity of The Sean Hannity Show - United States Department of State s
556	Secretary Michael R. Pompeo With Sean Hannity of The Sean Hannity Show - United States Department of State sd
557	Secretary Michael R. Pompeo With Sean Hannity of The Sean Hannity Show - United States Department of State ssvb
558	Secretary Michael R. Pompeo With Sean Hannity of The Sean Hannity Show - United States Department of State
559	Secretary Michael R. Pompeo With Sebastian Gorka of America First with Sebastian Gorka - United States Department of State v
560	Secretary Michael R. Pompeo With Sebastian Gorka of America First with Sebastian Gorka - United States Department of State
561	Secretary Michael R. Pompeo With Shannon Bream of Fox News - United States Department of State
562	Secretary Michael R. Pompeo With Simon Conway of Newsradio 1040 - United States Department of State
563	Secretary Michael R. Pompeo With Simon Conway of The Simon Conway Show - United States Department of State
564	Secretary Michael R. Pompeo With Stephen Bisaha of KMUW Radio - United States Department of State
565	Secretary Michael R. Pompeo With Steve Doocy , Ainsley Earhardt , and Brian Kilmeade of Fox and Friends - United States Department of State
566	Secretary Michael R. Pompeo With Steve Doocy , Jedediah Bila , and Pete Hegseth of Fox & Friends - United States Department of State
567	Secretary Michael R. Pompeo With Steve Doocy , Jedediah Bila , and Pete Hegseth of Fox and Friends - United States Department of State
568	Secretary Michael R. Pompeo With Tony Katz of The Morning News - United States Department of State r
569	Secretary Michael R. Pompeo With Tony Katz of Tony Katz Today - United States Department of State
570	Secretary Michael R. Pompeo With Tony Perkins of Washington Watch - United States Department of State w
571	Secretary Michael R. Pompeo With Tony Perkins of Washington Watch with Tony Perkins - United States Department of State cd
572	Secretary Michael R. Pompeo With Trey Gowdy of The Sean Hannity Show - United States Department of State
573	Secretary Michael R. Pompeo With Vince Coglianese and Mary Walter of WMAL 's Mornings On The Mall Radio Showe
574	Secretary Michael R. Pompeo With Wendy Bell of The Wendy Bell Show - United States Department of State

575	Secretary Michael R. Pompeo With Wilfred Frost of CNBC Closing Bell - United States Department of State
576	Secretary Michael R. Pompeo and British Foreign Secretary Dominic Raab at a Press Availability - United States Department of State
577	Secretary Michael R. Pompeo and Russian Foreign Minister Sergey Lavrov at a Press Availability - United States Department of State
578	Secretary Michael R. Pompeo at a Press Availability with Danish Foreign Minister Jeppe Kofod - United States Department of State
579	Secretary Michael R. Pompeo of AEI 's ` What The Hell Is Going On ' Podcast
580	Secretary Michael R. Pompeo with Atlantic Council President and CEO Frederick Kempe - United States Department of State
581	Secretary Michael R. Pompeo with Chris Stigall of The Chris Stigall Show - United States Department of State
582	Secretary Michael R. Pompeo with Hugh Hewitt of the Hugh Hewitt Show - United States Department of State sc
583	Secretary Michael R. Pompeo with Jack Heath of The Jack Heath Radio Show - United States Department of State
584	Secretary Michael R. Pompeo with Joe Kernen , Andrew Sorkin , and Rebecca Quick of CNBC 's Squawk Box - United States Department of State
585	Secretary Michael R. Pompeo with John Fredericks of The John Fredericks Show , WNTW Richmond - United States Department of State
586	Secretary Michael R. Pompeo with Shekhar Gupta of The Print - United States Department of State
587	Secretary Michael R. Pompeo with Steve Gruber of The Steve Gruber Show - United States Department of State
588	Secretary Michael R. Pompeo with Tony Perkins of Washington Watch with Tony Perkins - United States Department of State
589	Secretary Michael R. Pompeo 's Call with Chinese Politburo Member Yang Jiechi - United States Department of State
590	Secretary Michael R. Pompeo 's Call with People 's Republic of China Politburo Member Yang Jiechi - United States Department of State
591	Secretary Michael R. Pompeo 's Meeting with Chinese Communist Party Politburo Member Yang Jiechi - United States Department of State
592	Secretary Michael R. Pompeo 's Meeting with Director Yang Jiechi - United States Department of State
593	Secretary Pompeo Approves New Cyberspace Security and Emerging Technologies Bureau - United States Department of State
594	Secretary Pompeo Travels to Japan , North Korea , South Korea , and China - United States Department of State
595	Secretary Pompeo Travels to the United Kingdom To Discuss Transatlantic Partnership on Global Priorities - United States Department of State

596	Secretary Pompeo to Participate in The German Marshall Fund 's Brussels Forum - United States Department of State
597	Secretary Pompeo 's Call With Chinese State Councilor and Foreign Minister Wang Yi - United States Department of State
598	Secretary Pompeo 's Meeting With Chinese Officials Including President Xi Jinping , Politburo Member Yang Jiechi
599	Secretary Pompeo 's Meeting With Chinese State Councilor and Foreign Minister Wang Yi - United States Department of State
600	Secretary Pompeo 's Meetings in Beijing , China - United States Department of State
601	Secretary Pompeo 's Phone Call With Chinese Politburo Member Yang Jiechi - United States Department of State
602	Secretary Pompeo 's Remarks to the Press - United States Department of State
603	Secretary Pompeo 's Travel to Canada , Singapore , South Korea , and China - United States Department of State
604	Secretary Pompeo 's Travel to Tokyo , Pyongyang , Seoul , and Beijing - United States Department of State
605	Secretary Pompeo 's Call With Chinese Politburo Member Yang Jiechi - United States Department of State
606	Secretary Pompeo 's Call With Chinese State Councilor and Foreign Minister Wang Yi - United States Department of State
607	Secretary Pompeo 's Call With Member of the Political Bureau of the Central Committee of the Communist Party of China
608	Secretary Pompeo 's Call with People 's Republic of China Politburo Member Yang Jiechi - United States Department of State
609	Secretary Pompeo 's Meeting With Hong Kong Businessman and Publisher Jimmy Lai - United States Department of State
610	Secretary Pompeo 's Meeting With Hong Kong Pro-Democracy Leader Martin Lee - United States Department of State
611	Secretary Pompeo 's Meeting with Chinese State Councilor and Foreign Minister Wang Yi - United States Department of State
612	Secretary Pompeo 's Meeting with Tiananmen Square Survivors - United States Department of State
613	Secretary Pompeo 's Participation in the 10th East Asia Summit Virtual Foreign Ministers ' Meeting - United States Department of State
614	Secretary Tillerson Addresses Growing Threat of North Korea - United States Department of State
615	Secretary Tillerson Travels to Japan , South Korea , China , Vietnam , the Philippines , and Burma - United States Department of State
616	Secretary Tillerson and Secretary Mattis Host the U.S.-China Diplomatic and Security Dialogue - United States Department of State d
617	Secretary Tillerson 's Meeting With President Xi Jinping of the People 's Republic of China -LRB- P,R.C, -RRB- - United States Department of State

618	Secretary Tillerson 's Meeting With State Councilor of the People 's Republic of China -LRB- PRC -RRB- Yang Jiechi - United States Department of State
619	Secretary Tillerson 's Meeting with Foreign Minister of the People 's Republic of China Wang Yi - United States Department of State
620	Secretary Tillerson 's Phone Call with Chinese State Councilor Yang Jiechi - United States Department of State
621	Secretary of State Michael R. Pompeo And Swiss Foreign Minister Ignazio Cassis At a Joint Press
622	Secretary of State Michael R. Pompeo And Thai Foreign Minister Don Pramudwinai At a Press Availability - United States Department of State
623	Secretary of State Michael R. Pompeo Remarks to Traveling Press En Route to Bangkok , Thailand - United States Department of State
624	Secretary of State Michael R. Pompeo With Bret Baier of FOX News - United States Department of State
625	Secretary of State Michael R. Pompeo With Bret Baier of Fox News Special Report - United States Department of State
626	Secretary of State Michael R. Pompeo With Buck Sexton of iHeartMedia - United States Department of State
627	Secretary of State Michael R. Pompeo With Chris Wallace of Fox News Sunday - United States Department of State
628	Secretary of State Michael R. Pompeo With Dan Spehler of FOX59 WXIN and CBS4 WTTV - United States Department of State
629	Secretary of State Michael R. Pompeo With David Rubenstein , President of the Economic
630	Secretary of State Michael R. Pompeo With Gayle King of CBS This Morning - United States Department of State
631	Secretary of State Michael R. Pompeo With Hugh Hewitt of The Hugh Hewitt Show - United States Department of State
632	Secretary of State Michael R. Pompeo With Joe Kernen , Becky Quick , and Andrew Ross Sorkin of CNBC
633	Secretary of State Michael R. Pompeo With Karen Campbell of NBC WTHR - United States Department of State
634	Secretary of State Michael R. Pompeo With Kevin Cirilli of Bloomberg TV - United States Department of State
635	Secretary of State Michael R. Pompeo with Peta Credlin of Sky News - United States Department of State
636	Secretary of State Rex Tillerson and Secretary of Defense Jim Mattis at a Joint Press Availability - United States Department of State
637	Secretary of State Tillerson To Travel to Tokyo , Seoul , and Beijing - United States Department of State
638	Senior State Department Official Previewing Secretary Pompeo 's Upcoming Travel to Brazil and Colombia - United States Department of State

639	Senior State Department Official on Economic Diplomacy - United States Department of State
640	Sentencing of Huang Qi - United States Department of State
641	Sentencing of Wang Quanzhang - United States Department of State
642	Shanghai , China Shanghai American School 2020-2021 Fact Sheet - United States Department of State
643	Silicon Valley and National Security - United States Department of State
644	Sino-American Relations and the Challenge of `` Military-Civil Fusion " - United States Department of State
645	Situation in Hong Kong - United States Department of State n
646	Special Advisor Susan Jacobs Travels to China and Republic of Korea - United States Department of State
647	Special Representative Biegun Travel to the Republic of Korea , China , and Japan - United States Department of State
648	Special Representative Biegun 's Travel to Beijing - United States Department of State
649	Special Representative for Iran Brian Hook And Assistant Secretary for Energy Resources Francis R. Fannon - United States Department of State
650	State Assistant Secretary for Political-Military Affairs R. Clarke Cooper - United States Department of State
651	State Department and Chinese Officials Discuss Synthetic Opioids on Sidelines of Mexico Conference - United States Department of State
652	Stopping the Poison Pills Combatting the Trafficking of Illegal Fentanyl From China - United States Department of State
653	Strengthening U.S. Partnerships in the Indo-Pacific for a More Secure and Prosperous Future - United States Department of State
654	Student Internships When Real World Experience Merges With Global Citizenship - United States Department of State
655	Summary of the U.S.-China Social and Cultural Dialogue - United States Department of State
656	Suspension or Termination of Three Bilateral Agreements With Hong Kong - United States Department of State
657	Tackling Fentanyl The China Connection - United States Department of State
658	Technology and Power in China 's Geopolitical Ambitions - United States Department of State
659	Telephonic Press Briefing on President Trump 's Visit to China With U.S. Ambassador to China Terry Branstad - United States Department of State
660	Termination of PRC-Funded Propaganda Programs - United States Department of State
661	The Chinese Communist Party on the American Campus - United States Department of State
662	The Enduring U.S. Commitment to ASEAN - United States Department of State

663	The Evolution of International Security Capacity Building - United States Department of State
664	The FY 2020 Budget Request for the Bureau of East Asian and Pacific Affairs - United States Department of State
665	The Free World Must Stand Up to China 's Assault on the Environment - United States Department of State
666	The Free World 's Leadership Will Defeat COVID-19 - United States Department of State
667	The Hypocrisy of the PRC 's Propaganda System - United States Department of State
668	The Mekong- U.S. Partnership The Mekong Region Deserves Good Partners - United States Department of State
669	The PRC 's `` Military-Civil Fusion '' Strategy Is a Global Security Threat - United States Department of State
670	The People 's Republic of China National Day - United States Department of State
671	The People 's Republic of China National Day - United States Department of State
672	The Tide Is Turning Toward Trusted 5G Vendors - United States Department of State
673	The U.S. Role in International Organizations ' Response to COVID-19 - United States Department of State
674	The United States Announces Assistance To Combat the Novel Coronavirus - United States Department of State
675	The United States Calls for Wang Quanzhang 's Freedom of Movement and Release of Activists - United States Department of State
676	The United States Condemns Attempts by PRC-Affiliated Actors to Steal American COVID-19 Research - United States Department of State
677	The United States Designates Company Providing Services for Iranian Airline Mahan Air 's Operations in China - United States Department of State
678	The United States Designates Individuals in Hong Kong for Curtailing Promised Freedoms - United States Department of State
679	The United States Further Restricts Huawei Access to U.S. Technology - United States Department of State
680	The United States Imposes Sanctions on Chinese Companies for Transporting Iranian Oil - United States Department of State
681	The United States Imposes Sanctions on Chinese and Hong Kong Persons for Activities Related to Supporting the Islamic Republic of Iran
682	The United States Protects National Security and the Integrity of 5G Networks - United States Department of State
683	The United States Ratifies Central Arctic Ocean Fisheries Agreement - United States Department of State
684	The United States Sanctions Chinese State-Owned Entity for its Role in Corruption in Cambodia - United States Department of State

685	The United States To Impose Sanctions on Chinese Firm Zhuhai Zhenrong Company Limited for Purchasing Oil From Iran
686	The United States and China Hold Third Nuclear Security Dialogue - United States Department of State
687	The Untold Coronavirus Story How the Diplomatic Security Service Helped Evacuate Americans from China - United States Department of State
688	This Week at State April 10 , 2020 - United States Department of State
689	This Week at State July 17 , 2020 - United States Department of State
690	This Week at State July 26 , 2019 - United States Department of State
691	This Week at State June 12 , 2020 - United States Department of State
692	This Week at State June 26 , 2020 - United States Department of State
693	This Week at State June 5 , 2020 - United States Department of State
694	This Week at State May 29 , 2020 - United States Department of State
695	This Week in Iran Policy - United States Department of State a
696	This Week in Iran Policy - United States Department of State
697	This Week in Iran Policy , July 19-26 - United States Department of State
698	This Week in Iran Policy , September 23-27 - United States Department of State
699	Towards a Resilient and Connected Mekong - United States Department of State
700	Travel to Canada , Singapore , South Korea , and China , June 9-14 , 2018 - United States Department of State
701	Travel to Japan , North Korea , South Korea , and China , October 6-8 , 2018 - United States Department of State
702	Trilateral Strategic Dialogue Joint Ministerial Statement , August 1 , 2019 - United States Department of State
703	U.S. Department of State Doing Its Part To Keep America Safe , Healthy , and Running During the COVID-19 Pandemic
704	U.S. General Debate Statement - United States Department of State
705	U.S. Government Ending Controlled Defense Exports to Hong Kong - United States Department of State
706	U.S. Imposes New Sanctions on People 's Republic of China Actors Linked to Malign Activities - United States Department of State
707	U.S. Imposes Restrictions on Certain PRC State-Owned Enterprises and Executives for Malign Activities in the South China Sea
708	U.S. Limits the People 's Liberation Army 's Ability to Use Nonimmigrant Visa Programs to Illicitly Acquire U.S. Technologies
709	U.S. Position on Maritime Claims in the South China Sea - United States Department of State
710	U.S. Priorities in the UN First Committee - United States Department of State
711	U.S. Withdrawal from the INF Treaty on August 2 , 2019 - United States Department of State

712	U.S. and China Hold Second Counter Nuclear Smuggling Consultation - United States Department of State
713	U.S. and China Satellite Cooperation Means Better Service for Civilian GPS Users - United States Department of State
714	U.S. , Russia , China and Pakistan Joint Statement on Peace in Afghanistan - United States Department of State
715	U.S.-China Consultation on Foreign Nongovernmental Organization Management - United States Department of State
716	U.S.-China Diplomatic and Security Dialogue - United States Department of State c
717	U.S.-China Diplomatic and Security Dialogue - United States Department of State f
718	U.S.-China Diplomatic and Security Dialogue To Be Held June 21 , 2017 - United States Department of State
719	U.S.-China EcoPartnerships Program - United States Department of State
720	U.S.-China Law Enforcement and Cybersecurity Dialogue - United States Department of State
721	U.S.-China Social and Cultural Dialogue - United States Department of State y
722	U.S.-China Social and Cultural Dialogue - United States Department of State
723	U.S. -- China Bilateral Relations The Lessons of History - United States Department of State
724	Under Secretary for Economic Growth , Energy , and the Environment Keith Krach - United States Department of State
725	Under Secretary of State for Arms Control and International Security Affairs - United States Department of State
726	Under Secretary of State for Arms Control and International Security Thompson Travels to China and Japan - United States Department of State
727	United States Hosts First-Of-Its-Kind Chinese Study Visit To Observe Drug Prevention and Treatment Best Practices
728	United States Hosts Indo-Pacific Virtual Conference on Strengthening Governance of Transboundary Rivers - United States Department of State
729	United States Stands with Canada Against China 's Arbitrary Detention of Canadian Citizens - United States Department of State
730	United States and China Complete Dialogue on Law of the Sea and Polar Issues - United States Department of State
731	United States and China Host Regional Counter Nuclear Smuggling Workshop - United States Department of State
732	Visa Restrictions on Chinese Communist Party OfficialsHong Kong 's High Degree of Autonomy and Restricting Human Rights
733	Why China 's Nuclear Build-Up Should Worry the West - United States Department of State

734	Xaysavang Network - United States Department of State
735	Zoohackathon 2019 Combating Wildlife Trafficking Through Innovation and Technology - United States Department of State

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br